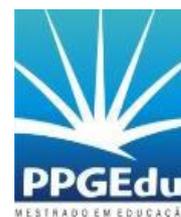




**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO
CÂMPUS UNIVERSITÁRIO DE RONDONÓPOLIS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**



ROSA BEATRIZ DE ARAÚJO

**A INSERÇÃO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO ENSINO SUPERIOR:
UMA REFLEXÃO COM COORDENADORES DE ENSINO DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DE MATO GROSSO CÂMPUS DE RONDONÓPOLIS**

Rondonópolis – MT

2019

ROSA BEATRIZ DE ARAÚJO

**A INSERÇÃO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO ENSINO SUPERIOR:
UMA REFLEXÃO COM COORDENADORES DE ENSINO DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DE MATO GROSSO CÂMPUS DE RONDONÓPOLIS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Mato Grosso, Câmpus Universitário de Rondonópolis, Área de Concentração: Educação, Cultura e Processos Formativos, Linha de Pesquisa: Formação de Professores e Políticas Públicas Educacionais, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientadora: Profa. Dra. Lindalva Maria Novaes Garske.

Rondonópolis - MT

2019

Dados Internacionais de Catalogação na Fonte.

A663i Araújo, Rosa Beatriz de.

A inserção da educação ambiental no ensino superior: uma reflexão com coordenadores de ensino da universidade federal de mato grosso câmpus de rondonópolis / Rosa Beatriz de Araújo. – 2019
133 f. : il. color. ; 30 cm.

Orientadora: Lindalva Maria Novaes Garske.
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Mato Grosso, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Programa de Pós-Graduação em Educação, Rondonópolis, 2019.
Inclui bibliografia.

1. Educação ambiental. 2. Responsabilidade socioambiental. 3. Ensino superior. I. Título.

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Permitida a reprodução parcial ou total, desde que citada a fonte.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO - CUR

Campus Universitário de Rondonópolis/MT, Rod. Rondonópolis-Guiratinga, km 06, MT-270
CEP: 78735-901, Tel.: (66) 3410-4035, E-mail: ppgedu@ufmt.br

FOLHA DE APROVAÇÃO

TÍTULO: “A INSERÇÃO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO ENSINO SUPERIOR: UMA REFLEXÃO COM COORDENADORES DE ENSINO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO CÂMPUS DE RONDONÓPOLIS”

Autora: Mestranda Rosa Beatriz de Araújo

Dissertação defendida e aprovada em 22/02/2019.

Composição da Banca Examinadora:

Presidente da Banca: Orientadora Doutora Lindalva Maria Novaes Garske
Instituição: Universidade Federal de Mato Grosso

Examinadora Interna: Doutora Ivanete Rodrigues dos Santos
Instituição: Universidade Federal de Mato Grosso

Examinadora Externa: Doutora Roselaine Bonfim de Almeida
Instituição: Universidade Federal da Grande Dourados

Examinadora Suplente: Doutor Ademar de Lima Carvalho
Instituição: Universidade Federal de Mato Grosso

Rondonópolis, 27/02/2019.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus pela oportunidade de realizar esta pesquisa de dissertação, por me capacitar e me dar sabedoria e estrutura durante todo o processo.

Ao meu filho João Víctor por ser meu grande amigo, parceiro e incentivador. Com maturidade e compreensão nos ajudamos mutuamente como uma verdadeira dupla. A ele todo o meu amor.

A Professora Dra. Lindalva Maria Novaes Garske por ter sido a melhor orientadora, como sua doçura, calma e amplo conhecimento, abraçou minha ideia e me direcionou do início ao fim desta pesquisa. Toda a minha admiração à querida professora Lindalva.

Através da minha amada mãe Maria de Lourdes, que com sua sabedoria e simplicidade sempre me aconselhou a persistir na realização dos meus sonhos, agradeço a Deus pela família que tanto amo.

Aproveito para agradecer ao brilhante corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGEduc, pelo compartilhamento de conhecimentos e aos meus colegas de curso pela convivência harmônica.

E por fim, agradeço a minha banca examinadora pelo aceite e pelas valiosas contribuições a esta pesquisa. E aos participantes da pesquisa, que foram imprescindíveis na construção deste trabalho, muito obrigada.

Meu muitíssimo obrigada aos meus caríssimos amigos e caríssimas amigas pelo apoio e incentivo.

Neste momento apenas GRATIDÃO!

“A grande generosidade está em lutar para que, cada vez mais, essas mãos, sejam de homens ou de povos, se estendam menos, em gestos de súplica. Súplica de humildes a poderosos. E se vão fazendo, cada vez mais, mãos humanas, que trabalhem e transformem o mundo”.

Paulo Freire

“Se você realmente pensa que o meio ambiente é menos importante que a economia, tente segurar sua respiração e contar seu dinheiro”.

Dr. Guy McPherson

RESUMO

Este texto dissertativo resulta de uma pesquisa inscrita no Programa de Pós-Graduação em Educação que tem como objetivo compreender, como os coordenadores de ensino dos cursos de graduação tem entendido a Educação Ambiental, regulamentada pela Lei 9.795/99, conforme suas expectativas no tocante à inserção do que estabelece este item da citada Lei nos Projetos Pedagógicos de Curso. A Educação Ambiental é uma educação primordial, que conscientiza os cidadãos a prezarem a sustentabilidade no seu cotidiano e em suas relações profissionais e socioambientais. Desta forma, as instituições de ensino superior devem preparar os futuros profissionais para a vida profissional bem como para o convívio em sociedade, despertando a consciência socioambiental, investindo em ações de educação ambiental. Tomamos como referenciais teóricos as leis de educação ambiental e em especial a Lei nº 9.795/99 que estabelece a Política Nacional de Educação Ambiental. Esta pesquisa contribuirá para o debate contemporâneo sobre a Responsabilidade Socioambiental, sobretudo no âmbito do ensino superior e da formação consciente de futuros profissionais, uma vez que temas relacionados à Educação Ambiental são ainda de pouca repercussão na área do ensino em todas as modalidades e todos os níveis acadêmicos. A Metodologia de Investigação Comunicativa pressupõe a realidade como processo, tendo como base algo que está sendo construído e interpretado coletivamente, baseia-se na Teoria da Ação Comunicativa de Habermas, bem como o conceito de Dialogicidade de Freire. Optamos por utilizar duas técnicas: entrevista comunicativa em profundidade e grupo de discussão comunicativo. Foram três fases nesse processo metodológico, sendo as duas primeiras individuais e a última em grupo. A construção do entendimento sobre a Educação Ambiental se deu ao longo do processo de pesquisa, o grupo chegou a um pensamento comum, do qual é importante à inserção da Educação Ambiental no ensino superior e muito tem o que se pensar e fazer sobre a temática na universidade.

Palavras-chave: educação ambiental, responsabilidade socioambiental, ensino superior.

ABSTRACT

This dissertation results from a research enrolled in the Graduate Program in Education that aims to understand how the education coordinators of undergraduate courses have understood Environmental Education, regulated by Law 9.795 / 99, according to their expectations regarding the insertion of what establishes this item of said Law in the Pedagogical Projects of Course. Environmental Education is a primordial education, which makes citizens aware of the importance of sustainability in their daily life and in their professional and socio-environmental relations. In this way, higher education institutions should prepare future professionals for professional life as well as for living in society, arousing social and environmental awareness, investing in environmental education actions. We take as theoretical references the environmental education laws, and especially Law No. 9.795 / 99, which establishes the National Environmental Education Policy. This research will contribute to the contemporary debate on Socio-environmental Responsibility, especially in the field of higher education and the conscious formation of future professionals, since themes related to Environmental Education are still of little repercussion in the area of education in all modalities and all academic levels. The Communicative Investigation Methodology presupposes reality as a process, based on something that is being constructed and interpreted collectively, is based on the Habermas Theory of Communicative Action, as well as the concept of Freire's Dialogicity. We chose to use two techniques: communicative in-depth interview and communicative discussion group. There were three phases in this methodological process, the first two being individual and the last in a group. The construction of the understanding about Environmental Education occurred throughout the research process, the group came to a common thought, how important is the insertion of Environmental Education in higher education and much to think and do about the subject in the university.

Keywords: environmental education, socio-environmental responsibility, higher education.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
CF	Constituição Federal
CNE	Conselho Nacional de Educação
CREA	Centro Especial de Investigação em Teorias e Práticas Superadoras de Desigualdades
CUR	Câmpus Universitário de Rondonópolis
DCNEA	Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Ambiental
ECO-92	Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento
EES	Espaços Educadores Sustentáveis
IES	Instituições de Ensino Superior
ISO	Organização Internacional de Normalização
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	Ministério da Educação
MMA	Ministério do Meio Ambiente
NBR	Norma Brasileira
ONG	Organização Não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
PDI	Plano de Desenvolvimento Institucional
PLACEA	Programa Latinoamericano e Caribenho de Educação Ambiental
PNEA	Política Nacional de Educação Ambiental
PNUMA	Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
PPC	Projeto Pedagógico de Curso
PPGEdu	Programa de Pós-graduação em Educação
ProNEA	Programa Nacional de Educação Ambiental
RSE	Responsabilidade Social Empresarial
SISNEA	Sistema Nacional de Educação Ambiental
UFMT	Universidade Federal de Mato Grosso
UFR	Universidade Federal de Rondonópolis
UFV	Universidade Federal de Viçosa

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Formas e Organizações das Políticas Públicas Brasileiras	44
Figura 2 - Processo de Ambientação na Educação Superior	52

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
Sobre a Autora	15
Sobre a Pesquisa	17
Capítulo 1- AMBIENTALIZAÇÃO: ASPECTOS TEÓRICOS	20
1.1 MEIO AMBIENTE	20
1.2 SUSTENTABILIDADE COMO CONDIÇÃO P/ PRESERVAÇÃO AMBIENTAL	24
1.3 RESPONSABILIDADE SOCIAL ASSOCIADA A RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL	30
Capítulo 2 - EDUCAÇÃO AMBIENTAL	34
2.1 POLÍTICAS INTERNACIONAIS E NACIONAIS APLICÁVEIS À EDUCAÇÃO AMBIENTAL	40
2.1.1 POLÍTICAS INTERNACIONAIS	40
2.1.2 POLÍTICAS NACIONAIS	43
2.2 POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL - LEI 9.795/99	44
Capítulo 3 - UNIVERSIDADE	47
3.1 AMBIENTALIZAÇÃO NA UNIVERSIDADE	50
Capítulo 4 – ASPECTOS METODOLÓGICOS: METODOLOGIA DE INVESTIGAÇÃO COMUNICATIVA	54
4.1 DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA QUANTO A DEFINIÇÃO DAS QUESTÕES, A ABORDAGEM AOS PARTICIPANTES E A COLETA DE DADOS	60
Capítulo 5 – PARTICULARIZAÇÃO DOS DIÁLOGOS E DISCUSSÕES SOBRE A EDUCAÇÃO AMBIENTAL COM OS COORDENADORES DE ENSINO	63
5.1 QUESTÕES INVESTIGADAS NO PRIMEIRO ENCONTRO INDIVIDUAL	63
5.1.1 Construção do entendimento dos coordenadores sobre Responsabilidade Socioambiental	64
5.1.2 Construção do entendimento se os coordenadores consideram importantes práticas socioambientais no contexto da Educação Superior	66
5.1.3 Construção do conhecimento sobre a PNEA estabelecida pela Lei 9.795/99	68
5.1.4 Construção do conhecimento se a Ed. Ambiental está inserida no PPC	69

5.1.5 Construção do entendimento sobre a importância de inserir a Educação Ambiental na formação profissional dos acadêmicos	70
5.2 QUESTÕES INVESTIGADAS NO SEGUNDO ENCONTRO INDIVIDUAL	74
5.2.1 Reconstrução do entendimento dos coordenadores sobre Responsabilidade Socioambiental	74
5.2.2 Construção do entendimento dos coordenadores sobre o significado da Educação Ambiental	77
5.2.3 Reconstrução do conhecimento sobre o dispositivo (Lei 9.795/99), que exige a discussão da Educação Ambiental nos PPCs	79
5.2.4 Reconstrução do conhecimento se a Ed. Ambiental consta no PPC	81
5.2.5 Reconstrução do entendimento sobre a importância da Educação Ambiental no Ensino Superior	82
5.3 QUESTÕES INVESTIGADAS NO ENCONTRO DO GRUPO DE DISCUSSÃO COMUNICATIVO	85
5.3.1 Construção coletiva do significado de Ed. Ambiental como aspecto da Responsabilidade Socioambiental	86
5.3.2 Construção coletiva sobre a importância dessa discussão no Ensino Superior	93
5.3.3 Construção coletiva sobre possíveis práticas socioambientais no contexto do Ensino Superior	101
5.4 DIMENSÕES EXCLUSORAS E TRANSFORMADORAS APONTADAS NA PESQUISA	110
5.4.1 Síntese dos elementos que compõem as dimensões exclusoras	111
5.4.2 Síntese dos elementos que compõem as dimensões transformadoras	111
CONSIDERAÇÕES FINAIS	113
REFERÊNCIAS	116
ANEXO I - Termo de Anuência da Instituição	121
ANEXO II - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido	122
ANEXO III – Carta da Terra	125
APÊNDICE A - Roteiro do 1º Encontro Individual de Discussão Comunicativo com Devolutiva	131
APÊNDICE B - Roteiro do 2º Encontro Individual de Discussão Comunicativo com Devolutiva	132
APÊNDICE C - Roteiro do Encontro do Grupo de Discussão Comunicativo	133

INTRODUÇÃO

Diante dos conflitos ambientais da atualidade, a Educação Ambiental, é essencial para prevenção e a solução das crises ambientais, e pode contribuir para a construção de uma sociedade igualitária e sustentável. A educação ambiental é uma educação primordial, que conscientiza os cidadãos a prezarem a sustentabilidade no seu cotidiano e em suas relações profissionais e socioambientais.

A correlação entre a responsabilidade social e a responsabilidade ambiental constitui um grande desafio na atualidade. Muito se fala em sustentabilidade, mas poucas são as ações e perspectivas, pois a acumulação de bens e riquezas é um dos maiores causadores dos impactos ambientais negativos de ordem econômica e que afetam o social a nível mundial.

Para melhor compreensão, o termo sustentável deriva etimologicamente do latim que pode ser *sustentare* ou *sustentabile*, tendo por significado sustentar, manter e conservar. O conceito de sustentabilidade provém do que é sustentável e deve ter a capacidade de integrar as questões econômicas, energéticas, sociais e ambientais (FERREIRA, 2009).

Na década de 1970 surge o conceito de Desenvolvimento Sustentável, que em 1998 foi definido pela ONU como: “trata-se de encontrar uma forma de desenvolvimento que satisfaz as necessidades presentes, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de suprir suas próprias necessidades”. Dessa forma, a implementação do desenvolvimento sustentável ocorre baseada na eficácia (produção de resultados), porém sem perder o foco a geração de bem-estar do indivíduo e o respeito a sua cultura (CARVALHO, 2011).

Assim, como destaca Ribeiro (2006), ao mesmo tempo que se produz riquezas, deve-se proporcionar os mínimos riscos possíveis à saúde, limitar a utilização de recursos naturais renováveis e ponderar o emprego daqueles não renováveis, pensando sempre na possibilidade da escassez dos recursos no meio ambiente.

Problemas ambientais são de fato correlatos aos problemas sociais, não tem como desvincular, uma vez que a escassez de recursos naturais e a degradação do

meio ambiente comprometem a continuidade da vida. Pois a questão ambiental afeta a educação, que por sua vez afeta a democracia, gera a desigualdade social, propicia a pobreza, causa problemas sociais diversos, relacionados à falta de saneamento básico e infraestrutura e compromete a saúde e a qualidade de vida das pessoas.

A crescente degradação ambiental e suas consequências no social têm despertado a atenção das instituições acadêmicas nas diversas áreas do conhecimento, desde as ciências naturais até as ciências humanas, onde estão concentrados seus mais drásticos impactos. Problemas diversos como o desmatamento, a alavancagem industrial e a vida moderna propiciam o aquecimento global, através da poluição do ar, dos solos e dos rios e colocam em risco a vida de animais e espécies de plantas. Temas como estes se encontram constantemente colocadas como prioridade em questões políticas e sociais, mas ainda tem muito que se discutir para que sejam tomadas medidas e desenvolvidas soluções.

Desta forma, as instituições de ensino superior devem preparar os futuros profissionais para a vida profissional bem como para o convívio em sociedade, despertando a consciência socioambiental, investindo em ações de educação ambiental e estratégias sociais que envolvam a utilização adequada dos seus recursos naturais renováveis e não renováveis.

Há 30 anos a Constituição da República em seu art. 225, da CF/1988 garante que “Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para às presentes e futuras gerações”. Diante disso, a preservação ambiental e o crescimento econômico devem estar em perfeito equilíbrio.

Nesse contexto, a Educação Ambiental torna-se essencial para o despertar da conscientização, planejamento, controle, conservação e preservação dos recursos naturais suprimindo os impactos negativos provocados no meio ambiente. Como a raiz principal neste assunto a Carta Magna (1988) já afirmava que “aquele que explorar recursos minerais fica obrigado a recuperar o meio ambiente degradado”. O contexto histórico apresenta o Meio Ambiente como um problema e a Educação Ambiental como uma das estratégias para a solução.

Sobre a Autora

Os meus laços profissionais foram se construindo desde a escolha de meu curso universitário em Ciências Contábeis e através das experiências acadêmicas e profissionais vividas e habilidades que foram desenvolvidas ao longo da juventude até atingir a maturidade. Conforme argumenta Josso (2006):

[...] *os laços profissionais*. Eles ocupam um lugar privilegiado tão importante quanto os laços de parentesco e de aliança. Duas razões são invocadas: por um lado, o tempo passado no local de trabalho e os elos obrigatórios por meio dos quais esse tempo é tecido e que levam a múltiplas negociações e ajustes dessas ligações singulares e, por outro lado, os elos simbólicos que cada um mantém com a natureza da atividade profissional. (JOSSO, 2006, p. 377)

Desde juvenzinha tinha o desejo de trabalhar com áreas relacionadas à comunicação, até pensei em ser jornalista para aproveitar o dom da oratória, pois sabia que me daria bem ao me expressar. Então, tive a grande sorte de aplicar todo o meu entusiasmo pela comunicação por meio da educação. A educação me abriu portas em lugares antes inimagináveis.

E dentro deste contexto, iniciei minha carreira acadêmica como docente no ensino superior em 2003 e com a certeza e convicção de que queria seguir os caminhos da educação superior realizei cursos de capacitação profissional e de pós-graduação. Até 2011 lecionava em faculdades particulares, mas sempre tive o sonho de me tornar uma professora da rede de ensino federal e prestei concurso para professora substituta da UFV – Universidade Federal de Viçosa no campus de Rio Paranaíba, onde trabalhei lecionando diversas disciplinas nos cursos superiores da instituição.

Enfim, no final de 2012, ainda com contrato vigente com a UFV, fui aprovada em concurso público para professora do quadro efetivo da UFMT – Universidade Federal de Mato Grosso, no campus de Rondonópolis. Tomei posse em janeiro de 2013 e hoje trabalho como docente do Departamento de Ciências Contábeis.

O trabalho na UFMT está sendo muito importante para a minha carreira, pois me permite estar envolvida em atividades acadêmico-científico-culturais e projetos de pesquisa e extensão; e assim adquirir mais experiência na vida acadêmica e grande realização pessoal e profissional.

Desde que ingressei como docente no curso de Ciências Contábeis na UFMT idealizava cursar o Programa de Mestrado em Educação, com o desejo de aprofundar os meus conhecimentos na área da educação, sempre com o intuito de melhorar a qualidade e o meu desempenho nas práticas docentes. E o fato de o nosso campus de Rondonópolis possuir esse curso me estimulou ainda mais a insistir em meus objetivos acadêmicos.

Posso afirmar que, apesar do meu intenso envolvimento com a docência no ensino superior nos últimos 15 anos, a realização do Curso de Mestrado em Educação me propiciou maior crescimento intelectual, pessoal e profissional.

INTERESSE PELA ÁREA AMBIENTAL

No ano de 2010 despertei o interesse pelas questões socioambientais e venho, desde então, observando e pesquisando sua importância no contexto educacional e organizacional. Segundo Rosa e Ramos (2008):

Metodologicamente, aproximamos o foco da pesquisa de uma perspectiva que questiona a clássica abordagem de produção de conhecimentos a partir do olhar, da observação. O olhar, viés próprio da ciência moderna, de certa forma restringe possibilidades outras de conhecer e produzir realidade. (ROSA e RAMOS, 2008, p. 566)

Percebi que a Educação Ambiental é o pressuposto básico para a formação consciente dos cidadãos e de futuros profissionais das diversas áreas do conhecimento; que ocuparão cargos na sociedade como gestores públicos e corporativos das organizações privadas e que, conseqüentemente, aplicarão uma política de gestão das atividades operacionais de forma responsável sócio ambientalmente e que prezem pela sustentabilidade ambiental.

Para tanto, o estudo da Educação Ambiental, através da Política Nacional de Educação Ambiental, é o ponto central desta pesquisa nesse programa de Mestrado em Educação e o mesmo será perseguido por mim em um futuro curso de doutorado.

Com o intuito de promover a Educação Ambiental e a Sustentabilidade na Universidade coordeno um projeto de pesquisa institucional e multidisciplinar envolvendo participantes de diversas áreas do conhecimento na UFMT desde

agosto de 2018. O projeto de pesquisa visa fomentar de forma transversal, propostas, projetos, ações e iniciativas socioambientais para estimular a educação ambiental e proporcionar um ambiente melhor a toda comunidade universitária prezando a sustentabilidade e o bem estar social através da educação ambiental.

As questões de cunho sociais e ambientais estão constantemente em debates nos congressos e nas rodas de discussões, e acredito que todos nós devemos fazer a nossa parte. Portanto, desejo estar preparada para contribuir e defender os interesses da comunidade acadêmica e da sociedade, pois a continuidade da vida no planeta depende da sustentabilidade ambiental.

Sobre a Pesquisa

Esta pesquisa, que compõe uma das linhas do Grupo de Pesquisa “Formação de professores e políticas públicas educacionais”, pertencente ao Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGEdu), da UFMT/Rondonópolis, tem como principal temática a Política Nacional de Educação Ambiental, envolvendo o seu entendimento legal, sua contextualização na legislação ambiental brasileira e seus desdobramentos em relação às diretrizes propostas pelo Conselho Nacional de Educação.

Nesse sentido chegamos à seguinte indagação: **Qual é o entendimento dos coordenadores de curso de graduação sobre a Educação Ambiental, regulamentada pela Lei 9.795/99, que estabelece a Política Nacional de Educação Ambiental, conforme suas expectativas no tocante à inserção do que estabelece este item da citada Lei nos Projetos Pedagógicos de Curso?**

A partir disso, algumas questões nos são postas para o delineamento desta pesquisa, tais como: Como os coordenadores de ensino graduação estão pensando a Educação Ambiental nos cursos? Que entendimentos, em torno da Educação Ambiental são levantados? E qual a importância da Educação Ambiental no Ensino Superior?

Esta pesquisa assume relevância ao trazer para o cenário da educação superior questões que ainda estão em desenvolvimento e constantes debates, já que se trata de termos contemporâneos. Significa que a Educação Ambiental é a principal questão e o mais importante desafio que esta pesquisa coloca para os

educadores/as de ensino superior, sobretudo aos/às que se dedicam ao trabalho nos cursos de áreas específicas e afins às questões sociais e ambientais, no contexto da Educação Superior.

Diante do exposto o objetivo geral é compreender, como os coordenadores de ensino dos cursos de graduação tem entendido a Educação Ambiental, regulamentada pela Lei 9.795/99, conforme suas expectativas no tocante à inserção do que estabelece este item da citada Lei nos Projetos Pedagógicos de Curso.

O objetivo geral será atingido através dos seguintes objetivos específicos:

1. Discutir as leis ambientais que norteiam a Educação Ambiental;
2. Analisar a Política Nacional de Educação Ambiental e sua contextualização na educação superior;
3. Analisar como os coordenadores de ensino superior estão pensando a inserção da Educação Ambiental nos Projetos Pedagógicos de Curso.

Pretende-se, com esta pesquisa, contribuir para o debate contemporâneo sobre a Responsabilidade Socioambiental, sobretudo no âmbito do ensino superior e da formação consciente de futuros profissionais, uma vez que temas relacionados à Educação Ambiental são ainda de pouca repercussão na área do ensino em todas as modalidades e todos os níveis acadêmicos.

Esta pesquisa iniciou-se com a Introdução, onde apresentamos o tema, o problema, objetivos, justificativa e a proposta de pesquisa e foi estruturada em 5 capítulos.

No capítulo 1 tratamos da Ambientalização, onde abordamos os aspectos teóricos acerca do Meio Ambiente, a Sustentabilidade como condição para preservação ambiental, a Responsabilidade Social e a Responsabilidade Socioambiental.

No capítulo 2 abordamos sobre a Educação Ambiental e suas macro abrangências, as principais políticas aplicáveis à Educação Ambiental, bem como no âmbito das universidades.

No capítulo 3 discorreremos sobre a Universidade e a Ambientalização no ensino superior.

No capítulo 4 descrevemos sobre a opção metodológica, explanamos sobre a técnica de coleta de dados aplicada, o grupo de discussão comunicativo e o percurso da pesquisa de campo.

Quanto ao capítulo 5 demonstramos os caminhos percorridos para esta pesquisa, as discussões com os participantes e as análises de dados.

E por fim, apresentamos as considerações finais acerca dos resultados da pesquisa.

1 AMBIENTALIZAÇÃO: ASPECTOS TEÓRICOS

A Ambientalização provém do Ambientalismo, que entende-se como sendo um movimento social, que se fundamenta em valores ecológicos, políticos e científicos, busca defender a preservação, conservação e recuperação do meio ambiente e a diminuir os efeitos da destruição e da poluição ambiental, daquilo que envolve os seres humanos e os demais seres vivos.

Reivindicando medidas de proteção ambiental, o Ambientalismo também visa uma ampla mudança nos hábitos e valores da sociedade para uma melhoria da qualidade de vida da população. Para atingirmos a Ambientalização e a Responsabilidade Socioambiental devemos partir da conscientização a ser estabelecida e difundida por meio da Educação Ambiental, tratada na Política Nacional de Educação Ambiental desde a educação básica até o ensino superior.

Tanto a educação quanto o meio ambiente são questões essencialmente políticas, que podem vir a ser usadas para atender a visão e interesses diversificados (LIMA, 1999). As relações sociais e ambientais buscam por transformações e a libertação social, e a Educação Ambiental é fundamental nesse processo.

1.1 MEIO AMBIENTE

Nas últimas décadas surgiu uma nova dicotomia dentro das diversas temáticas de questionamentos e debates globais, em relação à sustentabilidade ambiental: desenvolvimento econômico versus preservação ambiental.

O Brasil é uma das nações mais privilegiadas do planeta em recursos naturais, e detém igualmente oportunidades e responsabilidades no que tange à relação com o ambiente. Mas, é fundamental que as nações visem o crescimento econômico. Alguns países, sobretudo os mais desenvolvidos, por terem, em épocas passadas, explorado suas riquezas e devastado suas florestas, enfrentam uma crescente falta de recursos naturais, sendo estes renováveis e não renováveis. Para Furtado (2004, p. 484) “crescimento econômico vem se fundando na preservação de privilégios das elites que satisfazem seu afã de modernização; já o desenvolvimento

se caracteriza por seu projeto social subjacente”. Dessa forma o desenvolvimento econômico implicaria as questões socioambientais.

Questões como essas, têm propiciado um novo olhar de enfoque ambiental nas políticas públicas, com a promulgação de leis protetivas e punitivas contra as práticas de degradação e poluição ambientais. Aplicações de fiscalizações mais rígidas através do cumprimento dos códigos florestais foram estabelecidas em nome da conservação e preservação dos recursos naturais, da fauna, da flora, da água e do ar.

O meio ambiente vem sendo estudado há muito tempo, sendo tratado nas diferentes esferas, ambiental, social, cultural, econômica, política e acadêmica.

Tinoco e Kraemer (2011) afirmam que:

O meio ambiente pode ser definido como o conjunto de elementos bióticos (organismos vivos) e abióticos (energia solar, solo, água e ar) que interagem a camada da terra chamada biosfera, sustentáculo e lar dos seres vivos. (TINOCO e KRAEMER, 2011, p.17)

De modo geral a sociedade não é educada para cuidar de sua “casa”, do planeta, por isso a cada dia nota-se como o meio ambiente está sendo afetado e a natureza destruída, com atitudes irrefletidas, baseadas no egoísmo de se viver o agora, sem a preocupação com as gerações futuras. Todos são responsáveis por seus atos, suas atitudes, e dependem do meio ambiente para sobreviverem.

Diante disso, é preciso despertar a consciência socioambiental e colocarmos em prática ações de preservação e conservação ambientais.

Para Tinoco e Kraemer (2011):

O solo é uma cobertura de matéria que sustenta a vida terrestre. É produto do clima, da rocha – mãe (através do lodo arrastado pelas geleiras e das rochas sedimentares) e da vegetação (...). Os organismos vivos dependem de todos eles, inclusive o homem. A vida animal depende das plantas numa sequência de vínculos interconectados conhecida como cadeia trófica. (TINOCO e KRAEMER, 2011, p.17)

O meio ambiente está relacionado ao entorno do ser humano e a sua relação com os seres vivos e não vivos, as circunstâncias naturais e não naturais que afetam o mesmo de alguma forma, são de importância significativa,

considerando que as ações humanas podem impactar de modo negativo, e gerar influências nos recursos econômicos do país.

Conforme, Ferreira (2011) para que se possa compreender o significado sob o tema Meio Ambiente, é necessário que, além de aspectos ecológicos e econômicos, entendam-se também aspectos sociais, culturais e educacionais que envolvem essa questão. Pois quando se trata de contextos de cunho socioambientais a sociedade é diretamente afetada.

É possível perceber que, o compromisso com o Meio Ambiente vem crescendo, e a importância de preservar o planeta vem sendo passada para as novas gerações, o que não era visto comumente. Muitas instituições têm se voltado a esse compromisso com a sustentabilidade ambiental e estão tomando atitudes dignas de gestores competentes e responsáveis social e ambientalmente. Dessa forma, Locatelli (2009), afirma que:

Portanto, a relação do ser humano com o meio, atualmente, parece se processar de maneira bastante desequilibrada, dominadora e neutralizante. A Educação Ambiental deve, por conseguinte, ser trabalhada de forma interdisciplinar nas escolas, não ficando restrita a aspectos naturais, mais incluindo aspectos humanos, revelando que não estamos separados do meio; somos parte dele. A qualidade de vida está associada à cidadania, de modo que o ser humano tenha consciência de seus direitos e deveres em relação à interdependência do meio com a sociedade constituída. O cidadão, consciente e crítico, é capaz de interagir na sociedade, denunciando e reivindicando ações aos órgãos públicos competentes, para que a qualidade de vida atinja todas as camadas sociais. (LOCATELLI, 2009, p. 73)

A teoria ecomalthusiana de Thomas Malthus¹ já questionava a relação de desequilíbrio entre o crescimento populacional e a disponibilidade de recursos naturais à disposição do homem. Para os ecomalthusianos, o problema reside na capacidade da natureza em resistir à ação humana, através do gradativo aumento das populações, ou seja, o crescente número de pessoas no mundo demanda maior utilização dos recursos naturais e, conseqüentemente, maior exploração dos elementos disponíveis na natureza.

¹ Thomas Robert Malthus (1766-1834) pastor protestante, professor de história e economia, em 1798 escreveu a mais famosa obra sobre questões demográficas: Ensaio sobre o princípio da população e como isso afeta a melhoria futura da sociedade. Segundo Malthus, o crescimento populacional não seria acompanhado, no mesmo ritmo, pelo crescimento da produção dos bens necessários à manutenção da vida. <http://www.economiabr.net/biografia/malthus.html>

Essa teoria propôs o controle e a redução das taxas de natalidade; que para os críticos do neomalthusianismo, o problema é o aumento do consumo da população. Entretanto, a tendência é que se chegue a uma situação na qual haverá tantas pessoas na terra que o meio ambiente não será capaz de repor seus recursos, e os impactos ambientais serão imensuráveis. Essa teoria supunha que a vida das gerações futuras estaria comprometida.

Em 01 de agosto de 2018 pode-se comprovar o que Malthus previu no passado, pois segundo alerta da ONG *Global Footprint Network* esse dia foi considerado o Dia Mundial da Sobrecarga da Terra, em que a humanidade entra em déficit ambiental com o planeta, e marca o momento em que o consumo dos recursos naturais supera a capacidade de sua renovação.

É visto que o consumismo materialista, impulsionado por um sistema capitalista desenfreado que com suas práticas degradantes, vem provocando danos irreparáveis ao meio ambiente. As atitudes da sociedade precisam mudar, principalmente frente a uma melhor gestão de alimentos, evitando o desperdício e propiciando uma distribuição igualitária a população.

Grande alerta é apreendida com Tinoco e Kraemer (2011, p.18), onde esses autores citam que:

O impacto da espécie humana sobre o meio ambiente tem sido comparado por alguns cientistas às grandes catástrofes do passado geológico da Terra. A humanidade deve reconhecer que agredir o meio ambiente põe em perigo a sobrevivência de sua própria espécie, e pensar que o que está em jogo não é uma causa nacional ou regional, mas a existência da humanidade toda. É a vida que está em jogo. Podemos conceber um ecossistema sem o homem, não podemos encontrar o homem sem algum ecossistema.

A cada ano que passa, ocorrem mudanças na natureza como o aumento na temperatura global. E essa é uma das mudanças que podem estar relacionadas à ação do homem, através de práticas degradantes e agressoras ao meio ambiente, e que vem causando verdadeiras calamidades públicas e com consequências muito drásticas.

1.2 Sustentabilidade como Condição para Preservação Ambiental

Antes de surgirem as primeiras conceituações acerca das questões ambientais e de sustentabilidade, no Brasil, no ano de 1861, D Pedro II visou com o reflorestamento da Floresta da Tijuca no Rio de Janeiro, replantio de mais de 100 mil mudas nativas, meio de recuperar naturalmente a escassez de água das bacias cariocas, decorrente do desmatamento de grandes áreas para o cultivo do café, numa época em que não havia consciência ecológica.

Nos últimos anos, ao constatar-se que o meio ambiente estava sendo drasticamente afetado e destruído, iniciou-se um debate sobre a preservação ambiental. Os ambientalistas defendiam que houvesse políticas de proteção de áreas e a suspensão de atividades que trouxessem algum reflexo sobre o meio ambiente. Por outro lado, os desenvolvimentistas sustentavam a ideia de que o progresso se faz a custas de ação contra a natureza.

Segundo Allegretti (2002):

Esta política de criação de áreas protegidas para o uso sustentável de populações tradicionais teve êxito politicamente porque criou um mecanismo institucional de resolução de conflitos em torno da terra e da floresta; socialmente, porque assegurou meios de vida para as gerações atuais e futuras; culturalmente, porque respeitou formas tradicionais de uso dos recursos naturais; e ambientalmente, porque impediu o avanço dos desmatamentos. (ALLEGRETTI. 2002, p.19)

Juntamente com o desenvolvimento das atividades industriais, surgiram grandes impactos ambientais. Com o ritmo das atividades industriais acelerado, o meio ambiente não tem tempo para se recuperar, seja da utilização de seus recursos, assim como, dos resíduos que são liberados sobre ele.

Com a finalidade de minimizar os impactos causados ao meio ambiente, diversos estudos vêm sendo realizados, através do desenvolvimento de técnicas que visam melhorias para a conservação e a recuperação ambientais, uma vez que os danos causados no meio ambiente afetam diretamente o bem-estar social.

As pessoas dificilmente preocupavam-se com os impactos que as mesmas causavam ao meio ambiente. Com o tempo essa realidade foi sendo modificada, pois além das indústrias diversos ramos de atividades buscaram melhorar a forma de agir visando atitudes mais sustentáveis.

É necessário que haja um equilíbrio entre os dois extremos do radicalismo, significa dizer, que há um modo de se conviver com a exploração de recursos naturais, de modo que se tenha uma preocupação com o meio ambiente através de ações de preservação e conservação.

Com o aumento da importância que se deu às causas ambientais, foi realizada a Conferência de Estocolmo em 1972 sobre meio ambiente.

Locatelli (2009), escreve que:

O termo desenvolvimento sustentável surgiu na Conferência de Estocolmo, Capital da Suécia, em junho de 1972, e até hoje é muito usado no campo econômico, ecológico, jurídico, político e filosófico, para designar discussões na área de degradação ambiental. Desenvolvimento sustentável, segundo a definição da Comissão 69 Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento criada pelas Nações Unidas, é o desenvolvimento capaz de suprir as necessidades da geração atual, sem comprometer a capacidade de atender as necessidades das gerações futuras. (LOCATELLI, 2009, p. 68 e 69)

Adotou-se então, o termo desenvolvimento sustentável para designar um desenvolvimento que seja comprometido com a preservação ambiental, Dias (2011, p. 35) cita que o “desenvolvimento sustentável será alcançado se três critérios fundamentais forem obedecidos simultaneamente: equidade social, prudência ecológica e eficiência econômica”.

A terminologia desenvolvimento sustentável tem sido utilizada para se referir a situações da ação do homem contra a natureza que seja feita de modo responsável, em que mesmo quando haja uma derrubada de árvores, haja, ao mesmo tempo, o reflorestamento daquela área com mudas nativas.

Locatelli (2009, p. 70) ainda define que:

A problemática ambiental é um campo interdisciplinar, pois nela se entrecruzam o conhecimento técnico-científico, as normas e os valores estético-culturais regidos por razões diferenciadas, porém não dicotômicas. Natureza e sociedade se incluem mutuamente. Isso implica numa revisão das relações entre o sujeito e o objeto, entre o particular e o universal, a natureza e a cultura, aspectos importantes no desenvolvimento do conhecimento científico.

A sustentabilidade ambiental pode ser considerada como o encontro da produtividade com o meio ambiente, utilizado de modo consciente, prezando a responsabilidade socioambiental.

Essa sustentabilidade ambiental foi discutida na Conferência Eco-92², a conferência reuniu os países membros das Nações Unidas em torno da questão ambiental para que fossem discutidas medidas de preservação a serem implantadas em nível global.

Na Conferência Eco-92 a Agenda 21 também destacava o termo sustentabilidade como um processo que deve estar em permanente construção em todo o mundo que, para isso, deveria atender a algumas bases ou premissas, quais sejam: a sustentabilidade ecológica, ambiental, social, política, demográfica, cultural, institucional e espacial. No FORUM (1992), Fórum Global das ONGs, paralelo à Conferência, consolida-se a posição dos educadores e movimentos sociais pela construção de sociedades sustentáveis.

Pela classificação do Projeto Áridas (MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, 1994), o desenvolvimento sustentável possui quatro dimensões:

1. Econômico-social: aqui estão reunidos os fatores econômicos e sociais, de forma que um auxilie o crescimento do outro. O crescimento da economia se refere à questão da produtividade e da competitividade de forma a inserir no mercado mundial a economia de uma determinada região. A modernização de processos produtivos nos diversos setores econômicos, a reestruturação dos setores primário, secundário e terciário são metas a serem alcançadas. À medida que a economia cresce é necessário que se reverta às pessoas benefícios que forneçam melhores condições de vida: mais saúde, mais educação, mais habitação. A melhoria na qualidade de vida deverá ser distribuída equitativamente para toda a população.
2. Geoambiental: esta dimensão está relacionada com o uso racional dos recursos naturais. Preocupa-se com a conservação dos solos e dos recursos hídricos, da biodiversidade e com os efeitos climáticos.
3. Científico-tecnológica: usar com maior eficácia a inovação tecnológica. Atualmente existem tecnologias de produção que não agredem o meio ambiente (tecnologias limpas) e a sua utilização traz benefícios imediatos para a população e para a natureza. A utilização do conhecimento, como, por exemplo, os softwares de teoria de decisão, podem ser adaptados para aumentar a qualidade de vida das populações.

² ECO-92 Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro, no ano de 1992, teve como um dos principais resultados a elaboração da Agenda 21, documento que procura trazer metas de sustentabilidade ambiental para os países, de modo a reduzirem a poluição, a destruição e a degradação ambiental, trazendo consigo um novo modelo de desenvolvimento sustentável.

4. Político-institucional: relaciona as diferentes esferas de poder público: federal, estadual e municipal, com a iniciativa privada e a sociedade civil, de forma que através de entendimentos e 39 parcerias estes atores gerenciem, de forma integrada, o uso dos recursos naturais de uma determinada região. Que todos tenham participação na definição das estratégias, nos processos de tomada de decisão e na implementação das ações em busca do desenvolvimento sustentável.

No relatório produzido pela Comissão Brundtland³, foi apresentada uma definição mais elaborada do conceito de desenvolvimento sustentável. Segundo Dias (2011), nele é explícito que o seu objetivo é satisfazer as necessidades humanas e suas aspirações, a partir de um processo de transformação aonde a exploração dos recursos, a direção dos investimentos, a orientação do desenvolvimento tecnológico e a mudança institucional se harmonizam e reforçam o potencial presente e futuro.

Para o autor Reinaldo Dias (2011) existem diversas interpretações para o termo desenvolvimento sustentável. E ainda ressalta que:

Para alguns, alcançar o desenvolvimento sustentável é obter o crescimento econômico contínuo através de um manejo mais racional dos recursos naturais e da utilização de tecnologias mais eficientes e menos poluentes. Para outros, o desenvolvimento sustentável é antes de tudo um projeto social e político destinado a erradicar a pobreza, elevar a qualidade de vida e satisfazer necessidades básicas da humanidade que oferece os princípios e orientações para o desenvolvimento harmônico da sociedade, considerando a apropriação e a transformação sustentável dos recursos ambientais. Ou seja, para alguns de trata somente de compatibilizar o meio ambiente com um crescimento econômico contínuo, mantendo as condições que produzem e reproduzem as relações de exploração, hierarquização e dominação que permitem a apropriação da capacidade produtiva social por alguns homens. Para outros, implica novas bases, nas quais se sustenta a civilização, através da construção de uma nova racionalidade, uma racionalidade ambiental, que coloque como sentido e fim da organização social produtiva o bem-estar material do ser humano (nível de vida) e seu desenvolvimento espiritual (qualidade de vida). (REINALDO DIAS, 2011, p. 37 e 38)

Para Vellani e Ribeiro (2009), as sociedades nascem e se desenvolvem por meio de organizações, instituições e empresas que operam para atender às necessidades das pessoas. Para as organizações, instituições e empresas

³ Relatório Brundtland é o documento intitulado Nosso Futuro Comum, publicado em 1987, Livro elaborado pela Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento.

praticarem o desenvolvimento sustentável, devem atuar em suas regiões satisfazendo as necessidades da população presente, sem comprometer a capacidade das futuras gerações em satisfazerem suas próprias necessidades. Para isso, são necessárias mudanças na cultura, nos paradigmas e nas estratégias de negócios. Uma dessas mudanças é a inserção da sustentabilidade nos processos de gestão e tomadas de decisões das organizações, e a promoção da educação ambiental nas empresas em parceria com instituições de ensino superior, dentre outras.

Em meio a manifestações populares e governamentais, vários setores da sociedade têm buscado se adequar a essa nova realidade sustentável, crescente, e que tende a ser definitiva. As organizações têm agregado mudanças de valores e ideologias sociais, preocupações com padrões éticos de comportamento, preservação e sustentabilidade ambientais, oriundas da mudança comportamentais da sociedade e, também, devido à intervenção constante do estado na economia.

Essa nova visão é descrita por Buchholz (1985, apud DONAIRE, 2010), ao mostrar que as empresas eram vistas, anteriormente, como instituições econômicas, as quais buscavam tão somente a maximização do lucro, com redução de custos, sem maiores preocupações. Esse enfoque conservador deu lugar a um novo modelo de empresa, bem mais complexo e ligado ao ambiente em que está inserida. Donaire (2010) aponta que a organização é vista como instituição sociopolítica, ao reformular sua visão, missão e valores, ao agregar conceitos sociais e ambientais que se adequem às novas exigências da sociedade.

Os princípios da sustentabilidade são definidos como algo além da dimensão ecológica, pois compreende também a melhoria das condições econômicas, sociais e a satisfação das pessoas.

Compreende-se que:

1. Sustentabilidade ecológica, entendida como a proteção da natureza e da diversidade biológica; portanto, o desenvolvimento turístico deve respeitar a “capacidade de suporte” dos ecossistemas, limitarem o consumo dos recursos naturais, e provocar o mínimo de danos aos sistemas de sustentação da vida;
2. Sustentabilidade social, fundamentada no estabelecimento de um processo de desenvolvimento que conduza a um padrão estável de crescimento, com uma distribuição mais equitativa de renda, redução das atuais diferenças sociais e a garantia dos direitos de cidadania;

3. Sustentabilidade cultural implica a necessidade de se buscar soluções de âmbito local, utilizando-se as potencialidades das culturas específicas, considerando a identidade cultural e o modo de vida local, assim como a participação da população local nos processos decisórios e na formulação e gestão de programas e planos de desenvolvimento turístico;
4. Sustentabilidade econômica, que assegure o crescimento econômico para as gerações atuais e, ao mesmo tempo, o manejo responsável dos recursos naturais, que deverão satisfazer as necessidades das gerações futuras;
5. Sustentabilidade espacial baseia-se na distribuição geográfica mais equilibrada dos assentamentos turísticos para evitar a superconcentração de pessoas, de equipamentos e de infraestrutura turísticas e, conseqüentemente, diminuir a destruição de ecossistemas frágeis e a deterioração da qualidade da experiência do turista (SACHS, 1993 *apud* SILVEIRA, 1997, p.90-91).

Para que uma instituição de ensino seja considerada sustentável, é preciso que ela seja: ecologicamente correta, economicamente viável, socialmente justa, culturalmente diversa e espacialmente acessível à população.

Inicialmente, foram definidas palavras-chaves que, ao englobar e/ou indicar conceitos de sociedade, sustentabilidade, ambiente, ecologia e natureza permitissem identificar indícios de ambientalização. De acordo com Figueiredo e Guerra (2014), as palavras e as ideias a que elas poderiam remeter foram as seguintes:

- Social/Sociedade: problema, questão e/ou abordagem social e/ou socioambiental;
- Sustentável/Sustentabilidade: ações e/ou práticas sustentáveis, dimensão sustentável-ambiental ou socioambiental;
- Ambiente/Ambiental: educação ambiental, Gestão Ambiental (tratamento de resíduos, saneamento básico, poluição, monitoramento ambiental, sistema de gestão ambiental – SGA), ambientalização, Saúde Ambiental (vida saudável, qualidade de vida, ambiente saudável, vigilância em saúde, vigilância ambiental, determinantes sociais e a determinação social na saúde), Direito Ambiental (legislação ambiental, ética ambiental, políticas públicas: de meio ambiente, de educação ambiental);
- Ecológico/Ecologia: Economia Ecológica, Ecologia Industrial;
- Natural/Natureza: plantas, animais, rios, mares. (FIGUEIREDO e GUERRA, 2014, p. 145-164)

A difusão do tema Sustentabilidade por meio da Educação Ambiental no ensino superior deve permear inclusive a política de gestão para dar projeção às

universidades, bem como, o ensino, a pesquisa e a extensão por meio de projetos com as temáticas ambientais junto às instituições de fomento, e assim ampliar suas próprias referências à sustentabilidade, visando estender a produção de conhecimentos e ações junto a políticas ambientais.

As universidades encontram-se no centro deste contexto de mudanças e frente a um cenário de sensibilidade aos resultados de suas ações e dos impactos ambientais.

1.3 RESPONSABILIDADE SOCIAL ASSOCIADA A RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

Responsabilidade Social é um movimento que seu deus na década de 60 e se fundamentou na busca por maior consciência de segmentos da sociedade em relação à responsabilidade das instituições e entidades na preservação do meio ambiente e dos direitos dos cidadãos. Nessa época, alguns estudiosos começaram a se preocupar com os danos causados pelas empresas que realizavam suas atividades de forma inconsequente, através das agressões ao meio ambiente, exploração do trabalho, concorrência desleal e dos abusos econômicos.

No decorrer dos últimos anos a Responsabilidade Social passou a alcançar um grupo mais amplo de ações, entre as quais as demandas sociais originadas da população em condições de vulnerabilidade social, levando as entidades a adotarem uma conduta socialmente responsável em sua gestão, assumindo um comprometimento social que colabore para maior bem estar da sociedade e a sustentabilidade do planeta.

A junção dos conceitos das palavras Responsabilidade e Social constituíram o termo Responsabilidade Social. Para a ISO 26000 e a ABNT NBR16001 essa é a origem dessas palavras:

A palavra responsabilidade é originária do latim *Responsus/Respondere*, que significa responder (por atos próprios, alheios, ou por algo que lhe foi confiado), comprometer-se ou prometer em troca. O termo social esta relacionado à sociedade, à característica de interação dos organismos vivos, de sua coexistência coletiva, independentemente de serem ou estarem conscientes dessa interação ou interação ser voluntária ou involuntária. Aplica-se a populações tanto de seres humanos quanto a outras formas de vida. (NBR16001, 2004)

Assim, entendemos que a Responsabilidade Social está ligada a relação dos indivíduos com o ambiente e a responsabilidade com a sociedade, que diretamente ou indiretamente através de suas atitudes e ações resultem em algum impacto ambiental.

A Responsabilidade Social relaciona-se à forma de gestão das entidades através da ética e transparência desta com seu público, a fim de proporcionar o desenvolvimento social sem agredir seus recursos naturais e culturais, necessários a sua permanência, respeitando a diversidade e promovendo a redução das desigualdades sociais. Nesse sentido, a norma brasileira ABNT NBR 16001 (2004) – define Responsabilidade Social como:

A relação ética e transparente da organização com todos os públicos com os quais se relaciona e pelo estabelecimento de metas compatíveis com o desenvolvimento sustentável da sociedade, preservando recursos ambientais e culturais para gerações futuras, respeitando a diversidade e promovendo a redução das desigualdades sociais.

Inicialmente a Responsabilidade Social era considerada filantrópica, como doações a instituições beneficentes. Com o passar do tempo foram surgindo novos campos da área, como direito humano, meio ambiente, combate à fraude e corrupção, e assim tendo maior atenção. Conforme Reis e Medeiros (2011):

A Responsabilidade Social remete à questão da filantropia, enquanto caridade e contribuição financeira, mas que se contrapõe aos interesses econômicos das organizações. Essas duas situações marcaram um período em que a função puramente econômica das empresas foi questionada, indo ao encontro dos movimentos culturais que ocorreram nos anos 60, nos EUA, e mais no final da década, também na Europa. (REIS e MEDEIROS, 2011, p. 8)

A Responsabilidade Social estava ligada a uma ação voluntária caridosa que as instituições e entidades realizavam para ajudar as pessoas, colocando o peso sobre o governo, das suas obrigações para com o social e o meio ambiente. Com o passar do tempo foi se deixando o conceito de Responsabilidade Social como filantropia e criado um novo sentido que é a responsabilidade de todos em cuidarem do nosso planeta.

Mas é claro também que o governo, em todas as esferas, não deve abster-se das práticas sociais, pelo contrário ele deve ser o estimulador, articulador desse novo padrão que representa os negócios.

Responsabilidade Social pode ser compreendida como a escolha de praticar ou não atos que tragam consequências sociais, onde o praticante deva assumir os atos que cometeu. Para Reis e Medeiros (2011, p. 9) responsabilidade social na Filosofia é “a responsabilidade individual e de livre escolha pela realização ou não de um ato, em função de antever as consequências sociais que poderão ocorrer; mas, uma vez realizado, esse ato deve ser assumido por quem o realizou”.

Kitahara (2007) traz uma definição de responsabilidade social:

A responsabilidade social é o reconhecimento da responsabilidade de todos os partícipes da sociedade em preservar o ambiente e seus recursos para si e para as futuras gerações, produzindo e consumindo bens e serviços, sob o conceito de desenvolvimento sustentável e sua transformação em ações concretas. (KITAHARA, 2007, p. 10)

A Responsabilidade Social Empresarial (RSE) começou a se desencadear nos EUA, de acordo com Reis e Medeiros (2011) a RSE surgiu nos anos de 1960, e a sua motivação se fundamentou na busca de maior consciência da sociedade em relação à responsabilidade das empresas na preservação ambiental e dos direitos dos consumidores. Essas questões são abrangidas como de caráter social por estarem referenciadas a problemas relacionados à da sociedade como um todo. No decorrer dos últimos 20 anos do século XX, em função de novas demandas originadas de transformações ocorridas no contexto econômico mundial, a noção de RSE passou a abranger um conjunto mais amplo de ações, entre as quais as demandas sociais originadas em populações em condições de vulnerabilidade social.

Com a evolução das discussões e das pressões, os gestores passaram a se conscientizar sobre questões de cunho social e ambiental, dando expectativas de que as entidades pudessem criar de maneira mais harmônica e solidária em prol da sociedade, institucionalizando a Responsabilidade Social como parte de suas operações.

A universidade tem como grande desafio orientar a sociedade sobre a responsabilidade social e ambiental, na forma do diálogo da educação ambiental

inserida no cotidiano dos indivíduos, através das iniciativas e práticas socioambientais que visam à sustentabilidade.

Entende-se por Responsabilidade Socioambiental, como sendo, as ações que respeitam o meio ambiente e a políticas que prezam como um dos principais objetivos a Sustentabilidade. Todos têm responsabilidades quanto à preservação ambiental: governos (em todas as esferas), empresas e os cidadãos.

Para tanto, o Ministério do Meio Ambiente (MMA) viabiliza políticas públicas que visam promover a produção e o consumo sustentáveis. Sendo a produção sustentável a incorporação, ao longo do ciclo de vida de bens e serviços, das melhores alternativas possíveis para minimizar gastos sociais e ambientais, e conseqüentemente o consumo sustentável destes.

Sato, Silva e Jaber (2018) argumentam sobre a importância das políticas públicas de educação ambiental:

Torna-se emergencial avaliar as Políticas Públicas propostas e delineadas pelos governos e sociedade civil, no sentido de verificar a efetividade das mesmas, focadas não apenas à cultura local, como também na proteção ecológica dos ecossistemas e suas sustentabilidades. O diálogo entre escola e comunidade torna-se importante, pois ainda que cada qual mantenha suas particularidades, são partes de um contexto político mais integrado e sistêmico. Por isso, toda avaliação de políticas públicas não deve ser pontual, setorial ou temporal. Há uma dinâmica processual, múltipla e atemporal que pode ser construída no exame das políticas.

Exatamente por isso, a estrutura de um observatório de políticas públicas em educação ambiental torna-se importante, pois sua função não é apenas o de acompanhar ou noticiar, mas deve ter o papel crítico de denunciar, e essencialmente de anunciar, além de organicamente participar dos processos em suas dimensões mais amplas. A estrutura de Observatório não é como os tradicionais observatórios astronômicos ou sísmicos, mas possui uma dimensão mais política, para que além da informação, ações possam ser realizadas. (SATO, SILVA e JABER, 2018. p. 95)

As Instituições de Ensino Superior - IES possuem grande influência na mudança do cenário de crise socioambiental existente e crescente, como um espaço em que se constroem os diálogos entre as sociedades, e a sociedade e a natureza.

2 EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Educação ambiental não é utopia, não é idealismo, é uma necessidade, e uma realidade a ser disseminada na educação superior. As universidades são as principais responsáveis pela formação profissional dos cidadãos, por esta razão, atividades que envolvam a sustentabilidade são de extrema importância. Abordando assuntos relacionados e este tema as instituições de ensino superior incentivam os futuros profissionais das diversas áreas do conhecimento a valorizarem os recursos naturais, a adotarem um estilo de vida com hábitos mais saudáveis, e conseqüentemente, a se comprometem com o meio ambiente e a sociedade.

Desenvolver pessoas com hábitos saudáveis, sustentáveis e com senso de responsabilidade pelo meio ambiente, preparando-as com inteligência emocional, protagonismo, criatividade e cidadania, essa é a finalidade da inserção da educação ambiental no ensino superior, pois a falta dessa preparação e conscientização vem a acarretar graves problemas ambientais, através da ação humana e das atividades operacionais das empresas que geram impactos negativos ao meio ambiente.

Relativo à Educação Ambiental, Gadotti (2007, p. 16) propôs que “educar para a sustentabilidade” tanto na educação formal, quanto na educação não formal, tendo como base a Carta da Terra e a Educação Ambiental, centradas no conceito de “modo de vida sustentável”. A Educação Ambiental deve ser desenvolvida com observância aos princípios da Carta da Terra, estes se encontram nos anexos desta pesquisa.

A Política Nacional de Educação Ambiental - Lei nº 9795/1999, em seu Art 1º. “entende por educação ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade”.

Pautado nos interesses de atender a legislação o Conselho Nacional de Educação, através das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental em seu art. 2º, define Educação Ambiental como:

A Educação Ambiental é uma dimensão da educação, é atividade intencional da prática social, que deve imprimir ao desenvolvimento individual um caráter social em sua relação com a natureza e com os outros seres humanos, visando potencializar essa atividade humana

com a finalidade de torná-la plena de prática social e de ética ambiental.

Para dar sustentação a Educação Ambiental, o Ministério do Meio Ambiente dispõe da conceituação de alguns autores, que assim a definem:

Educação ambiental é uma perspectiva que se inscreve e se dinamiza na própria educação, formada nas relações estabelecidas entre as múltiplas tendências pedagógicas e do ambientalismo, que têm no “ambiente” e na “natureza” categorias centrais e identitárias. Neste posicionamento, a adjetivação “ambiental” se justifica tão somente à medida que serve para destacar dimensões “esquecidas” historicamente pelo fazer educativo, no que se refere ao entendimento da vida e da natureza, e para revelar ou denunciar as dicotomias da modernidade capitalista e do paradigma analítico-linear, não-dialético, que separa: atividade econômica, ou outra, da totalidade social; sociedade e natureza; mente e corpo; matéria e espírito, razão e emoção etc. (LOUREIRO, 2004)

Um processo educativo eminentemente político, que visa ao desenvolvimento nos educandos de uma consciência crítica acerca das instituições, atores e fatores sociais geradores de riscos e respectivos conflitos socioambientais. Busca uma estratégia pedagógica do enfrentamento de tais conflitos a partir de meios coletivos de exercício da cidadania, pautados na criação de demandas por políticas públicas participativas conforme requer a gestão ambiental democrática. (LAYRARGUES, 2002).

A EA deve se configurar como uma luta política, compreendida em seu nível mais poderoso de transformação: aquela que se revela em uma disputa de posições e proposições sobre o destino das sociedades, dos territórios e das desterritorializações; que acredita que mais do que conhecimento técnico-científico, o saber popular igualmente consegue proporcionar caminhos de participação para a sustentabilidade através da transição democrática. (SATO et all, 2005)

A Educação Ambiental nasce como um processo educativo que conduz a um saber ambiental materializado nos valores éticos e nas regras políticas de convívio social e de mercado, que implica a questão distributiva entre benefícios e prejuízos da apropriação e do uso da natureza. Ela deve, portanto, ser direcionada para a cidadania ativa considerando seu sentido de pertencimento e coresponsabilidade que, por meio da ação coletiva e organizada, busca a compreensão e a superação das causas estruturais e conjunturais dos problemas ambientais. (SORRENTINO et all , 2005)

Diante das diversas configurações da Educação Ambiental a temos como a ação educativa que deve ser construída permanentemente, pela qual a comunidade acadêmica e a sociedade tem o despertar de consciência de sua realidade

global, e do tipo de relações que estabelecem entre si e com o meio ambiente; e que de forma individual ou coletiva podem transformar o seu contexto quanto ao enfrentamento às crises ambientais e assumindo-as como uma questão ética e política.

A Conferência Intergovernamental de Educação Ambiental de Tbilisi definiu, em 1977, como Princípios da Educação Ambiental a ser desenvolvida nas escolas e instituições de ensino, apresentados pelo Ministério do Meio Ambiente:

- considerar o meio ambiente em sua totalidade: em seus aspectos natural e construído, tecnológicos e sociais (econômico, político, histórico, cultural, técnico, moral e estético);
- constituir um processo permanente e contínuo durante todas as fases do ensino formal;
- aplicar um enfoque interdisciplinar, aproveitando o conteúdo específico de cada área, de modo que se consiga uma perspectiva global da questão ambiental;
- examinar as principais questões ambientais do ponto de vista local, regional, nacional e internacional;
- concentrar-se nas questões ambientais atuais e naquelas que podem surgir, levando em conta uma perspectiva histórica;
- insistir no valor e na necessidade da cooperação local, nacional e internacional para prevenir os problemas ambientais;
- considerar de maneira explícita os problemas ambientais nos planos de desenvolvimento e crescimento;
- promover a participação dos alunos na organização de suas experiências de aprendizagem, dando-lhes a oportunidade de tomar decisões e aceitar suas consequências;
- estabelecer, para os alunos de todas as idades, uma relação entre a sensibilização ao meio ambiente, a aquisição de conhecimentos, a atitude para resolver os problemas e a clarificação de valores, procurando, principalmente, sensibilizar os mais jovens para os problemas ambientais existentes na sua própria comunidade;
- ajudar os alunos a descobrir os sintomas e as causas reais dos problemas ambientais (tanto as locais quanto as mais amplas, de acordo com as possibilidades de compreensão em cada fase ou ciclo do ensino);
- ressaltar a complexidade dos problemas ambientais e, em consequência, a necessidade de desenvolver o sentido crítico e as atitudes necessárias para resolvê-los;
- utilizar diversos ambientes com a finalidade educativa e uma ampla gama de métodos para transmitir e adquirir conhecimento sobre o meio ambiente, ressaltando principalmente as atividades práticas e as experiências pessoais. (MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE)

Esses princípios, adotados aqui, servirão para definir alguns pontos importantes das atividades relativas ao tema Educação Ambiental e Meio Ambiente,

e resumem as resoluções da referida conferência que, por serem muito extensos, não poderiam ser citados na íntegra.

A canadense Sauv  (1997) discute algumas classifica es a respeito da Educa o Ambiental, que podem ser complementares entre si, devido   tão vasta diversidade que inspira as inúmeras varia es do ambientalismo:

- Educa o sobre o meio ambiente: trata-se da aquisi o de conhecimentos e habilidades relativos   intera o com o ambiente, que está baseada na transmissão de fatos, conteúdos e conceitos, onde o meio ambiente se torna um objeto de aprendizado;
- Educa o no meio ambiente: também conhecido como educa o ao ar livre, corresponde a uma estratégia pedagógica onde se procura aprender através do contato com a natureza ou com o contexto biofísico e sociocultural do entorno da escola ou comunidade. O meio ambiente provê o aprendizado experimental, tornando-se um meio de aprendizado;
- Educa o para o meio ambiente: processo através do qual se busca o engajamento ativo do educando que aprende a resolver e prevenir os problemas ambientais. O meio ambiente se torna uma meta do aprendizado.

Tais defini es procuram demarcar a Educa o Ambiental como a transforma o ou a manuten o das rela es socioambientais, que segundo Sauv  (1997) diz respeito às perspectivas que iluminam as práticas pedagógicas, divididas entre conferir maior peso   educa o ou ao meio ambiente, embora também possam ser complementares entre si.

A Educa o Ambiental se localiza na rela o humano e ambiente, sob três vertentes:

- *Perspectiva ambiental*: está centrada no *ambiente biofísico*; parte do ponto de vista de que a qualidade ambiental está se degradando, ameaçando a qualidade de vida humana. A preocupa o dessa vertente está na idéia do engajamento para prevenir e resolver os problemas ambientais. A expressão definidora dessa postura  : “Que planeta deixaremos às nossas crianças?”;
- *Perspectiva educativa*: está centrada no *indivíduo ou grupo social*; parte da constata o de que o ser humano desenvolveu uma rela o de aliena o a respeito de seu entorno. A preocupa o dessa vertente   a educa o integral do indivíduo, com o desenvolvimento da autonomia, do senso crítico e de valores  ticos. A expressão definidora dessa postura  : “Que crianças deixaremos ao nosso planeta?”;
- *Perspectiva pedagógica*: está centrada no *processo educativo*, diferentemente das abordagens anteriores que centram num ou noutro p lo. Por considerar os métodos pedagógicos tradicionais demais dogmáticos e impositivos, essa vertente inclina-se sobre o

desenvolvimento de uma pedagogia específica para a Educação Ambiental, através da perspectiva global e sistêmica da realidade, da abertura da escola ao seu entorno, ao recurso da metodologia da resolução de problemas ambientais locais concretos. A expressão definidora dessa postura é: “Que educação deixaremos para nossas crianças nesse planeta?”. (SAUVÉ, 1997, p. 72-102)

No ensino superior a educação ambiental, ainda é uma área pouco difundida, Santos e Sato (2006), conclui há a necessidade de se buscar um elo epistemológico que contribua para a inclusão da educação ambiental no ensino superior. Percebe-se que há a necessidade de profissionais preparados para atender a essa demanda acadêmica. De acordo com Leff (2001a), os programas ambientais avançaram lentamente, e sua oferta foi incipiente para conduzir a políticas de sustentabilidade e resolução de problemas socioambientais, reforçando a falta de profissionais aptos para trabalhar, elaborar e executar políticas ambientais eficazes, além de falta de interdisciplinaridade, ambientalização e incorporação do saber ambiental nos conteúdos curriculares e em pesquisas nas universidades.

O Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global, firmado durante a realização Forum das ONGs em 1.992 no Rio de Janeiro, concebeu que a Educação Ambiental assim como a educação, como um processo dinâmico em permanente construção. E que a Educação Ambiental para uma sustentabilidade eqüitativa é um processo de aprendizagem contínuo, baseado no respeito a todas as formas de vida e que contribua para a formação de uma sociedade justa e ecologicamente equilibrada.

Diante disso, no FORUM de 1992 foram definidos os seguintes Princípios da Educação para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global:

- A educação é um direito de todos; somos todos aprendizes e educadores.
- A educação ambiental deve ter como base o pensamento crítico e inovador, em qualquer tempo ou lugar, em seus modos formal, não-formal e informal, promovendo a transformação e a construção da sociedade.
- A educação ambiental é individual e coletiva. Tem o propósito de formar cidadãos com consciência local e planetária, que respeitem a autodeterminação dos povos e a soberania das nações.
- A educação ambiental não é neutra, mas ideológica. É uma ato político.

- A educação ambiental deve envolver uma perspectiva holística, enfocando a relação entre o ser humano, a natureza e o universo de forma interdisciplinar.
- A educação ambiental deve estimular a solidariedade, a igualdade e o respeito aos direitos humanos, valendo-se de estratégias democráticas e da interação entre as culturas.
- A educação ambiental deve tratar as questões globais críticas, suas causas e inter-relações em uma perspectiva sistêmica, em seu contexto social e histórico. Aspectos primordiais relacionados ao desenvolvimento e ao meio ambiente, tais como população, saúde, paz, direitos humanos, democracia, fome, degradação da flora e fauna, devem se abordados dessa maneira.
- A educação ambiental deve facilitar a cooperação mútua e eqüitativa nos processos de decisão, em todos os níveis e etapas.
- A educação ambiental deve recuperar, reconhecer, respeitar, refletir e utilizar a história indígena e culturas locais, assim como promover a diversidade cultural, lingüística e ecológica. Isto implica uma visão da história dos povos nativos para modificar os enfoques etnocêntricos, além de estimular a educação bilíngüe.
- A educação ambiental deve estimular e potencializar o poder da diversas populações, promovendo oportunidades para as mudança democráticas de base que estimulem os setores populares da sociedade. Isto implica que as comunidades devem retomar a condução de seus próprios destinos.
- A educação ambiental valoriza as diferentes formas de conhecimento. Este é diversificado, acumulado e produzido socialmente, não devendo ser patenteado ou monopolizado.
- A educação ambiental deve ser planejada para capacitar as pessoas a trabalharem conflitos de maneira justa e humana.
- A educação ambiental deve promover a cooperação e o diálogo entre indivíduos e instituições, com a finalidade de criar novos modos de vida, baseados em atender às necessidades básicas de todos, sem distinções étnicas, físicas, de gênero, idade, religião ou classe.
- A educação ambiental requer a democratização dos meios de comunicação de massa e seu comprometimento com os interesses de todos os setores da sociedade. A comunicação é um direito inalienável e os meios de comunicação de massa devem ser transformados em um canal privilegiado de educação, não somente disseminando informações em bases igualitárias, mas também promovendo intercâmbio de experiências, métodos e valores.
- A educação ambiental deve integrar conhecimentos, aptidões, valores, atitudes e ações. Deve converter cada oportunidade em experiências educativas de sociedades sustentáveis.
- A educação ambiental deve ajudar a desenvolver uma consciência ética sobre todas as formas de vida com as quais compartilhamos este planeta, respeitar seus ciclos vitais e impor limites à exploração dessas formas de vida pelos seres humanos.

De modo que a Educação Ambiental possa afirmar valores e ações que contribuam para a transformação humana e social e para a preservação ecológica. E que estimule a formação de sociedades socialmente justas e ecologicamente equilibradas, que conservam entre si relação de interdependência e diversidade.

O Ministério do Meio Ambiente estabelece que a Educação Ambiental deva gerar, com urgência, mudanças na qualidade de vida e maior consciência de conduta pessoal, assim como harmonia entre os seres humanos e destes com outras formas de vida e conseqüentemente contribuir diretamente para a construção de relações que valorizam e conservam o patrimônio e identidade ambiental do nosso país e sociedade.

2.1 POLÍTICAS INTERNACIONAIS E NACIONAIS APLICÁVEIS À EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Com o intuito de promover e propagar a Educação Ambiental, no Brasil, foi aprovada em 1981 a Política Nacional de Meio Ambiente, que estabeleceu a necessidade de inclusão da Educação Ambiental em todos os níveis de ensino, e posteriormente a Constituição Federal (1988) incluiu a Educação Ambiental como direito de todos e dever do Estado. Em seu inciso VI, art. 225, determina como incumbência do Poder Público: “prover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente”.

2.1.1 POLÍTICAS INTERNACIONAIS

Muitas são as ações, reflexões e políticas internacionais no âmbito da educação ambiental. Porém, podemos destacar alguns programas e projetos existentes nos cenários internacionais, nacionais e locais, como:

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O MEIO AMBIENTE - PNUMA

Com o apoio da ONU e de diversas organizações não-governamentais, o PNUMA propôs, em 1991, princípios, ações e estratégias para a construção de uma sociedade sustentável.

Segundo o PNUMA, uma sociedade sustentável é aquela que vive em harmonia com nove princípios interligados, apresentados a seguir:

- Respeitar e cuidar da comunidade dos seres vivos (princípio fundamental).
- Melhorar a qualidade da vida humana (critério de sustentabilidade).
- Conservar a vitalidade e a diversidade do Planeta Terra (critério de sustentabilidade).
- Minimizar o esgotamento de recursos não-renováveis (critério de sustentabilidade).
- Permanecer nos limites de capacidade de suporte do planeta Terra (critério de sustentabilidade).
- Modificar atitudes e práticas pessoais (meio para se chegar à sustentabilidade).
- Permitir que as comunidades cuidem de seu próprio ambiente (meio para se chegar à sustentabilidade).
- Gerar uma estrutura nacional para a integração de desenvolvimento e conservação (meio para se chegar à sustentabilidade).
- Constituir uma aliança global (meio para se chegar à sustentabilidade).

AGENDA 21 – 1992

A AGENDA 21 é uma aliança mundial para a sustentabilidade, como um processo e instrumento de planejamento participativo para o desenvolvimento sustentável, tendo em vista o desejo de mudanças e de mobilização através de debates, tendo como eixo central a Sustentabilidade.

Constituiu-se de um importante marco histórico, fruto das negociações resultantes de uma vasta consulta à população brasileira no início da década de 90, a Agenda 21, ocorreu durante a Eco92, com o desenvolvimento de pactos e estratégias, essencialmente relacionados às ações governamentais para a construção da democracia participativa e da cidadania.

TRATADO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL PARA SOCIEDADES SUSTENTÁVEIS E DE RESPONSABILIDADE GLOBAL - 1992

Documento que é um marco referencial da Educação Ambiental, considerado como princípios fundamentais das redes brasileiras de educação ambiental, o Tratado foi desenvolvido na Eco92, e foi desenhado pela sociedade civil, com forte alicerce à construção de sociedades sustentáveis.

Parágrafo de apresentação do Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global:

Este tratado, assim como a educação, é um processo dinâmico em permanente construção. Deve, portanto, propiciar a reflexão, o

debate e a sua própria modificação. Nós signatários, pessoas de todas as partes do mundo, comprometidos com a proteção da vida na terra, reconhecemos o papel central da educação na formação de valores e na ação social. Nos comprometemos com o processo educativo transformador através de envolvimento pessoal, de nossas comunidades e nações para criar sociedades sustentáveis e equitativas. Assim, tentamos trazer novas esperanças e vida para nosso pequeno, tumultuado mas ainda assim belo planeta. (MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE)

Em 1992, é realizada a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento (UNCED) também conhecida como ECO-92, no Rio de Janeiro onde os principais pontos do Relatório Brundtland foram discutidos, e os documentos assinados nesta conferência foram: CARTA DA TERRA, AGENDA 21 e ACORDOS E TRATADOS INTERNACIONAIS, dentre os quais destacam-se a Convenção sobre Biodiversidade; Convenção sobre Mudanças Climáticas; e Acordos para Conservação e Desenvolvimento Sustentável em Florestas.

CARTA DA TERRA – 1992

Com início durante a Eco92, a Carta da Terra é resultado de uma década de diálogo intercultural, esteve em formato de rascunho por muito tempo, construindo conceitos através das opiniões, valores e objetivos comuns e elaborando ações. Depois que milhares de pessoas foram ouvidas finalmente foi assinada por vários países e instituições no ano 2.000 e divulgada em Haia, na Holanda.

Nesse contexto Gadotti explica que:

A Carta da Terra emerge como uma declaração de princípios éticos e valores fundamentais para a construção de uma sociedade global mais justa, sustentável e pacífica. Ela inspira todos os povos a um novo sentido de interdependência global e responsabilidade compartilhada; ela nos desafia a examinar os nossos valores e princípios éticos. (GADOTTI, 2010, p. 07)

A Carta da Terra se encontra no anexo III desta pesquisa.

PLACEA – 1992

O Programa Latinoamericano e Caribenho de Educação Ambiental - PLACEA – foi criado durante o I Congresso Iberoamericano de Educação Ambiental, e este foi realizado no México, na cidade de Guadalajara, a partir da ideia de se

criar, fortalecer e consolidar um mecanismo regional de cooperação em educação ambiental.

EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL- 2005

Recomendada pela Organização das Nações Unidas (ONU), a década de 2005-2014 foi orientada no marco das orientações do desenvolvimento sustentável. O Ministério do Meio Ambiente disponibiliza uma página com vários textos, antecedentes e considerações acerca da década.

2.1.2 POLÍTICAS NACIONAIS

No Brasil, o SiSNEA - Sistema Nacional de Educação Ambiental foi criado em 2002 para nortear as inúmeras iniciativas, instâncias e eixos de ações que são elaboradas no campo da educação ambiental no Brasil, num cenário de criatividade e originalidade, e preocupação com o social e com o ambiental, onde os estados se organizam em redes e comissões colegiadas, para traçar diretrizes, metas, proposições para tratar da conscientização a cerca das questões socioambientais.

O Sistema Nacional de Educação Ambiental foi orientado pela Lei 9.795/99 de Educação Ambiental (PNEA), e amparado no Programa Nacional de Educação Ambiental (ProNEA), com o objetivo de possibilitar às pessoas que atuam no campo da Educação Ambiental uma maior facilidade na identificação das formas de recorrerem a outros atores e parceiros, como também de encaminharem demandas e reivindicações que viabilizem e repercutem suas ações cotidianas.

Ainda no contexto brasileiro, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental, foram aprovadas pelo Conselho Nacional de Educação – CNE e lançadas durante a Conferência Rio+20, e estabelecem a inserção da dimensão ambiental no currículo, em todos os níveis e modalidades de ensino, colocando as instituições como espaços educadores sustentáveis, integrando a proposta curricular, de gestão democrática e outras ações construindo assim, referências de sustentabilidade socioambiental.

Quanto à definição pela Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA), essa educação deve ser caracterizada por “processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, atitudes e

competências, voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum, essencial à qualidade de vida e à sustentabilidade”.

Considera também, a educação ambiental como “um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não formal” (BRASIL, Lei 9.795/1999).

Na figura 1 abaixo, são apresentadas ordenadamente as principais formas e organizações das políticas públicas brasileiras, envolvendo setores governamentais e não governamentais, redes, estruturas educadoras, coletivos, salas verdes e outros organismos participativos.



Fonte: Educação Ambiental - tessituras de esperanças. Sato e Silva, 2018, p. 96.

2.2 POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL

A Política Nacional de Educação Ambiental - PNEA, Lei 9.795/99, regulamentada em 2002, consolida a Educação Ambiental no Brasil como “um componente essencial e permanente da educação nacional”. E constitui as diretrizes

consideradas obrigatórias para os sistemas pedagógicos formais e não formais de ensino contidas nesta Lei.

A PNEA propõe em seu Art. 8º que as atividades vinculadas à Política Nacional de Educação Ambiental devem ser desenvolvidas na educação em geral e na educação escolar, por meio das seguintes linhas de atuação inter-relacionadas: § 2º A capacitação de recursos humanos voltar-se-á para: Inciso II - a incorporação da dimensão ambiental na formação, especialização e atualização dos profissionais de todas as áreas; e § 3º As ações de estudos, pesquisas e experimentações voltar-se-ão para: Inciso I - o desenvolvimento de instrumentos e metodologias, visando à incorporação da dimensão ambiental, de forma interdisciplinar, nos diferentes níveis e modalidades de ensino.

No seu Art. 9º se refere à Educação Ambiental no contexto do ensino como aquela “desenvolvida no âmbito dos currículos das instituições de ensino públicas e privadas”, englobando a educação básica, a educação superior e a educação especial, profissional e de jovens e adultos”. Já em seu o Art. 10 determina que “a educação ambiental será desenvolvida como uma prática educativa integrada, contínua e permanente em todos os níveis e modalidades do ensino formal”. E no seu Art. 11, determina que “a dimensão ambiental deve constar dos currículos de formação de professores, em todos os níveis e em todas as disciplinas” conforme conferido (BRASIL, Lei nº 9.795/99. In: ProNEA, 2005, p.68).

Dessa forma, os processos educativos provocam o despertar da consciência socioambiental através do estímulo à educação ambiental e viabilizam meios de se praticar a responsabilidade socioambiental em benefício da coletividade, papel esse a ser assumido pelas universidades.

O Programa Nacional de Educação Ambiental – ProNEA, na segunda Linha de Ação e Estratégias: “Formação de Educadores e Educadoras Ambientais” propõe, dentre outras obrigações, a “formação continuada de docentes e técnicos, desde a educação pré-escolar ao ensino superior, utilizando-se metodologias presenciais e de educação a distancia”. A quarta Linha, que trata da “Inclusão da Educação Ambiental nas Instituições de Ensino”, determina a “inclusão de disciplinas sobre meio ambiente na formação universitária, tornando esse tema transversal ao ensino, à pesquisa e à extensão” e a “inclusão de disciplinas que

enfoquem o aspecto metodológico da Educação Ambiental no currículo dos cursos de licenciatura” (ProNEA, 2005, p. 47-50).

Apesar de todo esse aparato legal que regulamenta a Educação Ambiental na formação de educadores/as e da ênfase que ganhou a crise socioambiental no debate global contemporâneo, esse é um tema relativamente recente ou ausente nos programas de formação docente.

A maioria das universidades ainda não despertaram para sua co-responsabilidade no sentido de incorporar a dimensão ambiental, de forma sistemática, tanto nos currículos dos cursos de formação de profissionais que atuarão nas diversas áreas, quanto nos processos de gestão.

3 UNIVERSIDADE

As universidades são instituições de ensino de educação superior, nos níveis de graduação e pós-graduação, e também possuem atividades de caráter de extensão e de pesquisa. A Constituição Federal/1988 em seu artigo 207 estabelece que as universidades obedecerão ao princípio da indissociabilidade entre pesquisa, ensino e extensão (BRASIL, 1988, Art. 207), o que propicia garantir, de forma plena, essa produção.

As universidades podem ser públicas ou privadas, mas ambas são fiscalizadas pelo governo através do MEC - Ministério da Educação.

Nas universidades públicas os governos estaduais ou nacionais são os seus mantenedores, através da destinação de fundos públicos à educação e aplicados conforme os regimentos da administração interna de cada universidade, que dispõe de autonomia, mas não autonomia financeira. No setor privado, as universidades possuem maior independência, mas dependem de programas sociais oriundos das políticas públicas de acesso ao ensino superior, também possuem como fontes de recursos os fundos privados, de mensalidades pagas pelos seus alunos, e também podem receber estímulos através da filantropia.

As universidades, como instituições de ensino superior devem ter a natureza educativa, pois possuem papel fundamental na instrução dos indivíduos na sociedade, enquanto cidadãos humanos, sociais e profissionais conscientes de suas responsabilidades. Masetto (2014) define que, universidade:

É um lugar de fazer ciência, que se situa e atua em uma sociedade, contextualizado em determinado tempo e espaço, sofrendo as interferências da complexa realidade exterior, que se estende da situação político-econômico-social da população às políticas governamentais, passando pelas perspectivas políticas e ideológicas dos grupos que nela atuam. (MASETTO, 2014, p. 11).

Nesta perspectiva a educação superior deve ater-se na “formação acadêmica” para designar o processo de formação humana e profissional nas diversas áreas do conhecimento, através da ciência, da cultura e do despertar da consciência política, econômica, social e ambiental nos egressos e futuros profissionais inseridos na sociedade na prestação de serviços nas diversas áreas do conhecimento.

A educação superior, conforme a Lei nº 9.394/1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), tem por finalidade:

I - estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo;

II - formar diplomados nas diferentes áreas de conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, e colaborar na sua formação contínua;

III - incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando o desenvolvimento da ciência e da tecnologia e da criação e difusão da cultura, e, desse modo, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive;

IV - promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação;

V - suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração;

VI - estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade;

VII - promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição.

VIII - atuar em favor da universalização e do aprimoramento da educação básica, mediante a formação e a capacitação de profissionais, a realização de pesquisas pedagógicas e o desenvolvimento de atividades de extensão que aproximem os dois níveis escolares. (BRASIL, 1996, art. 43).

Sobretudo, o ensino, a pesquisa e a extensão, caracterizam-se como sendo as atividades fins das universidades, e o processo de ensino-aprendizagem deve ir além das salas de aula e se estender à sociedade. De acordo com Saviani (1984, p. 48), “o ensino (universitário) se destina à formação de profissionais de nível superior, e, como tal, se centra basicamente na transmissão do saber; já a pesquisa se destina à produção de novos conhecimentos, à ampliação da esfera do saber humano”.

As finalidades da universidade devem caminhar ao encontro das necessidades da sociedade, não somente por meio de profissionais diplomados, na instrução dos indivíduos, contribuindo na construção de seres humanos capazes de

se posicionarem na sociedade, e em demandar primordialmente “a preparação de indivíduos cultos, críticos e com conhecimentos científicos, capazes de continuar seu processo de formação sobre uma ampla base de conhecimentos e procedimentos éticos, além de agirem de forma técnica competente”. (PEREIRA, 2007, p. 89). E que a função das universidades não seja tão somente para a prática produtiva, do trabalho, mas também para a prática social, a sociabilidade e a prática simbólica, a cultural (SEVERINO, 1998).

Souza Filho (2006), argumenta que:

[...] é função da Universidade destinar aos estudantes uma educação de graduação que signifique não apenas uma etapa na formação profissional de cada um, mas também uma Educação para o pensar, com o que se espera que os estudantes adquiram as condições de fazer a crítica da alienação, nas formas em que esta é fixada na vida de todos, ajudando-os a superar a visão anterior adquirida sobre a vida, a sociedade e a história (SOUZA FILHO, 2006, p. 181-182).

As universidades devem se abrir às necessidades da sociedade e promover a discussão sobre os problemas sociais e ambientais locais, regionais e nacionais enfrentados pela mesma, e juntas buscarem alternativas e resoluções e se ajudarem mutuamente com o intuito de proporcionar bem estar e qualidade de vida aos indivíduos, é nesse contexto que se situam os questionamentos sobre a educação ambiental e a responsabilidade socioambiental das universidades no contexto da educação superior. Conforme Souza Filho (2006):

A missão da universidade, assim, definiu-se, ao longo da história, como sendo tornar-se o lugar da formação de pesquisadores, pensadores independentes, produtores de conhecimento e de técnicas socialmente necessárias ao desenvolvimento do bem-estar humano. (SOUZA FILHO, 2006, p. 118).

A comunidade acadêmica e a sociedade devem fomentar a mobilização das instituições formais e não-formais de educação superior para o apoio ao ensino, pesquisa e extensão em educação ambiental e a criação em cada universidade, de centros interdisciplinares para as questões relacionadas ao meio ambiente, fortalecendo assim a organizações dos movimentos sociais e de cunho ambientais, como espaços privilegiados para o exercício da cidadania e melhoria da qualidade de vida e do ambiente.

A universidade não se resume apenas ao ensino na graduação e pós-graduação, e em atividades de pesquisa e extensão, um dos principais papéis da universidade é contribuir com a mudança de uma realidade social, daí a necessidade de mais investimentos na educação superior, através da expansão universitária e de políticas educacionais de acesso ao ensino superior que alcancem um maior número de pessoas na sociedade, e que nessas sejam despertadas a consciência socioambiental.

3.1 AMBIENTALIZAÇÃO NA UNIVERSIDADE

A Ambientalização na Educação Superior abrange o currículo, a pesquisa, a extensão e a gestão, e conduz as Instituições de Ensino Superior a se constituírem como verdadeiros Espaços Educadores Sustentáveis - EES, num processo permanente e eficiente de gestão. Conforme prevê um dos princípios da Lei nº 13.005, de 25 junho de 2014, que aprovou o novo Plano Nacional de Educação, de “promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental” (BRASIL, Lei nº 13.005/14, p. 1, art. 2, inciso X).

A Resolução do Conselho Nacional de Educação – CNE, de 2012, institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Ambiental – DCNEA (BRASIL, MEC-CNE, 2012), que em seu artigo 21, recomendam que:

Os sistemas de ensino devem promover as condições para que suas instituições educacionais se constituam em espaços educadores sustentáveis, com a intencionalidade educar para a sustentabilidade socioambiental de suas comunidades, integrando currículos, gestão e edificações, em relação equilibrada com o meio ambiente e tornando-se referência para seu território. (BRASIL, MEC-CNE, 2012, p. 7).

A Ambientalização é sugerida como um processo permanente a ser executado e capaz de propiciar à comunidade acadêmica, vivenciar práticas e a prezarem princípios que visem à sustentabilidade, através da mudança de atitudes e de valores, incorporando-os no seu cotidiano enquanto universitários e estendendo-os à comunidade além dos muros da universidade.

Difícilmente uma Instituição de Ensino Superior terá uma efetiva e eficaz gestão ambiental. A gestão a que nos referimos não é apenas à extensão do tripé

institucional, que são: o ensino, a pesquisa e a extensão; mas sim, no que se refere à administração da IES. A Ambientalização na Gestão deve incorporar aos processos a gestão ambiental, a responsabilidade social, viabilizando meios de se promover a educação ambiental, para assim, atingir a responsabilidade socioambiental.

Através da prática de ações frequentes, unificando as atividades dos grupos que atuam na área ambiental, a Universidade promoverá a Educação Ambiental de forma efetiva e eficaz, somando forças e consolidando sua responsabilidade na produção científica voltada para as questões socioambientais e na construção de políticas nesse campo da ciência, além da formação de profissionais habilitados em todas as áreas do conhecimento, em especial aos docentes que atuarão na educação em todos os níveis do ensino, independente se esses estão voltados para a formação da temática ambiental.

Frente a novos desafios em que se apresenta um paradoxo dos inúmeros conflitos socioambientais existentes e a tensão no enfrentamento dessas questões num contexto global, trazendo à realidade local, nos faz questionar sua verdadeira capacidade em acompanhar as rápidas mudanças ocorridas no entorno social e natural com a produção de novos saberes, com a abertura de novos horizontes que impliquem possibilidades epistemológicas e pedagógicas para o ensino, para a busca de soluções efetivas aos problemas socioambientais e, principalmente a aplicação dos resultados das pesquisas científicas e tecnológicas para o bem estar e a melhor qualidade de vida da humanidade (SILVA, 2007).

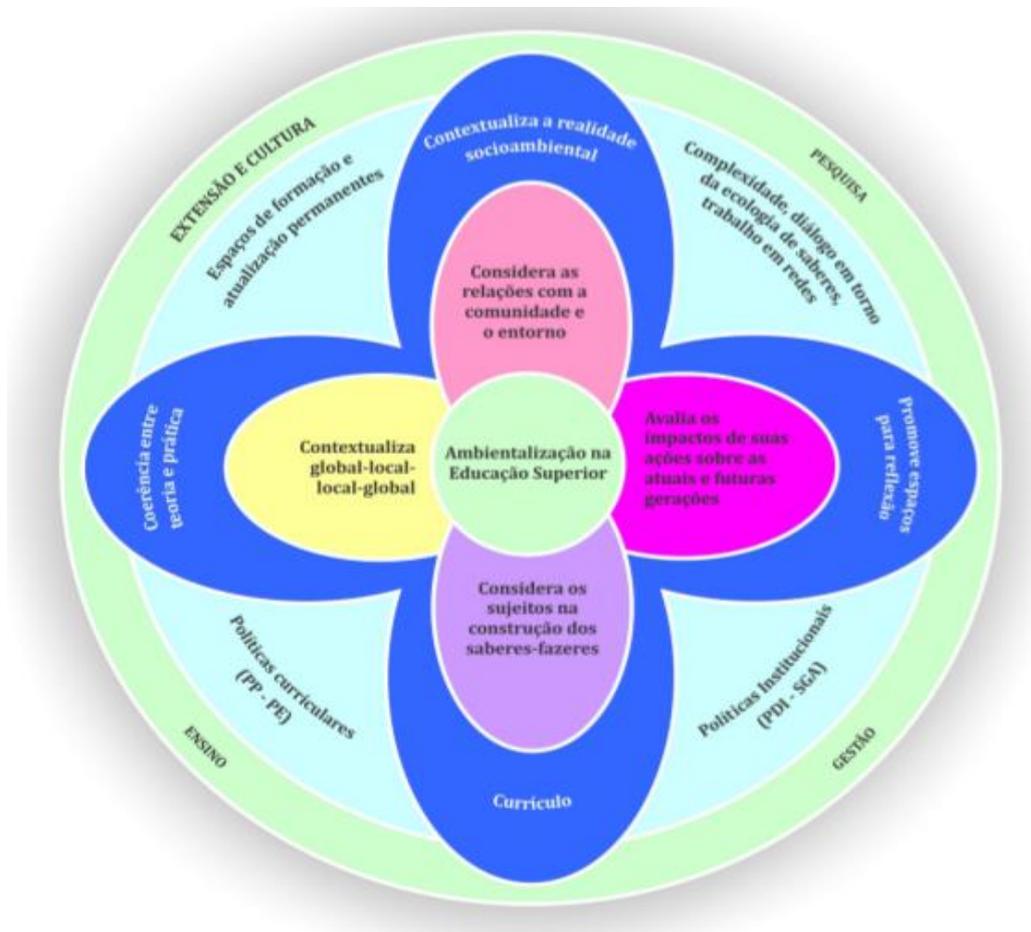
Diante desta perspectiva de formação, refletimos quanto à universidade discutir sobre as questões ambientais e preparar seus alunos para trabalhar com a temática, e colocamos a discussão atinente à crise ambiental global e as melhorias que deveriam ter sido executadas por meio da Educação Ambiental proposta a partir da década de 70, através da realização da Conferência Mundial em Estocolmo (1992) sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento e a Conferência Intergovernamental sobre Educação Ambiental em Tbilise, (1977).

Da Conferência de Tbilise foi instituída a Recomendação nº 13 em que destaca: “as instituições de ensino superior deverão transmitir aos estudantes os conhecimentos básicos essenciais para que sua futura atividade profissional redunde em benefício do meio ambiente; e recomenda o tratamento interdisciplinar

da questão ambiental; a elaboração de recursos pedagógicos que orientem a prática da Educação Ambiental e a cooperação entre instituições universitárias visando preparar especialistas em Educação Ambiental”.

Para Silva (2007) uma universidade ambientalmente responsável ou sustentável, diz que a inserção da Educação Ambiental no ensino superior não deve ocorrer apenas através dos currículos da graduação ou pós-graduação, mas também na gestão das instituições.

A Figura 2, elaborada pelos autores do grupo de pesquisa GEEAS, representa um novo olhar para o processo de ambientalização na Educação Superior.



Fonte: Elaboração do Grupo de Pesquisa Educação, Estudos Ambientais e Sociedade – GEEAS.

O movimento de ambientalização sistêmica na Educação Superior envolve diferentes dimensões: Pesquisa, Gestão, Ensino, Extensão e Cultura.

As dimensões da Educação Superior com base na argumentação dos autores Guerra e Figueiredo (2014):

- Na dimensão da Pesquisa destaca-se a importância do diálogo sobre a “ecologia de saberes”, no sentido dado por Boaventura Santos, que pode ser alcançado no trabalho cooperativo em redes de pesquisa. Este diálogo sobre a ecologia de saberes pode ser o caminho para a não massificação e colonização do processo de conhecer.
- Na dimensão da Gestão institucional é importante considerar a governança organizacional⁴. Para isso, as questões da sustentabilidade e responsabilidade socioambiental estão incorporadas nos princípios e diretrizes das políticas institucionais, como o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e no Sistema de Gestão Ambiental (SGA).
- Na dimensão do Ensino, a ambientalização se transversaliza nas Políticas Curriculares, o que implica o diagnóstico dos indícios de ambientalização nos Projetos Pedagógicos (PP) e Planos de Ensino (PE) dos cursos oferecidos.
- Na dimensão da Extensão e Cultura é responsável por promover articulações com as demais dimensões, por meio do desenvolvimento de estratégias e projetos que promovam o envolvimento e o desenvolvimento, junto às comunidades, de espaços de formação e atualização permanente. (GUERRA e FIGUEIREDO, 2014, p.145-164)

Esta ambientalização sistêmica envolve as dimensões apresentadas na pesquisa, ensino, extensão e gestão ambiental na universidade e o comprometimento de toda a comunidade universitária nos processos. Essa dimensão ambiental já deveria ter sido incorporada nas universidades, mas infelizmente, essa não é uma realidade.

É fundamental que as IES realizem adaptações nos seus currículos, e articulem mudanças que contribuam para a formação de futuros profissionais, com condições de suprir as demandas de sociedades que tendem a se desenvolverem se moldando aos modelos sustentáveis, e que saibam lidar de forma holística e preventiva com relação às questões ambientais e à tomada de decisões e na quebra de paradigmas dos modelos insustentáveis. Além disso, deve promover mudanças nas políticas e práticas de gestão e organização institucionais.

⁴ Conforme a Norma ABNT NBR ISO 26000 “Uma forma importante e eficaz de integrar a responsabilidade social em toda a organização é por meio da governança da organização, sistema pelo qual suas decisões são tomadas e implementadas em busca de seus objetivos. Convém que uma organização gerencie, de forma conscienciosa e metódica, seus impactos referentes a cada tema central e monitore os impactos das organizações dentro de sua esfera de influência, de modo a minimizar o risco de danos socioambientais, bem como maximizar oportunidades e impactos positivos” (ABNT, 2010, p. 78)

4 ASPECTOS METODOLÓGICOS: METODOLOGIA DE INVESTIGAÇÃO COMUNICATIVA

A opção metodológica para esta pesquisa foi pela Metodologia de Investigação Comunicativa, considerando que a mesma pressupõe a realidade como processo, como algo que está sendo construído e interpretado coletivamente. Esta metodologia, segundo Mello (2006), vem sendo desenvolvida pelo Centro Especial de Investigação em Teorias e Práticas Superadoras de Desigualdades (CREA) da Universidade de Barcelona, tendo como base a Teoria da Ação Comunicativa de Jürgen Habermas (1987a e 1987b), bem como o conceito de dialogicidade de Paulo Freire (1995 e 2001). Nas discussões feitas por esses autores são levantadas as tipificações das ações tanto para explicitar as distorções que podem ocorrer na interação entre atores sociais, como para desenvolver um novo paradigma pautado na ação comunicativa e dialógica.

No pensamento habermasiano busca-se o esclarecimento de que a realidade deve ser entendida como sendo proposta por três mundos: mundo objetivo, mundo social e mundo subjetivo, a descrição dos tipos de ação que envolveria de forma diferente esses três mundos – ação teleológica, ação social e ação dramaturgica e a compreensão do conceito de mundo da vida.

Define-se por mundo objetivo a totalidade dos estados de coisas que existem ou que podem apresentar-se ou ser produzidas mediante uma adequada intervenção no mundo. O mundo social consta de um contexto normativo que estabelece que as interações pertencem à totalidade de relações interpessoais legítimas e, por último, o mundo subjetivo caracterizado como uma totalidade de vivências subjetivas às quais os agentes tem acesso privilegiado frente aos demais (HABERMAS, 1987, p. 125 a 132).

Tratando-se das ações, que como disse anteriormente, envolve formas diferenciadas desses três mundos, podemos certificar que:

A ação teleológica pressuporia o mundo objetivo; a ação com base em normas envolveria o mundo objetivo e o social e, por fim, a ação dramaturgica envolveria o mundo subjetivo, mas também o social e o objetivo, já que a subjetividade se forma na intersubjetividade do mundo social e na referência do mundo objetivo (HABERMAS, 1987a, apud MELLO, 2006).

A teoria de Habermas estabelece uma diferença entre o mundo objetivo, mundo social e mundo subjetivo e a ação comunicativa, na medida em que explica a linguagem como um mecanismo de entendimento na ação comunicativa, em que falantes e ouvintes se referem, desde o horizonte pré-interpretado que seu mundo de vida representa simultaneamente a algo no mundo objetivo, no mundo social e no mundo subjetivo, para negociar definições da situação que possam ser compartilhadas por todos (HABERMAS, 1987a, apud MELLO, 2006).

A linguagem é tomada como meio de entendimento e estabelecimento de consensos provisórios sobre as ações a desenvolver, e é isto que permite a transformação interna dos sujeitos e do mundo objetivo e do mundo social onde se encontram. (MELLO, BRAGA e GABASSA, 2012, p. 59).

Quanto à noção de entendimento podemos dizer que:

Entendimiento significa la obtención de um acuerdo entre los participantes en la comunicación acerca de la validez de una emisión; acuerdo, el reconocimiento intersubjetivo de la pretensión de validez que el hablante vincula a ella. (HABERMAS, 2003, p. 171).

Nesse sentido, podemos dizer que a ação comunicativa surge como uma interação entre sujeitos, capazes de falar e agir, que estabelecem relações interpessoais com o objetivo de alcançar uma compreensão acerca de situação em que ocorre a interação e sobre os respectivos planos de ação com vistas a coordenar suas ações pela via do entendimento. Daí a ideia de que o conceito de mundo da vida passa a ter importância no modo de entender os atores sociais.

Citando Habermas (1987) Mello (2006) explicita que:

O significado desta expressão pode ser esclarecido intuitivamente pela referência àqueles objetos simbólicos que geramos quando falamos e atuamos, desde as manifestações imediatas (como são os atos de fala, as atividades teleológicas, etc.) passando pelos sedimentos de tais manifestações (como são os textos, as tradições, os documentos, as obras de arte, as teorias, os objetos da cultura material, os bens, as técnicas etc.) até os produtos gerados indiretamente, suscetíveis de organização e capazes de estabilizarem-se a si mesmos (como são as instituições, os sistemas sociais e as estruturas da personalidade). (HABERMAS, 1987a, 154).

Ou ainda:

Um mundo da vida constitui, como vimos, o horizonte do processo de entendimento com que os implicados chegam a um acordo ou discutem sobre algo pertencente ao mundo objetivo, ao mundo social que compartilham, ou ao mundo subjetivo de cada um. (HABERMAS, 1987a, 184).

Pinto (1995) esclarece que o mundo da vida é dividido em três componentes estruturais: cultura, sociedade e pessoa. A *cultura*, entendida como o estoque de conhecimento do qual os atores suprem-se de interpretações quando buscam a compreensão sobre algo no mundo. *Sociedade*, entendida como as ordens legítimas através das quais os participantes regulam suas relações no grupo social. Quanto a pessoa, é entendida como as competências que tornam um sujeito capaz de falar e agir, ou seja, de compor sua própria personalidade.

Nesse sentido, a metodologia da investigação comunicativa, se pauta no conceito de ação comunicativa, desenvolvido por Habermas, que se junta ao de diálogo e ao de palavra verdadeira, de Freire, como suporte ao princípio do diálogo igualitário, até porque na perspectiva de Freire mundo e homem formam-se e transformam-se na essência da dialogicidade.

Na argumentação de Freire (2013):

A dialogicidade é uma exigência da natureza humana, de um lado; de outro um reclamo da opção democrática do educador. No fundo não há comunicação sem dialogicidade e a comunicação se acha no centro mesmo do fenômeno vital. É nesse sentido que a comunicação é, a um tempo vida, a outro, fator de mais vida (FREIRE, 2013, p. 130).

Dialogar é o ato de se comunicar, e, portanto, é a aquisição de uma postura crítica e consciente frente aos problemas do mundo. Conforme Freire (2015):

A existência, porque humana, não pode ser muda, silenciosa, nem tampouco pode nutrir-se de falsas palavras, mas de palavras verdadeiras, com que os homens transformam o mundo. Existir, humanamente, é pronunciar o mundo, é modificá-lo. O mundo pronunciado, por sua vez se volta problematizado aos sujeitos pronunciantes, a exigir deles novo pronunciar (FREIRE, 2015a, p. 108).

Para Freire, “o sujeito que se abre ao mundo e aos outros inaugura com seu gesto a relação dialógica em que se confirma como inquietação e curiosidade, como

inconclusão em permanente movimento na história” (FREIRE, 2015b, p. 133). No entendimento de Freire a relação dialógica no processo do conhecimento é indispensável entre sujeitos sempre abertos à possibilidade de conhecer e de mais conhecer.

Por isto, o diálogo é uma condição existencial. Sendo o diálogo, o encontro em que se solidarizam o refletir e o agir de seus sujeitos endereçados ao mundo a ser transformado e humanizado, não pode reduzir-se a um ato de depositar ideias de um sujeito no outro, nem tampouco tornar-se simples troca de ideias a serem consumidas pelos permutantes (FREIRE, 2015a, p. 109). A dialogicidade está cheia de curiosidade, de inquietação, de procura e de respeito entre os sujeitos que dialogam (FREIRE, 2013).

Mello (2006) apresenta dois conceitos presentes na metodologia de investigação comunicativa, “postura investigativa” e “ruptura de desnível interpretativo” que evidenciam que há experiência comunicativa entre falante e ouvinte no processo de investigação, que representam claramente a necessidade do diálogo nas relações humanas.

Sobre a postura investigativa, Flecha (2004) explica que na perspectiva comunicativa entende-se que o/a investigador/a toma posição diante dos temas discutidos, não omitindo sua visão, como ocorre na maioria das investigações das ciências sociais. Porém, seu posicionamento não ocupa lugar de destaque ou domínio; sua palavra não é a de um especialista, no sentido de ter valor em si pela posição social ocupada. O/a investigador/a está em relação de igualdade com os demais: sua palavra é apresentada e tomada pela validade dos argumentos, como ocorre em todas as falas.

Quanto à ruptura do desnível interpretativo, (MELLO 2006, p. 6) trata-se de entender que todos somos capazes de interpretar e explicar as situações vividas, havendo, porém, diferença de função de interpretação entre participantes e pesquisadores.

A metodologia da investigação comunicativa fundamenta o diálogo na perspectiva de viabilizar o envolvimento, o respeito pelas diversas posições, o compromisso dos falantes, a intenção comunicativa, o enfoque no trabalho coletivo. Nela existe o discurso, a problematização, o entendimento, entendendo que o

recurso ao poder e às emoções como forma de manipulação representam distorções ou não incorporação da capacidade comunicativa.

Passando para a esfera operacional da pesquisa, enfatizamos, inicialmente, que a metodologia de investigação comunicativa combina técnicas quantitativas e qualitativas. Nessa pesquisa faremos essa combinação na medida em utilizaremos dados quantificáveis na caracterização dos cursos de graduação implicados, dos coordenadores de ensino (formação, tempo na universidade etc.). No entanto, em função da natureza da questão pesquisa a nossa opção básica é pela abordagem qualitativa, entendendo que:

Como técnicas qualitativas, os princípios da metodologia comunicativa guiam formas de coleta e análise dos dados que permitam o exercício da postura realizativa do investigador e a ruptura do pressuposto da hierarquia interpretativa: grupo de discussão comunicativo, relatos comunicativos de vida cotidiana, entrevistas comunicativa em profundidade e observação comunicativa são meios importantes na investigação de uma temática (MELLO, 2006, p. 11).

Para alcançar o objetivo proposto nesta pesquisa fizemos no primeiro momento um levantamento bibliográfico para o aprofundamento de conceitos exigidos na resposta à questão da pesquisa. No tocante as técnicas qualitativas de investigação, optamos por utilizar duas técnicas: entrevista comunicativa em profundidade e grupo de discussão comunicativo.

A entrevista comunicativa em profundidade terá a composição de pequenos grupos (aproximadamente cinco pessoas) que responderão as indagações organizadas em forma de roteiro. Após a transcrição da entrevista o grupo participante deve fazer uma revisão e uma análise dos dados transcritos, uma vez que nesse processo a pesquisadora e os participantes se empenham em compreender o tema investigado.

O grupo de discussão comunicativo é apropriado para estudos que pretendem descrever e compreender as percepções sobre uma determinada situação, um programa ou acontecimento, sendo seu objetivo obter informação exhaustiva sobre as necessidades, interesses e preocupações de um determinado grupo social. O grupo de discussão supõe um diálogo igualitário entre as pessoas participantes da investigação e o investigador. Por meio desse diálogo se

constrói uma interpretação coletiva do tema em estudo, que recorre à base científica existente sobre este e seu contraste com as pessoas que compõe o grupo (Flecha et al., 2006).

Com relação à análise propriamente dita dos dados, além de se compor pela participação ativa e efetiva da pesquisadora e dos participantes, há a incorporação de uma categoria de análise em que busca identificar, descrever e analisar os dados sob as dimensões exclusoras e dimensões transformadoras dos processos investigados. Sendo as dimensões exclusoras, às barreiras que impedem a transformação, quanto às dimensões transformadoras, se referem às formas de superar tais barreiras.

Quanto à análise dos resultados, Mello (2006) explica que esta pode ser realizada através da:

[...] organização dos dados em categorias analíticas que evidenciam os aspectos transformadores já presentes na realidade investigada, e a serem potencializados, e os aspectos que se apresentam como obstáculos para a transformação da realidade na direção desejada pelo grupo, configura-se como retorno imediato e efetivo para o grupo participante na pesquisa. Assim sendo, a possibilidade de superação das práticas que impedem ou dificultam a construção de uma escola com e para todos e todas torna-se mais evidente (MELLO, 2006, p. 15).

A identificação, o conhecimento, a potencialização e a compreensão do tema aqui proposto pressupõe a participação dos sujeitos na descrição e na análise da realidade, conjugando-se os âmbitos objetivo, social e subjetivo dos sujeitos implicados na temática. A presença da categorização dos dados em dimensões exclusoras e transformadoras adiciona à pesquisa, em sua intenção e em seus resultados.

Os participantes, um universo com uma média de cinco sujeitos, devem apresentar certas características em comum que estão associadas à temática central em estudo, nesse caso em específico, serem coordenadores de ensino de cursos de graduação do Câmpus Universitário de Rondonópolis/UFMT.

O contexto social e institucional do projeto serão os cursos de graduação do Câmpus Universitário de Rondonópolis da Universidade Federal de Mato Grosso, a serem definidos a partir de um contato formal, a ser estabelecido entre a pesquisadora e os coordenadores de ensino, conforme será detalhado a seguir.

4.1 DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA QUANTO A DEFINIÇÃO DAS QUESTÕES, A ABORDAGEM AOS PARTICIPANTES E A COLETA DE DADOS

Para a definição das questões que seriam abrangidas nas entrevistas, expandimos o entendimento acerca das questões socioambientais até chegarmos à educação ambiental, que é o nosso foco de investigação. Essa opção se deu, pelo fato de que os sujeitos da pesquisa são coordenadores de ensino de áreas distintas e não trabalham diretamente com a Educação Ambiental, e dessa forma, eles teriam a possibilidade de discursarem sobre a temática de forma abrangente. Ao longo do processo as questões foram se alinhando aos objetivos da pesquisa, como será apresentado adiante.

A escolha dos participantes se deu de forma aleatória, pois todos os cursos de graduação da universidade poderiam ser objeto de estudo. É importante ressaltar que a pesquisadora teve dificuldade em fechar o grupo de discussão, em 5 coordenadores de ensino de graduação, pois alguns coordenadores procurados se negaram a participar do processo, por não compreenderem a proposta ser de uma pesquisa de caráter acadêmico e não de caráter institucional.

A abordagem aos participantes foi individual na forma de um convite para colaborar como entrevistados voluntários da pesquisa. Na ocasião foi explanado sobre a temática e como se aplicaria a Metodologia de Investigação Comunicativa, após o aceite dos coordenadores, os mesmos assinaram e receberam uma cópia do termo de consentimento dos sujeitos para participarem da pesquisa.

Desse modo, relativo aos participantes levamos em conta a proteção das identificações dos coordenadores de graduação, assim como a exposição de dados que pudessem identificá-los. Para tanto, os coordenadores entrevistados serão tratados como participantes: A, B, C, D e E.

Quanto à coleta de dados, as informações obtidas neste momento não foram analisadas, porém, agendamos o primeiro encontro individual para junho de 2018 com cada coordenador. Realizamos as entrevistas aplicando cinco (05) questões e na sequência realizamos a transcrição de dados e retornamos os dados aos participantes para que pudessem corrigir ou alterar algo, caso fosse necessário, antes do segundo encontro individual.

Para o segundo encontro individual, as questões foram ajustadas para melhor atender aos objetivos da pesquisa. Com a devolutiva em mãos os coordenadores participaram do segundo encontro individual em julho de 2018, nesse momento tiveram a oportunidade de ratificarem suas ideias, e acrescentarem informações sob um novo olhar acerca da temática investigada por meio da reconstrução dos entendimentos. Na sequência realizamos a transcrição de dados e retornamos os dados aos participantes para que pudessem corrigir ou alterar algo, caso fosse necessário, antes do encontro do grupo.

A proposta foi organizar um único encontro com o grupo de discussão comunicativo, onde os cinco (05) participantes que se dispuseram, desde o primeiro momento, a participarem. Mas, como se tratavam de coordenadores de cursos de graduação em horários de atendimento distintos, tivemos que ajustar o dia e o horário da ocorrência do encontro.

O encontro foi realizado numa tarde de agosto de 2018 e durou por volta de 2 horas, sendo que, a discussão acerca da temática durou 1 hora e 10 minutos, foi um bate papo descontraído e regado a um cafezinho, suco de laranja e um bolo de milho delicioso. Diante disso, percebeu-se bastante envolvimento e interesse dos participantes, que por parte de alguns, mesmo sem conhecerem a fundo sobre a temática estudaram e deram o seu melhor para contribuírem com os resultados desta pesquisa.

A análise dos dados levantados na pesquisa foi realizada a partir do encontro do grupo de discussão comunicativo, que se constituiu como um diálogo de forma igualitária entre os sujeitos de um mesmo grupo social e a pesquisadora, tendo como principal objetivo tomar conhecimento acerca dos entendimentos e do ponto de vista dos participantes, e os seus saberes e experiências no tocante à temática. Com o intuito de obter informações exaustivas sobre seus interesses e preocupações, bem como seus anseios e sentimentos quanto às questões propostas nesta pesquisa.

Através do diálogo coletivo se construiu uma interpretação conjunta sobre a temática do estudo, de modo que, a análise intersubjetiva foi realizada pelos participantes e pela pesquisadora, que interpretaram os dados extraindo as dimensões exclusoras e transformadoras da pesquisa.

Com o intuito de identificar quais reflexões os coordenadores de graduação da UFMT – Câmpus Universitário de Rondonópolis têm sobre a Educação Ambiental inserida no contexto do ensino superior, realizamos uma pesquisa qualitativa na forma de entrevista. Uma vez finalizadas a coleta e a estruturação das informações obtidas, iniciamos o processo de análise dos resultados.

5 PARTICULARIZAÇÃO DOS DIÁLOGOS E DISCUSSÕES SOBRE A EDUCAÇÃO AMBIENTAL COM OS COORDENADORES DE ENSINO

As análises dos dados da pesquisa foram desenvolvidas por meio de técnicas e procedimentos orientados por uma abordagem qualitativa na perspectiva da investigação comunicativa, visando possibilitar os entendimentos comuns dos participantes em uma perspectiva crítica, por meio do diálogo intersubjetivo e da reflexão.

Os resultados das análises foram obtidos a partir da abordagem qualitativa na perspectiva da investigação comunicativa, tais análises foram consubstanciadas pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental, e conforme a fundamentação teórica apresentada nos capítulos primeiro, segundo e terceiro desta pesquisa.

A metodologia de investigação comunicativa recomenda que sejam consideradas as expectativas, os anseios, os saberes e as intenções de todos os participantes da pesquisa. Assim, foi proposto aos participantes um primeiro contato sem terem conhecimento das questões a serem investigadas, onde ficaram à vontade para se expressarem e depois foi possível incorporar o objetivo de contribuir para possíveis reconstruções dos entendimentos sobre a Educação Ambiental, uma vez que os mesmos temas abordados durante as entrevistas seriam retomados.

Por este motivo, apresentamos os relatos após a realização das entrevistas individuais em profundidade em cada um dos dois encontros e posteriormente no encontro do grupo de discussão comunicativo, onde os participantes puderam contar suas experiências pessoais e profissionais, até que o assunto fosse totalmente esgotado para o momento. Os elementos excludores e os elementos transformadores para a inserção da Educação Ambiental no ensino superior foram apontados após o encontro do grupo de discussão comunicativo.

5.1 QUESTÕES INVESTIGADAS NO PRIMEIRO ENCONTRO INDIVIDUAL

No primeiro encontro individual colocamos como ponto inicial a Responsabilidade Socioambiental e na sequência foi posta a Educação Ambiental e a lei que estabelece a PNEA. A discussão se pautou a respeito de cinco questões

previamente definidas pela pesquisadora antes do primeiro encontro individual e posteriormente explanadas e consensuadas pelos participantes.

Para tanto, iniciamos o encontro individual, retomando a temática da pesquisa “A Inserção da Educação Ambiental no Ensino Superior” e os seus objetivos, explicando como se daria a dinâmica desta técnica de coleta de dados por meio da Metodologia de Investigação Comunicativa e sua finalidade para a construção do conhecimento pela intersubjetividade, entre outras informações relativas à metodologia.

Para construirmos a ideia da Educação Ambiental no ensino superior, partimos do entendimento dos coordenadores sobre a Responsabilidade Socioambiental no aspecto amplo da discussão, em que puderam relatar sobre a questão num contexto geral; neste momento sem a intenção de especificar o ensino superior. Partimos para os questionamentos e entendimentos.

5.1.1 Construção do entendimento dos coordenadores sobre Responsabilidade Socioambiental

Concebemos que os entendimentos relatados pelos participantes tangem o meio ambiente e o social e esses foram por eles associados às práticas socioambientais das pessoas no dia a dia quanto ao uso dos recursos naturais, ou seja, a interferência do homem na natureza, desde um lixo jogado no chão até a gestão das empresas que atuam sem se preocuparem com o meio ambiente. A Responsabilidade Socioambiental foi por eles compreendida como além do que é exposto nos meios de comunicação e maior do que os aspectos geográficos e ecológicos, uma vez que, o desgaste do meio ambiente afeta diretamente os seres humanos.

Vejamos o entendimento de cada participante quanto a essa questão:

Inicialmente a ideia de responsabilidade ambiental, socioambiental, surge principalmente da necessidade em virtude das modificações que o ser humano implicou na natureza e atualmente tem interferências diretas. Então aquilo que no passado se considerava interferências naturais, o ser humano tinha pouca interferência, hoje já se percebe que existe uma necessidade da responsabilidade da comunidade como um todo. Então a partir do momento que foram verificando essas alterações, digamos, mais efetivas das ações antrópicas, né, no caso do homem, perceberam a necessidade da

sociedade se inteirar dessas alterações e automaticamente que medidas poderiam ser mitigadoras desse processo. Então em virtude de problemas ambientais que vão surgindo, inclusive de necessidades, a questão da produção de alimentos, a questão de crescimento vertiginoso de cidades, a aglomeração das pessoas, passou a ser necessário. A questão da água também, poluição do ar e todos os outros. Então a responsabilidade passou a existir na medida em que você teve o agravamento de algumas crises. Conforme essas crises foram aparecendo e os estudos também foram aprimorando, percebeu-se a necessidade de uma intervenção direta. A questão socioambiental, então, está vinculada a essa temática, quer dizer, você não pode só tentar fazer uma dicotomia, né, uma separação das partes: sociedade, natureza, como se fosse coisas opostas, duais, quando na verdade você tem aí uma relação dialética, que quer dizer, contradição, superação e confrontação das partes. (Coordenador A)

Bom, falar sobre a perspectiva da minha área de atuação, que é o que mais concerne. Hoje nenhuma organização, seja de grande ou pequeno porte pode pensar em se estruturar ou mesmo crescer sem pensar a questão socioambiental, que não é simplesmente, na minha opinião, trabalhar somente com a questão de preservação da flora e fauna. Na verdade, é uma coisa muito mais ampla, né, ela também, em nossa perspectiva, além de se preocupar com o meio ambiente, com a questão da poluição, com a questão do tratamento de dejetos industriais, também tem a ver com a maneira com que você convive com a sociedade, como um todo. Então na perspectiva de nossa área é uma coisa mais ampla, então ela extrapola a questão simplesmente pensando em flora, fauna, rios, conservação, ela envolve todo um âmbito maior do que normalmente a gente escuta da mídia. (Coordenador B)

O meu entendimento sobre responsabilidade socioambiental é, no sentido bem prático, das decisões que a gente toma no nosso cotidiano pensando no meio ambiente. Começa desde jogar um papel na rua até jogar um combustível na terra. Esse é o meu entendimento. (Coordenador C)

Essa responsabilidade ambiental no meu entendimento, é uma responsabilidade que se refere ao consumo de recursos naturais. Sabemos que os recursos naturais podem ser extinguidos, ou seja, pode se acabar de uma certa forma, então eu vejo que a responsabilidade socioambiental, responsabilidade ambiental, ela é o uso consciente dos recursos naturais para que esses recursos sejam duradouros, que não venha a exaurir isso da natureza. Não sei se estou certo quanto a conceito, mas é isso aí que eu entendo. (Coordenador D)

Não sou um(a) estudioso(a) dessa área, né, tenho, assim, transitado um pouco, buscado conhecimento, eu acho importante. Acho que é o coração, quando a gente fala em socioambiental a gente não está falando só num contexto de ambientes geográficos, nós estamos falando de um ambiente que é local, nacional e mais amplo. E eu acho que pouco a gente ainda conseguiu implementar nas

instituições de ensino superior. Anteriormente a universidade, tive oportunidade de trabalhar com projetos, dentro dessa temática envolvendo o meio ambiente e a questão socioambiental, e pude fazer uma correlação, porque dentro do nosso curso, ela não está transcrita. Mas se você pegar o projeto político do curso, ele não tem nada, ele não faz nenhuma menção à questão socioambiental. Então a gente pôde trabalha-la transversal e interdisciplinarmente, porque eu conheço alguns projetos de curso que tem a disciplina, acho louvável, mas só a disciplina. Só a específica, é pouco. Eu acho que a gente quando fala nesse contexto socioambiental, ela tem que entrar como transversal mesmo e ser trabalhada interdisciplinarmente. (Coordenador E)

Essa reflexão inicial com os coordenadores, provocada por esta pesquisa, nos possibilitou aprofundar a discussão, e abordar um pouco mais sobre a Responsabilidade Socioambiental estendendo-a a universidade, pois eles se mostraram interessados na temática socioambiental e dispostos a contribuir com os questionamentos da pesquisa. Diante disso, colocamos a próxima questão.

5.1.2 Construção do entendimento se os coordenadores consideram importantes práticas socioambientais no contexto da Educação Superior

Na associação da Responsabilidade Socioambiental à universidade por meio de práticas socioambientais, apreendemos que houve um entendimento comum entre os participantes, que concordaram que é essencial na formação acadêmica dos alunos de todas as áreas das ciências, não somente com disciplina específica, mas estar integrada aos conteúdos dentro e fora da sala de aula. Visto que, a responsabilidade da universidade é ainda maior quanto da formação de professores, e como também com a adoção de simples ações nas decisões administrativas, bem como, na rotina acadêmica de docentes e discentes, através de orientações na redução do uso do papel e dos recursos naturais desnecessariamente.

Vejamos o entendimento de cada participante quanto a essa questão:

Sim, com certeza. Porque a Educação Superior nada mais é do que a formação dos profissionais, inclusive a formação de professores. Então nada mais justo do que nesse nível você já ter esse entendimento e a necessidade de transformar isso em elementos curriculares, em encaminhamentos, diretrizes dos cursos. Porque o curso que forma um profissional, se ele já tem imbuído nessa formação essa consciência socioambiental, essa necessidade de ter

uma noção mais holística, né, mais totalizadora dos objetos, que a pessoa vá trabalhar em qualquer medida, é importante ter essa noção. Então no caso de uma licenciatura, então isso aí é *sine qua non*, é uma condição que não pode ser desconsiderada nunca, exatamente porque você forma um profissional que vai formar a sociedade, os alunos nas escolas. (Coordenador A)

Opa, importantíssimo, tanto é que temos disciplinas para falar sobre essa questão, disciplina específica sobre a questão socioambiental. Nosso curso tem docente com doutorado nessa parte ambiental, nós aplicamos a disciplina de Gestão Socioambiental para o aluno. Porque já faz parte do currículo, embora não faça parte das DCNs obrigatórias pelo MEC, embora isso seja lá de 2005, a própria evolução do mercado exige que essa disciplina se inclua no conteúdo, assim como outras disciplinas, acontecem. Gestão Ambiental hoje é conteúdo obrigatório no curso. (Coordenador B)

Considero, não só voltado para a questão de uma disciplina específica a isso, mas as práticas docentes e discentes que podem ser ambientalmente mais corretas. Exemplo: às vezes a gente tem que tomar uma decisão que é simples e a gente gasta 500 folhas de sulfite para isso. (Coordenador C)

É fundamental que nós tenhamos, não digo uma disciplina, mas que tenhamos conteúdos relacionados na matriz curricular do curso, com conteúdos relacionados a essa responsabilidade ambiental, independente de qual área, de qual ciência, acredito que todos os cursos, todas as áreas, eles consomem, de uma certa forma, os recursos naturais. Então eu vejo de extrema importância a relação desses conteúdos em sala de aula, com os alunos, não de forma isolada, mas de forma integrada com os conteúdos dentro de sala de aula. (Coordenador D)

Sim, principalmente nós que trabalhamos com formadores, né? Então tem que começar conosco. Acho que até a própria universidade tem que fazer essa descrição, louvável acho seu objeto de pesquisa, porque se nós não entendermos essa política socioambiental, com certeza quando a gente for fazer essa transposição e trabalhar com os nossos alunos, nós vamos ter dificuldades. E nós que trabalhamos com essa conscientização, porque nós estamos formando professores, acho que a responsabilidade até aumenta um pouco. (Coordenador E)

Neste ponto da pesquisa sentimos que poderíamos adentrar na Educação Ambiental instigando sobre o conhecimento dos coordenadores acerca da legislação específica no que tange a Política Nacional de Educação Ambiental, para refletirem sobre a Educação Ambiental no ensino superior. Então, propusemos a questão a seguir.

5.1.3 Construção do conhecimento sobre a PNEA estabelecida pela Lei 9.795/99 (Política Nacional de Educação Ambiental)

Relativo ao cumprimento da PNEA na universidade, conforme eu havia imaginado os coordenadores não possuíam total conhecimento quanto à legislação específica relacionado ao ensino superior, mas em parte, alguns não a desconheciam totalmente e sabiam da necessidade da sua implementação de forma transversal no âmbito dos cursos superiores.

Vejamos o relato de cada participante quanto a essa questão:

Especificamente a lei, não, essa legislação não. Eu estava olhando o PPC do curso, nós temos diretrizes do Conselho Nacional de Educação para implantação da Educação Ambiental nos cursos de licenciatura. Então, como eu falei para você, não é uma área que eu trabalho especificamente com pesquisa, mas do ponto de vista do curso, a Educação Ambiental é uma obrigação de currículo e o nosso curso tem nas ementas das disciplinas, de forma transversal. Além de ter uma disciplina específica que trabalha Educação Ambiental, mas principalmente a transversalidade em todas as disciplinas por conta dessa discussão sociedade/natureza, essa relação direta. A questão da legislação em si, não domino especificamente a legislação, porque não é uma área que eu pesquiso, mas a demanda dela para a universidade, para o nosso curso, ela é sustentada pelo Conselho Nacional de Educação que exige a existência dessa discussão no âmbito do curso. (Coordenador A)

Sinceramente, não. Não me aprofundei, tá? A gente sabe que ela existe, mas devido a correria do nosso dia a dia, a gente acaba não tendo essa profundidade. Então quem acaba, na verdade, passando esse viés melhor para o curso, olhando como curso, é a/o docente que lida com a disciplina específica, mas é algo que a gente precisa ter atenção também. (Coordenador B)

Não, não conheço. (Coordenador C)

Não, infelizmente não. Ainda não. (Coordenador D)

Como eu te disse, quando eu estava em outra instituição, lembro que com os cursos de Administração, Agronomia... tinham, a gente fez vários estudos. Se você falar, assim, para mim, isso em 99, hoje eu não retomei mais isso, mas nós tínhamos, já naquela época, a gente já tinha ações dentro do curso prevendo trabalhar com os alunos a questão da responsabilidade socioambiental. Assim, mas hoje se você me pedir para especificar. Tenho o conhecimento, até por conta da minha função, né, na época. (Coordenador E)

A partir deste questionamento foi possível verificar se a Educação Ambiental faz parte dos currículos nos cursos da universidade por meio do Projeto Pedagógico de Curso, e se consta de alguma forma ou menciona para que seja trabalhada com os acadêmicos. Assim, aplicamos a questão adiante.

5.1.4 Construção do conhecimento se a Educação Ambiental está inserida no PPC (Projeto Pedagógico de Curso)

Verificamos através da argumentação dos coordenadores que a Educação Ambiental não tem sido desenvolvida ou aplicada nas atividades com os acadêmicos, além, das disciplinas que a tratam como um conteúdo curricular específico, pois nos cursos avaliados até a atualização dos Projetos Pedagógicos de Cursos não constava nada acerca da Educação Ambiental no âmbito do ensino superior na universidade. Mas os coordenadores mencionaram que no novo PPC já constará sobre a Educação Ambiental de forma mais ampla, ou seja, de forma transversal e mais efetiva.

Vejamos o conhecimento de cada participante quanto a essa questão:

De duas formas efetivamente: uma com a disciplina, é uma disciplina que é optativa porque na grade já existia uma estrutura e nós na última alteração não podíamos incluir, as inclusões na estrutura fixa de outras disciplinas, mas podia ser feito na optativa. Então nós oferecemos como optativa ao curso. Mas o mais importante é que nas disciplinas, nas demais disciplinas, cerca de 50 a 60% das disciplinas trabalham as duas temáticas. Então nós consideramos que o tema é atendido pela transversalidade das ementas e do conteúdo de cada disciplina do curso. (Coordenador A)

No novo sim. O atual, que está vigente desde 2011, que estamos trabalhando nesse atual PPC não está. Ela aparece, na verdade, na disciplina de Gestão Socioambiental, mas dentro do contexto com amplo maior, ainda não está. Nessa versão que nós estamos propondo, estamos tentando fazer já há três anos, onde fica no nosso PPC, a coisa fica encaixada, né, aí isso vai tomar uma proporção um pouco maior. Então, inclusive, estamos em negociação com a PROEG da UFMT para que esse PPC saia, né, daí nessa versão nova ela vai tomar uma proporção maior do que está atualmente. (Coordenador B)

O nosso curso tem uma disciplina que trata de questões ligadas à área ambiental, então existe no PPC... é uma disciplina obrigatória. Fora dessa disciplina... não existe. (Coordenador C)

Ela está inserida, mas infelizmente nós não conseguimos ainda executar esse projeto. Ela está inserida no curso de acordo com a lei, mas ainda infelizmente não conseguimos executar de maneira eficaz esse projeto. (Coordenador D)

É como eu lhe disse, né, se nós pegarmos o PPC, nós não vamos ter específico, né, ele vai ser contemplado lá na disciplina de Ciências e suas... Ciências Naturais e suas Metodologias. Então é contemplado. Temos no quadro docente, professores, que tem trabalhado nessa perspectiva. Só que, assim, vai aparecer um pouco, e aí já referenciando a lei, vai ser nesse PPC nosso que está para ser implantado. No novo, já aparece, a gente já até menciona na ementa da disciplina. Mas, assim, é como eu te disse, eu gostaria que fosse mais amplo, que ele não fosse só contemplado na disciplina. Eu entendo que ele teria que entrar no contexto mais transversal mesmo, da responsabilidade do curso com seu meio ambiente. (Coordenador E)

Contundo, sentimos que os coordenadores começaram a refletir sobre a Educação Ambiental no ensino superior, o que antes desta pesquisa, não era do conhecimento de todos os participantes. Diante disso, afinilamos os questionamentos e fomos ao ponto central da investigação, como segue.

5.1.5 Construção do entendimento sobre a importância de inserir a Educação Ambiental na formação profissional dos acadêmicos

Neste momento percebemos que os coordenadores levaram a inserção da Educação Ambiental à formação dos futuros profissionais de seus cursos específicos, exemplificando.

Houve discordância no ponto de vista dos participantes quanto a sua efetividade, pois para alguns é importantíssimo tratar a Educação Ambiental no ensino superior uma vez que os acadêmicos estarão com “o pé no mercado” e aplicarão os conhecimentos na sociedade e no meio ambiente, para outros deve ser inserida desde a educação básica passando por todos os níveis, inclusive no ensino superior. Entretanto, foi relatado também que a Educação Ambiental deve ser focada na educação básica onde se desenvolvem hábitos para a vida adulta e por outro lado, que não faz diferença trabalhar a Educação Ambiental no ensino superior

se as pessoas e empresas não forem obrigadas a cumprirem, pois voluntariamente não fazem, apenas se tiverem benefícios.

Vejamos com detalhes o entendimento de cada participante quanto a essa questão:

No caso especificamente é uma condição, uma necessidade básica, porque nosso curso etimologicamente é uma ciência que trabalha o estudo da terra. Então superfície da terra e automaticamente você trabalha sociedade, trabalha natureza. A discussão no curso é exatamente tentar trazer para um ambiente só, para, vamos dizer, um nível só de discussão as duas coisas que é a questão natural e a questão social. Até porque a ideia de dialética no nosso curso trabalha com seguinte sentido: a natureza interfere no homem, o homem interfere na natureza, é um ciclo. Então assim como existe momentos em que você tem uma recuperação de áreas ambientais, uma preocupação de interação sem... o desenvolvimento sustentável, sem danos ao meio ambiente, que é quando o homem, digamos, se naturaliza, ele tem essa preocupação com a natureza, mas ele também interfere na natureza e automaticamente a natureza perde. Esse ciclo, né, muitas vezes, nesse caso atualmente, nós temos um ciclo que ele é mais danoso para a natureza, na medida em que a pressão sobre os recursos naturais é muito grande, principalmente água, terra, por conta da necessidade de produção de alimentos e a água também por conta de questões maiores, que é o aquecimento global, e outras que em certa medida mudou um pouco do ciclo, né? O ciclo, digamos, que o ser humano era acostumado como certo, conforme você aumenta a pressão sobre o recurso, automaticamente você vai ter um novo uso. Então se no passado você podia usar, por exemplo, os recursos aquíferos só em superficiais, em pequena conta, hoje você é obrigado a cada vez mais usufruir de aquífero que, digamos, são reservas para o futuro de água doce, a quantidade de água doce que tem é pequena e a que tem é poluída. Então isso aí é um processo que não volta, né? Então é importante sim que o profissional tenha essa noção. Então a lógica nossa é que o professor... E até porque é uma discussão que na escola é muito premente, para professor é... e até para outras áreas, né, áreas, digamos, aplicadas também. As empresas hoje têm responsabilidade social e ambiental, obrigatoriamente os profissionais de qualquer área têm que ter essa preocupação, porque é a imagem da empresa também. Então hoje você vive num mundo em que a questão ambiental, ela transcende só a Educação Básica, o ensinamento para a sociedade no nível básico. Empresas, elas veem a relação de dano à natureza como prejuízo financeiro, daí a ideia de ter responsabilidade, né, nesse sentido. (Coordenador A)

É como eu falei, não tem como você pensar em formar um profissional que lidará com pessoas e empresas sem que ele tenha essa visão. A gente procura desenvolver diversas competências profissionais, econômica, de produção, de logística, mercadológica, de economia, de RH. Só que isso é um tema recorrente, tá, que

desde a década de 1970, quando começou essa questão, da revolução, na verdade, isso é anterior, essa questão da preocupação socioambiental. Isso vem exigindo que a gente adote e forme profissional de uma maneira um pouco mais consciente, esse é o papel da universidade, na minha visão, é você desenvolver ele com competências a tal ponto que ele consiga formar uma opinião e levar isso para a sociedade. Se nós como universidade não trouxermos esses conhecimentos mais emergentes e colocarmos na nossa grade, na verdade nós estamos falhando com a sociedade. Então a gente precisa estar atualizando, estar sempre fazendo coisas novas, um tema que é muito falado hoje em dia é a questão da inovação. Todo mundo fala sobre inovação, ok, mas isso é um tema, se for colocar que tem 10 anos, ou seja, a partir desse PPC novo, inovação passa também a ser um componente obrigatório, assim como gestão socioambiental já é. Então qualquer curso, é obrigado estar olhando para o mercado. (Coordenador B)

Aí eu acho o maior problema, como eu respondi no início, nas decisões que a gente toma no dia a dia, no nosso cotidiano, a gente consegue minimizar ou pelo menos diminuir agressões ambientais que a gente tende a cometer. Porém, quando a gente trata de empresa e de lucro, a conversa já muda. Pegando um exemplo do óleo, se uma empresa tem que gastar 30 mil reais para fazer um cimento polido e ambientalmente correto para não jogar óleo no solo e ela não é obrigada a fazer isso, muitas vezes ela prefere jogar o óleo no solo sem precisar fazer o cimento polido, que depois vai ter que desgastar isso em algum lugar. Idem vai para lava-a-jato, todo lava-a-jato tem que ter o banco de areia, só que isso custa caro. Então essa discussão, quando entra no âmbito da empresa, tem que ter uma legislação forte ou rígida, e tem que ter fiscalização para que a empresa cumpra isso, porque se envolver custo para a empresa, a empresa não vai ser estimulada a ter um comportamento ambientalmente correto. Entendo que preparar o futuro profissional, nesse sentido, na formação deles, acho que não adianta. Eu sou cético com relação a isso. Eu acho que ele pode ter o conhecimento do que é certo do que é errado, o que a empresa tem que fazer, mas ele só vai ter uma atitude socioambiental correta se existir uma legislação e ele for obrigado a isso. Voluntariamente, se o empresário, gerente, etc., tiver que colocar a mão no bolso para adotar um tipo de postura que seja socioambientalmente correta, a tendência é que ele não faça isso. Pode até fazer uma coisa ou outra, talvez para depois vender isso como imagem, mas eu sou cético quanto a ele fazer isso de forma voluntária. Eu acho que nesse sentido a gente tem que ter legislação e fiscalização. Legislação por si só [nasce morta], então a gente tem que ter legislação e fiscalização para que a legislação seja cumprida. (Coordenador C)

Assim como eu disse no início, essa formação, é importantíssima porque a gente está formando profissionais de várias áreas e profissionais que atuarão no mercado, atuarão na sociedade e profissionais que fatalmente trabalharão com... A formação tem que ser feita agora, escolas de Ensino Básico, Fundamental, Ensino Médio e até no Superior, toda formação da sociedade, passa por uma instituição de ensino, então nada mais eficaz você trabalhar isso

em todas as áreas e em todos os níveis da educação, inclusive no superior. Então eu acho fundamental trabalhar isso com o aluno, porque aqui no Ensino Superior o aluno já está praticamente com um pé no mercado, já está quase que finalizando a sua formação num todo e agora é a hora da gente colocar isso na mente do aluno, criar essa responsabilidade juntamente com o aluno, para que ele desenvolva isso no mercado. Então acho de extrema importância trabalhar isso sim com os alunos. (Coordenador D)

Nós somos um dos profissionais que vai trabalhar diretamente com essa temática nas escolas, né, e trabalhando com crianças para que desde pequenas já vão se conscientizando com a temática. Eu não sou favorável e eu aprendi muito na assessoria que eu tive para trabalhar nesse projeto que eu falei para você e eu fui ampliando minha visão, meu modo de ver, eu não acredito em preparar o professor só para a prevenção, eu acho que a gente tem que trabalhar com professor para que esse futuro professor, no nosso caso, né, para que ele tenha consciência do que seja a questão, toda questão que envolve o nosso ambiente, essa questão social que também perpassa, né, que a lei vai nos convidar a pensar e refletir e pensar em medidas que venham melhorar mesmo o nosso ambiente, a nossa vida, a nossa qualidade de vida. Então, assim, eu acredito que quando a gente trabalha com a criança na consciência do cuidado de si, do cuidado com o meio, começando com o meio que ela vive, ela vai expandindo isso para outros ambientes, né. É um exemplo, assim, a gente foi trabalhar, num dos projetos, a valorização da água... eu não acredito que tenha que ser em ações pontuais como muitas vezes a gente... como nas escolas da Educação Básica, que às vezes fica só no campo da prevenção, “ah não desperdice”, “não joga papel”, “não faz”. Acho que essa consciência socioambiental é muito mais ampla e muito mais complexa do que se mostra, né... outro projeto foi trabalhar com o Rio Vermelho... e a partir do rio eles estudaram toda a vida do Rondon, uma coisa puxa a outra. Trabalhando interdisciplinaridade, geograficamente, como era nossa cidade quando ela começou a ser colonizada. Então é isso que eu entendo, porque para eles terem consciência de que é preciso melhorar, não tem como eles partirem só do aqui e do agora. Então fazer... eu acredito que quando a gente fala das questões socioambientais, a gente tem que prever essa responsabilização com o planeta, com o local, para eles irem ganhando uma consciência maior. (Coordenador E)

Acreditamos que no final do primeiro encontro individual os participantes ficaram reflexivos quanto à inserção da Educação Ambiental no ensino superior e como esta questão está sendo tratada na universidade.

Durante esta etapa do processo da pesquisa, procuramos estabelecer uma aproximação com os participantes, visando promover uma situação ideal de fala (HABERMAS, 2012). Os participantes ficaram bastante à vontade para expor suas

ideias e entendimentos, sempre respeitando a horizontalidade e a dialogicidade permeadas nas questões propostas em toda essa ação comunicativa.

Realizamos a transcrição dos dados e fizemos a devolutiva aos participantes para que pudessem refletir sobre a discussão, apontar possíveis erros na transcrição ou até mesmo corrigir dados. Continuamos o processo de pesquisa com o segundo encontro individual para a reconstrução dos entendimentos e a construção de novos entendimentos acerca da temática.

5.2 QUESTÕES INVESTIGADAS NO SEGUNDO ENCONTRO INDIVIDUAL

No segundo encontro individual alinhamos as questões aos objetivos da pesquisa, partimos da indagação sobre a Responsabilidade Socioambiental e aprofundamos o entendimento da Educação Ambiental no contexto do ensino superior. A discussão se pautou em (05) cinco questões extraídas do primeiro encontro individual, ajustadas e posteriormente explicadas e consensuadas pelos participantes.

5.2.1 Reconstrução do entendimento dos coordenadores sobre Responsabilidade Socioambiental

Neste momento já com a visão voltada ao ensino superior, os participantes ratificaram seus entendimentos anteriores e puderam associar a Responsabilidade Socioambiental à Educação Ambiental, bem como às relações dos indivíduos com o meio ambiente, e as ações desenvolvidas pelas instituições de ensino e empresas quanto a suas responsabilidades com o uso dos recursos naturais e ao aspecto social.

Vejamos o entendimento de cada participante quanto a essa questão:

Bom, em consonância com o que já foi dito anteriormente, a responsabilidade ambiental, ela vem num conjunto de responsabilidade cidadã, né? A ideia de que vida em comunidade, vida em sociedade pressupõem que nós tenhamos noções claras de limites, seja para relações sociais e relações com a natureza. E a questão da educação ambiental, eu entendo como uma junção desses dois elementos. Você tem uma responsabilidade social,

enquanto ser da natureza, mas também com o ambiente, e aí a educação ambiental, inclusive por ser empregada na educação de uma forma geral, ela tem esse intuito de criar uma consciência cidadã e a educação ambiental é válida nesse sistema, dessa forma. Então, a partir desse princípio, a educação ambiental, está em consonância com a necessidade de responsabilidade das pessoas que convivem no mundo hoje. Em virtude, inclusive, do desgaste dos recursos, digamos assim, da necessidade de otimizar os recursos, em virtude do crescimento populacional, em virtude de transformações ambientais que já começam a implicar em modificações de um cotidiano. A pessoa já começa a sofrer, altas temperaturas, inundações, secas, isso já interfere no dia a dia. Então, a necessidade de organizar a sociedade, as comunidades para que haja um controle maior vai em consonância com a educação ambiental. Daí a necessidade da implementação efetiva dela. (Coordenador A)

Então, através da leitura da legislação, da lei, que trata sobre a questão socioambiental, eu percebi, mesmo não a conhecendo tão profundamente, que eu não estou tão por fora, e a questão socioambiental, ela não tem a ver simplesmente com a fauna e flora, como eu já tinha dito no primeiro encontro, que é um aspecto muito maior e envolve também a sociedade, né? Então, nessa questão, quando a gente pensa em responsabilidade, a legislação, ela é bem clara, embora bastante genérica, né? Ainda precise, a meu ver, algumas regulamentações para deixar mais claro alguns papéis. Mas olhando os papéis do ensino superior, das administrações [governamentais], ela deixa claro que é um aspecto bem amplo, né? Claro que envolve a questão da fauna e da flora, a conservação, cuidado com o meio ambiente, a questão dos impactos do efeito estufa, a questão da falta d'água, tudo isso, na verdade, acaba se envolvendo. Mas acho que a grande parcela, na minha opinião, a principal preocupação é justamente com a sociedade. Como que a sociedade vai usufruir desse recurso que é escasso e hoje é dito como um recurso finito, né? Dizia-se anteriormente que a água era abundante e não teria nunca finalidade. Aí foi descoberto que a água doce, é um percentual muito pequeno em virtude do que tem no planeta, embora já exista a dessalinização e que é um recurso escasso que pode acabar um dia. Então, olhando por esse lado, toda preocupação ambiental, é de grande importância para a sociedade. Principalmente na universidade, na minha opinião, que é uma formadora de opinião. (Coordenador B)

O meu entendimento sobre a responsabilidade socioambiental é que ela deve ser disseminada na sociedade como um todo, tanto nas pessoas, vamos dizer, que simplesmente trabalham nas suas funções, que não necessariamente são muito relacionadas à questão ambiental, quanto aquelas pessoas que trabalham diretamente nos setores ou funções que são muito relacionadas com questões ambientais. O que eu quero dizer? Eu acho que essa questão ambiental tem que ser disseminada entre um professor que fica numa sala, que simplesmente pensa, às vezes, em imprimir demais, ou jogar um papel fora, ou deixar de aproveitar uma coisa, quanto uma empresa de limpa fossa, por exemplo, quando esgota o

caminhão no bueiro. Então, acho que a responsabilidade ambiental tem que ser disseminada para todas as pessoas e mais ainda para aquelas que estão diretamente ligadas a setores que poluem muito ou que possivelmente podem ter uma prática ambiental muito nociva. (Coordenador C)

Primeiramente é um prazer estar contribuindo com a evolução do conhecimento nessa área que realmente demanda ainda muitos estudos e aprofundamento, que sabemos que é uma área que está sendo degradada, o meio ambiente, e precisamos de alguma forma, fazer algo aqui no meio acadêmico. Então é um prazer imenso contribuir de alguma forma. Eu venho te dizer que na primeira entrevista, o meu conceito, conhecimento, quanto a esse tema é meio que vago. E aí, com base naquela entrevista em si, pude tirar um tempo para refletir um pouco sobre esse tema e vi que essa responsabilidade ambiental, ela é mais ampla do que a gente pensa ou pensava, né? Ela vai mais para a responsabilidade num todo, ou seja, não tão somente utilizando recursos naturais, mas também de forma que podemos conscientizar o nosso aluno, a sociedade em si, do uso desses recursos. Então, através daquela entrevista, eu pude aperfeiçoar um pouco mais quanto a essa responsabilidade socioambiental. (Coordenador D)

Bem, enquanto docente, participo de algumas discussões sobre a questão socioambiental, dessa questão da ecologia global que precisa de cuidados e de uma atenção, principalmente nós docentes, eu acho que a gente tem um compromisso muito grande, porque a gente forma o professor que vai trabalhar com as crianças, que eu acho que é onde a gente tem que realmente fazer um trabalho de base para que a gente possa fazer mudanças. Então, meu contato, assim, de uma leitura mais abrangente sobre o assunto deu início quando fui ler a lei, conhecer do que se tratava, para poder trazer elementos que fossem bases para os cursos da instituição a qual trabalhava. E foi quando eu comecei a compreender melhor o que se propunha. Acho que ainda tem muito a ser construído. A gente é um pouco ignorante e quando eu falo a gente, eu estou falando da população. Nós somos ignorantes com essa questão da responsabilidade socioambiental. Por tantos os anos convivendo em escola, em universidades, eu acho que ainda a gente está longe de construir uma consciência ambiental, tá? Porque é um assunto muito abrangente, né? A responsabilidade social não é só o cuidado em si do meio ambiente, mas ele abre para várias outras temáticas que incidem na questão da responsabilidade socioambiental. Visto pelas toneladas de lixo que o Brasil produz e que impacta na questão do meio ambiente. Na América, nós só estamos atrás dos EUA. Não tinha essa consciência, esse conhecimento. Então, veja, né, quanto que a questão capitalista, o quanto a mídia vai em contramão da questão da responsabilidade social, porque ela faz o inverso. Enquanto a gente estimula... o consumismo. Então, assim, é um conhecimento que a gente vai, eu acho, que você busca na sua pesquisa, que a gente vai construindo. E está em nossas mãos fazer alguma coisa. (Coordenador E)

Diante da associação da “Educação Ambiental” que é o centro da nossa investigação à Responsabilidade Socioambiental, pelos coordenadores, foi possível direcionar o questionamento a seguir.

5.2.2 Construção do entendimento dos coordenadores sobre o significado da Educação Ambiental

Com o aprofundamento da questão ambiental por meio da construção do conhecimento adquirido no primeiro encontro, percebemos que os coordenadores, ampliaram seus entendimentos e passaram a observar a Educação Ambiental como essencial na formação dos indivíduos dentro e fora da universidade e relataram que perceberam quão maior e mais importante é a Responsabilidade Socioambiental e que todos devem ter esse compromisso com o meio ambiente e com as gerações futuras.

Vejamos o entendimento de cada participante quanto a essa questão:

Bom, como o nome diz, é educação ambiental, então como todo processo educativo, ele é um processo amplo, né, [holístico]. Pressupõe não só a estruturação de conteúdo, de currículo, de carga horária em unidade de educação. Ele pressupõe a mudança de hábito, a mudança de costume, a introjecção de novas formas de ver o ambiente que a gente vive. Então, a educação ambiental, ela tem essa importância porque quando você pensa que o assunto é um assunto, digamos assim, premente, que exige uma demanda da sociedade, até para a ideia de hoje, você faz para a geração futura. Então, há preocupação com o futuro, porque quer queira, quer não, você sofre alguma coisa hoje, mas a perspectiva de impactos maiores é para o futuro, para as próximas gerações. Então, o compromisso, como contrato social, que se faz entre as pessoas para tentar ter um controle. E a educação ambiental é exatamente para criar essa base. Não por outro motivo ela é pensada para todos os níveis de ensino, por exemplo, que é para exatamente criar essa consciência na nova geração, para ela já ter consciência disso. Então, ela vai ultrapassar o limite de currículo, o limite de conteúdo, o limite de uma simples criação de disciplina, mais para um entendimento holístico das relações e em consonância com todas as alterações que a sociedade vive, as relações entre os humanos, todos os itens que são colocados como relações necessárias para a vida em sociedade. A educação ambiental já entra nesse conjunto aí de novas diretrizes de nova sociedade, digamos assim, que pretende ter um futuro melhor em todos os sentidos, né, seja social, ambiental... (Coordenador A)

Educação ambiental, nas minhas palavras, é a capacidade da instituição de poder levar isso para a sociedade, qual é o seu papel. O que ela deve ter, como ela tem que se posicionar em relação à preocupação com o ambiente como um todo. Independente seja fauna, flora e com a sociedade, é a preocupação que ela tem que ter como um todo. (Coordenador B)

Educação ambiental, para mim, é você reforçar essa conscientização, tá? Como eu disse, essa conscientização tem que ser de todos e a educação ambiental tem que deixar isso acessível para todas as pessoas e crianças desde lá do ensino básico, para eles terem um entendimento que a gente tem um problema ambiental e que a gente precisa preservar o meio ambiente e que o custo ambiental e as práticas ambientalmente corretas são importantes. Então temos que ter uma educação ambiental boa. (Coordenador C)

Essa educação ambiental, eu achava que antes desse aprofundamento, que era basicamente ensinar em sala de aula sobre como podemos utilizar os recursos de maneiras corretas, os recursos naturais de maneira correta. Mas aí eu vi pelo estudo, pela lei em si, que ele é mais abrangente, não é tão somente um estudo em sala de aula que vai demandar ou que vai aperfeiçoar o aluno. A gente pode ver, basicamente, utilização de tecnologias como que eu posso utilizar tecnologia de forma eficiente, até mesmo utilização de recurso... a gente estava conversando agora, a utilização de recursos dentro da nossa própria casa, né? Como que podemos fazer para reduzir esse impacto ambiental. Então, hoje eu vejo que essa responsabilidade, essa educação ambiental, ela é mais abrangente. Não necessariamente falar ou ensinar sobre responsabilidade dentro de sala de aula, mas num todo: formação, busca de alternativas curriculares, busca de alternativas dentro do envolvimento das próprias disciplinas, de várias formas possíveis de ensino. (Coordenador D)

Bom, a educação ambiental, eu acho que ela vai nessa linha, eu acho que até ténue, nessa construção dessa consciência ecológica. Então eu até disse para você: muitos trabalhos, muitos livros que a gente vê, e aí eu vou trazer para a educação básica; a gente vê os professores trabalhando com a prevenção. Só que se eu não trabalho essa consciência ecológica local, global, eu não crio uma educação, porque eu só vou trabalhar no aqui e no agora, sem que a criança faça esse paralelo, que tudo é interligado, que nós somos [unissomos]. Eu acho que isso que a gente tem que trabalhar. Veja, nosso projeto político pedagógico de 2009, ele não faz nenhuma menção à educação ambiental. A gente começou a trabalhar com a temática, que eu conheça, dentro de uma disciplina. Mas, a gente entende que a educação ambiental, ela tem que ser uma construção transversal, quer dizer, ela tem que passar por todas as disciplinas, deve ser... Multidisciplinar. Disciplinar. Interdisciplinar. E hoje, assim, o foco, ele é muito disciplinar, então, eu acho que isso também impacta nessa compreensão mais global dessa consciência ecológica, desse todo. Infelizmente, eu não assisto uma mudança nesse sentido. Eu acho que tem alguns projetos, mas eles são muito sozinhos, muito estanque. (Coordenador E)

Através desta reflexão sobre a Educação Ambiental, compreendemos que o seu desenvolvimento de forma multidisciplinar e transversal desde a educação básica até o ensino superior, são meios de conscientizar a sociedade quanto ao futuro, e que isso é responsabilidade de todos na sociedade, principalmente das universidades, enquanto formadoras de opinião.

5.2.3 Reconstrução do conhecimento sobre o dispositivo (PNEA estabelecida pela Lei 9.795/99), que exige a discussão da Educação Ambiental no PPC

Os coordenadores que desconheciam e mesmo os que sabiam da existência de uma legislação específica para a inserção da Educação Ambiental no ensino e em especial no ensino superior, tiveram o cuidado de voltar à lei que propõe a PNEA e se inteirarem para conhecerem mais a fundo sobre o assunto.

Vejamos o entendimento de cada participante quanto a essa questão:

Sim. Eu busquei a lei para dar uma observada, para saber se tinha alguma coisa diferente daquilo que já tínhamos no nosso PPC, que o nosso PPC trabalha com o Conselho Nacional de Educação, uma resolução de 2012 que trata exatamente da necessidade de tratar a educação ambiental como formação de professores, considerando o nível superior. Nesse caso, a gente percebe que é uma evolução temporal. A Constituição de 1988... eu fui buscar exatamente as origens de cada sequência. Então, a Constituição de 1988 já previa a questão ambiental como premente, uma necessidade, né, e aí a questão ambiental como parte de um conjunto de sistemas, porque você tem desde proteção, conservação, mas também educação, que seria o preventivo, o de longo prazo e os outros de contato direto, né? E depois você tem a política nacional de educação ambiental, que é exatamente essa que você citou, que ela já, praticamente 10 anos depois, ela é consolidada. 10 anos depois, você tem essa resolução do Conselho Nacional de Educação, que já prevê uma maior estruturação dos cursos, pressupondo já a educação ambiental. E é interessante que tanto na Constituição, quanto na lei, quanto na resolução, tem essa preocupação exatamente para não deixar que a educação ambiental se torne apenas uma linha de currículo, uma disciplina, mas sim uma ideia que seja... inclusive, transversal, né, de atravessar as disciplinas, multidisciplinar, transdisciplinar, interdisciplinar. Eles citam isso exatamente para mostrar que há necessidade de um conjunto de ideias, não uma ideia isolada. Tanto é podiam ter criado, por exemplo, uma disciplina: educação ambiental nas escolas e universidades, mas... Mas ela exatamente porque ela é estanque. Perderia a ideia holística que

eles pretendem, que é uma coisa que vai transcender qualquer disciplina, vai transcender qualquer nível de aprendizado. É uma coisa para ser trabalhada o tempo todo e considerando também a ideia das diferenças que existem, inclusive, regionais, as diferenças culturais porque há preocupação nesse sentido. Você tem comunidades que são isoladas, que estão em contato com a natureza, mas ela tem o uso da natureza. Então, uma comunidade isolada que tem o uso de queimada em roça e que quer fazer porque é culturalmente, às vezes, num primeiro momento, pode ser estranhado como uma agressão ambiental, mas se você considerar no contexto cultural, é uma coisa que faz parte dele. Então, eles tiveram essa preocupação também de ter esse cuidado de tem que ser visto de acordo com as tradições, costumes, com a relação direta que tem. Pressupondo, claro, uma diretriz maior, que é a ideia de, minimamente, de uma convivência, até que se coloca, socioambiental. As pessoas com ambiente vivendo de uma forma que não haja uma interrupção de um equilíbrio mínimo, né? Essa seria uma proposta. Então, acho que é válido nesse sentido. A lei, ela vem, digamos, para estruturar o que a Constituição, em normas gerais, já tinha colocado. E posteriormente, depois de debates, provavelmente já saia resolução já com diretrizes mais específicas, que são os cursos de formação de professores também. (Coordenador A)

Então, a própria legislação fala que os cursos têm que incluir isso na grade... o que me chama atenção é justamente um artigo no dispositivo que fala que não prevê ou não orienta acrescentar uma disciplina só para cumprir o requisito obrigatório, que é o que nós temos hoje, que a questão ambiental, socioambiental, tem que ser de maneira transversal. Eu concordo com isso, né? Da maneira como é aplicado, não somente aqui no curso atual: nós estamos em mudança de PPC e no novo PPC será isso abrangido de maneira um pouco mais adequada. Hoje, não só a UFMT, diversas instituições que conheço acaba acatando essa regulamentação, tá, por obrigatoriedade, criando uma disciplina, ou compactando com uma à outra de maneira para atender ao requisito. Mas não se discute, de fato, a questão ambiental. Cada curso tem o seu foco, né? O nosso, por exemplo, tem o foco e precisa direcionar a discussão para essa questão. Até porque tudo que a empresa faz tem impacto e se tem impacto, tem impacto ambiental. Então, o futuro profissional tem que ter uma noção real do que é essa questão socioambiental. (Coordenador B)

Sim, eu dei uma lida na lei, mas eu critico da mesma forma que eu critiquei no primeiro momento. Eu acho que ela ainda deixa a desejar, apesar que ela busca solucionar aquela questão, ou melhor, disseminar a educação ambiental, mas eu acho que mesmo fazendo isso, mesmo a lei tendo uma boa intenção, que é a gente divulgar o problema ambiental que a gente vive, a necessidade de ter uma sustentabilidade ambiental, acho que só o fato de ela ser promulgada e as outras leis de fiscalização e punição e etc., se elas não forem estabelecidas, acabam nascendo mortas, porque é importante que tenha a lei para a gente informar todo mundo da importância disso, mas eu acho que tão importante ou mais importante do que isso, do

que a informação das pessoas na educação e seja lá como for, é a legislação que fiscaliza e pune. Eu achei a lei importante no sentido de você disseminar a educação ambiental. Isso é ótimo. Tem que ter, eu acredito, tá? Mas eu acho que se você disseminar a educação ambiental, mas se não criar outras leis que fiscalizam e punem, essa primeira lei que a gente está falando aqui não adianta nada. (Coordenador C)

Eu tive oportunidade, de dar uma estudada, uma analisada na lei de responsabilidade ambiental. E pude observar que a lei, ela trata de maneira, ou seja, não o ensino formal e o ensino informal, né, dentro de todas as disciplinas do curso. Não necessariamente tem a necessidade de ter uma disciplina para ensinar responsabilidade ambiental. Eu acredito que a política nacional nem é essa. Eu acredito que a proposta da política nacional é fazer a interação e o envolvimento de todas as disciplinas, o que cada uma das suas diversas áreas do conhecimento poderão contribuir com a responsabilidade socioambiental. Então, eu vi isso que a lei, ela traz dessa forma, que não, vamos dizer, engessando o ensino, mas deixando à caráter de cada professor, de cada disciplina, de cada módulo, ou seja, em suas diversas áreas do conhecimento, como basicamente fazer a ligação da área ambiental, da responsabilidade ambiental, com o conteúdo ministrado. (Coordenador D)

Então, como nós estamos mexendo com o projeto político pedagógico, nós devemos estar com todos os projetos dentro da resolução nº 2/2015 e na resolução, é pedido que todos os projetos pedagógicos, já... dentre tantos assuntos, abordem a questão da educação ambiental. E aí a gente, assim, conseguiu colocar, mas, assim, ele está com mais força ainda na disciplina específica. Não que é uma disciplina socioambiental, mas ele vai aparecer lá na disciplina, enquanto ementa. E a lei, eu retomei ela, porque quando você a estuda e ela fica dormente, então, eu voltei, dei uma relida, mas é isso que a gente está discutindo, né? Infelizmente, né, a gente só precisa da lei, porque, de fato, não há um cuidado, não há uma consciência. Se a gente tivesse sido sempre trabalhado sobre educação ambiental, não precisaria de uma legislação que nos obrigasse. Eu vejo assim. (Coordenador E)

Diante do aprofundamento sobre a Lei de Política Nacional de Educação Ambiental, os coordenadores puderam refletir sobre a mesma estar inserida no PPC dos cursos da instituição.

5.2.4 Reconstrução do conhecimento se a Educação Ambiental consta no PPC

Os coordenadores confirmaram que embora exista a PNEA, a Educação Ambiental até o momento é vista por algumas disciplinas específicas nos cursos e

que com a atualização dos PPCs acreditam que seja tratada de forma mais efetiva e transversalmente, em conformidade ao que estabelece a legislação.

Vejamos o entendimento de cada participante quanto a essa questão:

Sim. Em duas medidas, como eu havia dito anteriormente. Nós temos a disciplina que é optativa, mas oferecida, que é educação ambiental, específica, tem o ementário e a estruturação específica para isso. Em nosso curso temos essa discussão natureza/sociedade, portanto, essa questão ambiental, ela participa de todas as nossas disciplinas, inclusive na legislação eles citam até a ideia de biogeografia, ecologia, e nós temos disciplinas específicas disso. Então, para além de uma disciplina específica, que seria uma... foi uma exigência, né, da reestruturação, que houvesse uma disciplina específica, mas comprovar também a transversalidade do tema dentro de todas as outras disciplinas, que é o que ocorre. (Coordenador A)

No atual, não. No novo, sim. (Coordenador B)

No atual projeto pedagógico do curso, tem uma linha de pesquisa de economia ambiental. A gente tem, no curso hoje, uma disciplina obrigatória na área ambiental e partes de outras disciplinas, mais específica a questões agrícolas e tal. Tem uma outra... um ou outro tópico que trata disso. (Coordenador C)

Bom, na verdade, ela consta, mas não é executada, né? De acordo com a lei, ela tem que ser ministrada na sala de aula, executada no curso, mas, infelizmente, nós não executamos aqui no nosso curso, até mesmo por... não sei se pode ser por falta de oportunidade ou de conhecimento de como aplicar essa metodologia de ensino da política ambiental, da educação ambiental, mas infelizmente nós não executamos da maneira eficaz. (Coordenador D)

Então, no de 2009, ele apareceu, mas não aparece, assim, como eu digo para você... pontualmente, mas a gente trabalha ali, eu trabalhei, né? O docente que assumiu a disciplina, também tem trabalhado, mas no novo, a gente já vai incluir. (Coordenador E)

Neste momento os participantes se dispuseram a pensar a Educação Ambiental e sua aplicabilidade nos cursos de graduação e sua interdisciplinaridade.

5.2.5 Reconstrução do entendimento sobre a importância da Educação Ambiental no Ensino Superior

Nesse ponto dos questionamentos todos os participantes entenderam a importância de se estabelecer a Educação Ambiental no ensino superior, na formação de cidadãos conscientes que prezem a sustentabilidade no seu cotidiano e para levarem esses conhecimentos a sociedade e ao mercado de trabalho em sua atuação profissional.

Vejamos o entendimento de cada participante quanto a essa questão:

Pois é, considerando que ela faz parte de um, digamos assim, de um conjunto de diretrizes maiores, que são necessárias para o conjunto da educação como um todo, formação cidadã de respeito, então, respeito ao outro, respeito à diferença e o respeito à natureza. Ela é essencial, até por conta do que a gente já vem discutindo, né, na fala, que é a ideia de que você vive hoje num mundo em que o equilíbrio, ele está cada vez mais suscetível de ser perdido. Então, a falta do equilíbrio faz com que haja a necessidade de já começar a ter ações. Mas as ações se dão em várias frentes. Uma delas é a educação ambiental. O que é a consideração da educação ambiental, por exemplo, ela permite também você ter, digamos, uma possibilidade de também resolver outras questões. Por exemplo, uma questão indígena, de respeito ao indígena, como ele vive, pressupõe questão ambiental, porque em nosso curso, fazemos muito essa ponte, quer dizer, quando você tem uma área, uma terra indígena demarcada, você tem a garantia de pelo menos aquela área você vai ter uma manutenção da natureza, uma condição mais favorável. Então, além do uso do indígena, você também tem a questão ambiental envolvida, então, você atende duas demandas, né? Então, a questão das unidades de conservação que nós vemos... o estado de Mato Grosso tem, região amazônica tem bastante, a gente percebe que o que se tem hoje de reservas ainda, de áreas preservadas estão muito vinculadas a isso. Quer dizer que se não houver uma normatização, se teria um uso intensivo, já teria perdido essa diversidade da natureza. E a educação ambiental, na outra ponta, permite que a sociedade que vá... a nova geração, ter consciência de manter. Porque senão nós viveríamos num mundo só produtivista, que não necessariamente é essa impressão. Nas décadas de 70/80, na época do desenvolvimentismo pesado dos militares, por exemplo, assim como ocorreu na Revolução Industrial lá na Europa..., a fumaça era sinal de sucesso. Onde tinha fumaça, tinha indústria, onde tinha poluição é porque tinha indústria, então tinha dinheiro, tinha produção. Ali era considerada uma coisa positiva... Hoje já não é dessa forma. As áreas mais modernas, de produção, não necessariamente têm que poluir o meio ambiente, pelo contrário. E no Brasil, nesse período, foi um período que você tinha que derrubar o cerrado para plantar, você tinha que derrubar a floresta. Então, onde você via áreas preservadas, era área que as pessoas não queriam produzir, como se fosse um... O desenvolvimento econômico e esse pensamento é uma ideologia que era vigente, porque a educação daquele período não previa essa

outra visão. E agora você tem necessidade de colocar isso para a nova geração. Olha, eu preciso ter produção, mas eu preciso ter minimamente conservação, porque a produção nos dá alimento, mas às vezes as unidades de conservação, as áreas preservadas, tem que ter a nascente da água, nos dá a água. Quer dizer, você não pode dizer também... Então, você não produz água, depende do ambiente, está pronto, né? A educação ambiental, a meu ver, tem todo mérito e é necessária. Tanto é que se fosse uma coisa isolada, um pensamento isolado nacional, mas é mundial, é uma coisa que parte... não só porque é interessante, porque é uma necessidade prática. O Brasil, reiteradas vezes costuma participar dos acordos internacionais voltados à questão ambiental, de controle, de melhoria, de redução do desmatamento, de queimada, porque demanda também os recursos que chegam para o país, muitos desses estão vinculados a isso, a signatários e políticas de preservação ambiental e tal. E a educação ambiental nada mais é do que um braço disso também, quer dizer, é uma porta para mostrar que pretende-se, no país, que a sociedade, de uma forma geral, na medida do possível, tenha essa consciência. (Coordenador A)

No ensino superior, como formador de opinião, o assunto temático é emergente e necessário. Penso eu que se você não abre essa discussão para academia e colocasse de maneira adequada, de maneira transversal, existe uma, na verdade, existe uma dislexia em relação ao entendimento. O meio de comunicação, por si só, já distorce algumas situações, né, acaba... não vou dizer camuflando ou ocultando, mas acaba dando uma noção, que a extinção de uma certa espécie, que é preocupante, que a derruba de árvores que é preocupante, e a questão da água que é preocupante é a única questão ambiental. Mas ninguém verifica que o índice da [pobreza] está aumentando, está certo? Que a poluição, ela é reflexo justamente do mau hábito que nós temos no nosso dia a dia. E não é só industrial que fala: culpa as indústrias. As indústrias são as menos culpadas nesse processo. O nosso processo, o nosso hábito do dia a dia, tá? Então, isso acaba impactando. Isso que leva aos nossos leitos de rio estarem cheios de sacola plástica, sofás e vasos sanitários... O consumismo. Então, tudo isso acaba impactando. Até recentemente saiu... volta e meia aparecem animais em alto mar morrendo porque engolem plásticos achando que fossem alguma coisa, então, ou seja, uma indústria é responsável por isso? Pode ser. Mas não é a única responsável. Então, o ser humano, pelo consumismo, pela comodidade que tem, acaba achando: "olha, o problema não é nosso, o problema é do governo". É problema de todos. Eu penso dessa maneira. (Coordenador B)

Eu vejo no sentido de conscientização, tá? Conscientização para a pessoa tomar no seu dia a dia. Ela pensar duas vezes antes de jogar o óleo no ralo, ela pensar duas vezes antes de jogar papel fora, antes de poluir de forma geral, que a gente, apesar de ser pouco, a gente polui constantemente. Eu acho que, nesse sentido, é muito bom. No outro sentido, que é boa educação ambiental também, é mostrar para a sociedade que isso gera um custo e é importante que esse custo seja viabilizado. Tá? Então, acho que é importante que tenha o ensino de educação ambiental assim. (Coordenador C)

Eu acho fundamental nós trabalharmos isso com o nosso aluno, porque agora é a hora que o aluno está sendo formado para ir para o mercado de trabalho, né? Então, ele já tem uma condição maior de responsabilidade, de conhecimento, de interação com a sociedade. Então eu vejo que no ensino superior é a etapa final onde o aluno vai para a sociedade para aplicar os conhecimentos adquiridos ao longo de toda uma formação na educação, desde o fundamental, do médio. E agora nós temos oportunidade, com esses alunos, indo para o mercado, conscientizá-los para que, de uma forma agradável, eles venham a aplicar isso no mercado de trabalho quanto à responsabilidade ambiental. (Coordenador D)

Bom, se a gente for pensar que nós temos vários cursos aqui e que esses cursos... se a gente estava dizendo que a educação ambiental tem que ser pensada, construída, não disciplinarmente, mas interdisciplinarmente, eu acho que os cursos, se eles tivessem mais proximidade, se eles dialogassem mais, eles poderiam colaborar na construção desse sujeito que amanhã está lá fora, enquanto profissional, para ter uma consciência de quão é importante a área dele para esse equilíbrio ambiental. Então o diálogo do contador com o professor, com o ambiental, que nós temos curso, com a medicina. Quer dizer, se nós dialogássemos mais entre áreas, se nós tivéssemos projetos de extensão que abarcassem esse todo, eu acho que... , não, eu tenho certeza que a gente já começaria a escrever uma história diferente para o campus. Eu tenho uma colega que ela vai tentar agora o mestrado. E, assim, é bem bacana, que o projeto tem a ver com a questão da responsabilidade socioambiental. Estou torcendo para que passe... para o campus vai ser de grande valia. Só que assim, não sei se você está há mais tempo que eu, aqui no campus, né? Então, não tem esse diálogo entre os cursos... (Coordenador E)

Consideradas as reflexões dos participantes realizadas no segundo encontro individual, realizamos a transcrição dos dados e fizemos a devolutiva aos participantes para que pudessem refletir sobre a discussão, apontar possíveis erros na transcrição ou até mesmo corrigir dados, para então prosseguirmos com a discussão de modo coletivo no encontro do grupo de discussão comunicativo.

Por fim, para tentarmos chegar a uma conclusão a cerca dos aspectos que foram apontados na pesquisa nos reunimos em grupo e apresentaremos os resultados da discussão a seguir.

5.3 QUESTÕES INVESTIGADAS NO ENCONTRO DO GRUPO DE DISCUSSÃO COMUNICATIVO

O encontro do grupo de discussão comunicativo se deu por meio de um diálogo onde os 5 participantes estavam presentes. O diálogo que fundamenta a nossa investigação é um diálogo que se origina da reflexão sobre as ações dos seres humanos (enquanto pessoas e empresas) no meio ambiente e no social. Um diálogo que preestabelece o conhecimento da Educação Ambiental no contexto do ensino superior, por meio da Política Nacional de Educação Ambiental.

Nessa perspectiva, o grupo é pensado de forma que, “O sujeito pensante não pode pensar sozinho; não pode pensar sem a co-participação de outros sujeitos no ato de pensar sobre o objeto. Não há um ‘penso’, mas um ‘pensamos’. É o ‘pensamos’ que estabelece o ‘penso’ e não o contrário. Esta co-participação dos sujeitos no ato de pensar se dá na comunicação. O objeto, por isso mesmo, não é a incidência terminativa do pensamento de um sujeito, mas o mediador da comunicação”. (FREIRE, 2010, p. 66).

Assim, a participação desses conjuntos de sujeitos transformadores, fundamenta a própria possibilidade do construir a partir do diálogo.

Para a discussão as questões foram definidas em conformidade com a temática da pesquisa envolvendo a pauta dos dois encontros individuais, desse modo foram postas 3 (três) questões discutidas coletivamente, o modo como se daria o processo em grupo foi explicado aos participantes e posteriormente consensuadas por eles.

Passamos então, para a análise dos pontos que foram discutidos conjuntamente pelo grupo de discussão comunicativo onde os coordenadores ficaram a vontade para dialogarem sobre as questões, inclusive participando da fala uns dos outros.

5.3.1 Construção coletiva do significado de Educação Ambiental como aspecto da Responsabilidade Socioambiental

No início do diálogo coletivo do grupo de discussão comunicativo cada coordenador socializou seu entendimento aos demais participantes e exemplificaram com suas experiências conjuntamente.

Para os coordenadores a formação da Educação Ambiental é uma produção de informação de pessoas que vão reproduzir aquela informação

adquirida, e que existe um fator educativo, do ponto de vista da sistematização de algumas ideias e que deve ter uma disciplina específica nos cursos, e ser trabalhada de forma transversal em várias outras disciplinas, porque a questão ambiental é discutida em vários pontos. É importante essa discussão da educação ambiental no ensino superior, que deve ter as leis, as resoluções que a incentivam, mas também deve ser trabalhada, no sentido de levar a própria universidade às pessoas, a própria sociedade a exigir a prática de postura socialmente, com mais responsabilidade socioambiental, por parte das empresas e da população.

Ressaltaram ainda, que a Educação Ambiental deve ser alguma coisa em conjunto, mesmo que seja por instituto ou por faculdade, ou cursos afins, tem que se pensar alguma coisa que facilitaria a nossa forma de trabalhar, como introduzir isso transversalmente nos cursos, e também trabalhar isso, essa responsabilidade ambiental junto com os alunos. Está relacionada a formação de pessoas capazes de, automaticamente, reproduzir isso lá fora, lá no mercado, na sociedade em si, e nós temos que ter essa preocupação, provavelmente voltados para as áreas empresariais, áreas de negócios também.

Concordaram que a Educação ambiental, não é só uma questão de ser uma bandeira que tem que ser levada à educação superior. Na verdade, isso vem desde a base, que traz toda essa relação e começa a se discutir. Que discutir o significado da educação ambiental, como uma visão macro, muito mais ampla, holística, que deveríamos fazer uma leitura holística dessa temática, e começarmos a pensar no todo, como o todo é humano, é o meio ambiente. E isso, numa estrutura governamental que pense nesses recursos e que seja ativa.

Conforme indagou o Coordenador A:

Vemos que há um atraso quanto a esses estudos, pois quando se chega no curso superior, a necessidade de se discutir certos assuntos, já existe uma demanda naquilo. Então, ao contrário de uma coisa que poderia ser, digamos, um planejamento, alguma coisa para o futuro. As discussões desde 1950 para cá já vêm colocando nesse sentido, de que problemas ambientais pontuais vão ocorrendo no mundo todo e aí abre aquela janela para a necessidade de você organizar, no caso do currículo, no caso de projetos.

Em relação à Responsabilidade Socioambiental, foi falado que é exatamente uma pressão, não é só uma questão teórica, uma questão filosófica, colocada como uma informação dada, mas uma realidade que está apertando a cada dia, visto que,

a problemática socioambiental é muito real. Então acordaram que a questão socioambiental se dá pela necessidade premente que existe da questão social. Pois a sociedade hoje vive nas cidades, mas a pressão sobre as áreas naturais é muito grande, independente das pessoas estarem morando agrupadas na cidade, exatamente pelo modo de produção, exploração que é feita dos recursos. Então há uma necessidade urgente de fazer essa intervenção, e é necessário que tenha exigências legais para que as práticas de responsabilidade ambiental sejam cumpridas. E que a questão ambiental não tem a ver só com a fauna e a flora, pois sabemos que o ambiente é muito maior.

Como bem exemplificaram os Coordenadores:

O que a gente vê é que existe um certo conhecimento sobre o que é responsabilidade ambiental, as pessoas, de certa forma, sabem mais ou menos o que elas devem ou não fazer, as empresas sabem o que elas devem ou não fazer, isso também envolve a questão da educação ambiental, só que enquanto a gente não tiver... leis a gente tem, mas enquanto a gente não conseguir cumprir essas leis, essa nossa educação ambiental fica só no contexto do conhecimento, mas não da aplicação. Fica no contexto de todos sabem o que é, mas ninguém pratica a responsabilidade socioambiental. (Coordenador B)

Vamos pegar como exemplo o Escondidinho, para quem é rondonopolitano sabe o que eu estou falando. Eu não sou, mas eu me considero. É um lugar que há poucos anos atrás era um ambiente onde as famílias iam passar um final de semana, se deliciar, hoje já não consegue mais, porque o próprio homem degradou aquele ambiente. A gente não pode colocar responsabilidade num único setor. Então esse aspecto a responsabilidade socioambiental é todos nós, a consciência deve ser coletiva. Ainda sobre impacto, eu estava no São Lourenço, e aí a [Judieira], o óleo correndo sobre a água. Então é vontade de chorar. Quer dizer, foi lá em cima, mas caiu na bacia e contaminou. E, gente, placas. Eu devia ter fotografado ou filmado, mas eu não fiz isso. No domingo a água já ficou turva, no sábado eu cheguei, eu já vi a cor da água diferente e nem me toquei. Aí eu desci, e vi placas de óleo correndo. Então é uma questão muito mais grave que a gente pensa. (Coordenador E)

A gente vê várias situações aí, igual constantemente teve agora aqui em Juscimeira uma poluição no rio. Então e aí? O que nós estamos discutindo isso em sala de aula? Infelizmente nós não estamos tendo essa discussão a nível de universidade, o impacto disso, o que nós podemos fazer. Então infelizmente eu acho que a gente pode fazer muito mais daquilo que a gente está fazendo. Acho que cada curso está trabalhando no seu quadradinho ali: "oh, estou desenvolvendo isso", mas e aí? E a caráter institucional? Acho que a gente pode desenvolver bastante coisa referente a essa educação ambiental e também levando para o lado da responsabilidade socioambiental, né? Então infelizmente nosso curso trabalha muito pouco, não sei se

é porque devido à tipologia do curso, à área de atuação do curso, a gente trabalha muito pouco. Daria para trabalhar bem mais em parceria com outros cursos. Infelizmente. (Coordenador C)

Hoje o nosso macroambiente, aonde nós vivemos, acho que é muito mais impactável que o próprio local que está afastado de nós. Só que nós acabamos, de uma maneira direta, os nossos hábitos, a nossa maneira de viver, acabam atingindo esses recursos. O que tem notado, tanto na Economia, quanto na Geografia, não importa em qual seja a área, que essa questão da nossa maneira de a gente viver, os nossos hábitos como são colocados, enquanto esses recursos de fato não falarem: “se esgotaram”, ninguém vai valorizar. (Coordenador D)

Eu fazia assessoramento num programa socioambiental, e aí nós fomos levar as crianças, é um projeto que a gente tinha parceria com os colaboradores da escola, da empresa com a escola. E a gente fazia um trabalho muito bacana. Fomos levar as crianças para conhecerem essa empresa, depois de ter trabalhado, logicamente, alguns conceitos. E sempre trabalhado transversalmente o conceito. O responsável pelo setor, o engenheiro, o gerente, sempre acompanhando. Falou: “olha, a gente faz isso, porque prevemos não contaminar o meio ambiente” e veio [contar]. E aí uma criança simples, da periferia... aquele dia eu ganhei... E acho que quando a gente pega uma criança e transforma o mundo, ela gera um agente socializador de ideias. Aí a criança virou para ele e falou assim: “está bem, você faz tudo isso, concordo”, ele estava falando da lenha, que hoje eles tinham plantação de eucalipto, de reflorestamento. Ela continuou: “está bom, vocês fazem tudo isso, lógico, mas vocês ainda jogam muitos resíduos no meio ambiente”. Aí a criança começou a colocar: “a fumaça, por mais que você fale que você tem o catalisador ali, que faz isso, e aquilo”, uma criança de 8 anos, gente. E aí a criança começou a contrapor e deixou o gerente sem argumentos. Então eu acho que é por aí que a gente tem que começar a pensar nessa temática. [Então parabéns], viu? (Coordenador E)

Diante do que foi exposto pelos participantes, a pesquisadora teve a oportunidade de contextualizar com detalhes sobre os motivos que a levaram a esta pesquisa e a essas reflexões:

Quando eu idealizei em estudar a Educação Ambiental, foi pensando, por ser contadora e lidar com Contabilidade de empresas, Contabilidade Social e Ambiental, me especializei em Relatório de Sustentabilidade das organizações, e foi através de questões a cerca do que ocorreu em São Lourenço, fatos como esse que me despertaram, porque o impacto das atividades operacionais das empresas no meio ambiente afeta o social. Fui compreender os conceitos de responsabilidade socioambiental, por isso que no meu entendimento é através da educação ambiental, que conseguiremos atingir a responsabilidade socioambiental. Porque é muito amplo mesmo e precisa ser aprofundado.

Complementou o Coordenador D “Nós estamos vivendo, para quem acompanha bem essa questão energética, o boom das energias renováveis, não só no Brasil, no mundo. Então nós já estamos sabendo: “opa, a lanterna está ligando e a questão energética está começando a pegar”. Bom, isso em relação à sustentação... “oh, vamos falar sério sobre a questão ambiental”, não, infelizmente não é um perfil no Brasil hoje, eu não vejo, num curto prazo, algo se modificando. E outra coisa: a própria legislação ambiental, ela é muito genérica, então está faltando, inclusive, outras que venham para regulamentar melhor essa questão. Sábado teve um marco da questão da coleta de resíduos da construção civil, eles só fazem porque são obrigados, por força de lei. Se fosse o contrário, não fazem. Então sei lá, acho que o buraco é um pouco mais embaixo. Enquanto não se discutir isso mais a sério, a coisa não vai para frente”.

Os participantes ressaltaram a importância da conscientização das pessoas em relação às questões socioambientais quanto às suas ações no cotidiano e da importância de discutir essa temática abertamente na universidade. Como vemos:

A conscientização tem que se iniciar lá com as crianças, com a família, porque uma coisa é a gente agir por não saber; outra coisa é a gente agir contra o meio – e aí eu não vou falar meio ambiente – agir contra o meio, mas sabendo que a gente age erradamente, mas age porque, talvez, ou todo mundo faz ou porque é mais fácil para eu fazer desse ou dessa outra maneira. (Coordenador E)

Não vai ser uma disciplina lá na Geografia, na Educação, não vai ser uma conscientização na formação de professores para atuar na educação infantil e na educação básica, que vai fazer a diferença. Então eu acho que, assim, Rosa, quero te parabenizar, pois acho que a temática que você traz para discussão na sua dissertação é apropriada, porque é como comentamos: a gente tem que discutir isso transversalmente. Não adianta você discutir disciplinarmente, que aí nós não vamos alcançar nada. Por que a gente precisa de lei? A gente já discutiu isso. Por que precisa de lei? Por que o currículo estabelece, por que as diretrizes pedem? Porque nós não estamos... (Coordenador E)

A discussão abriu espaço para vários posicionamentos, assim incluiu a pesquisadora, sobre o Dia Mundial de Sobrecarga da Terra, explicando que representa a população, ela está em déficit com o meio ambiente. Esse alerta, a nível mundial, de que os recursos naturais não conseguem mais serem renovados no mesmo nível do uso dos mesmos. Então chega ao ponto que comentou o

coordenador B: “alguém vai fazer alguma coisa quando os recursos estiverem esgotados”, os recursos nesse caso, estão esgotados.

O Coordenador C concluiu que no Brasil temos um mau costume. Porque o Brasil é um dos países do mundo que tem um excesso de recursos, por exemplo, água, solo, qualidade do ar em certa medida, por conta do tamanho da área geográfica, a população em relação ao tamanho do país não é nada, é rarefeita, tendo uma quantidade de água à disposição, de floresta, de solo, que pode ser para a agricultura, que praticamente nenhum país tem. Então, assim, nós ainda vemos essa questão da abundância de produtos, de recurso, como um elemento, tipo assim, de uma folga que deveríamos ter. Quando, na verdade, os países, devem trabalhar com aquela ideia da soberania do recurso para a geração futura. Um exemplo: a Noruega descobriu petróleo [no Mar do Norte]. A primeira coisa que eles fizeram foi discutir: “olha, metade desse recurso vai para um fundo soberano, para manter a qualidade de vida da população”, seja a questão ambiental, social, educacional, inclusive, é um item que eles investem. Quer dizer, aquela primeira geração que faz o sacrifício de não usar o recurso que está à disposição, seja o recurso natural, o recurso financeiro, já vislumbra a dificuldade futura da próxima geração. E nós não temos essa visão de médio prazo, de longo prazo.

Mais exemplos foram apresentados pelos participantes como as ações pontuais que vêm acontecendo, como aqui no câmpus. De acordo com o Coordenador A, o laboratório de [imunologia], é fruto de um problema ambiental de uma empresa, que poluiu o ambiente, fez um TAC - Termo de Ajustamento de Conduta, e nesse TAC ela falou: “olha, eu vou construir um laboratório para a universidade poder pesquisar a qualidade da água, porque como eu contaminei, agora eu vou ter que devolver à sociedade uma estrutura que permita fazer esse controle”. E aí, quando da inauguração, a empresa veio, ainda fez uma propaganda ambiental. Então percebe-se que nessa área, por exemplo, em áreas relacionadas aos negócios, ao capitalismo, o que faz essas empresas se obrigarem a fazer responsabilidade social, ambiental, é a legislação. Outra coisa é quanto aos consumidores, no exterior, Europa, Estados Unidos, Japão, e outros, eles exigem procedência, o que se está fazendo quanto a fabricação do produto, exigem que ele tenha esse encaminhamento. Então, assim, percebe-se que a lei, é uma obrigação

da instituição, e no dia a dia das pessoas, para se adaptarem, e construir essa consciência coletiva.

Relataram ainda que alguns autores falam que o Brasil se sente subalterno, o jeitinho brasileiro, eles discutem exatamente que isso foi uma coisa construída desde a escravidão até agora e nunca foi mudado. E que para inculcar uma ideia desse tipo é muito difícil. O Coordenador A ressaltou que Rondonópolis é a segunda economia do estado do Mato Grosso, terceira em população e agora que conseguiu construir um aterro sanitário, agora que está começando a separar. Então a cidade tem pouco mais de 60 anos. Você percebe? Quer dizer, você repara: a lei tem 5, 6 anos que obrigou, ninguém tinha conseguido. Agora que a cidade se estruturou minimamente com um dos itens.

Sobre essa questão concluiu o Coordenador C:

Eu comento com os meus alunos: “olha, o que faz você pegar um lixo, lavar uma latinha, separar aqui, fazer todo aquele preparo ali para poder reciclável de um lado, orgânico do outro, e você pegar tudo, jogar num saco e pôr lá para o lixeiro levar, esse é um momento que você trabalha contra si próprio, contra o seu cérebro, né, que é o menor esforço: “não, isso aqui é importante, porque eu estou fazendo isso, fazendo aquilo”.

Destacaram exemplificando que num passado recente, sobre a questão da água, em São Paulo, na hora que “o cinto apertou” que a água ia faltar de fato, quando se vê um cara jogando uma água no carro lá, ou desperdiçando uma água, o coletivo chama atenção da pessoa. O próprio Nordeste: reclama, reclama da falta de água. Eles valorizam esse [lado lá]. E que pode falar: “ah, mas tem um monte de política de irrigação que leva água para lá”, agora pergunta para eles o que é uma seca de verdade lá, o que eles fazem para achar a água, o quanto isso é importante.

Ainda, que na cidade de Israel: não tem água potável. E a água deles vem do mar. É dessalinizada. E que podemos até pensar que é um recurso: “ah, vou tirar água do mar, [tem um monte]”. Mas e o quanto que eles gastam em energia, em recurso, para dessalinizar a água... é fato que nós temos um lençol freático fantástico, se não é o maior do mundo, está entre os maiores do mundo. Mas que, essa questão uma hora vai apertar. Pois, vivemos hoje, num mar, porque tudo para nós sobra, mas uma hora isso vai acabar, em alguns países já está acabando. Então quando se fala em recursos... que a Terra não tem mais capacidade de renovar seus recursos na mesma velocidade em que se consome. Esse fato faz com que a

consciência coletiva surja “na marra”, usando um jargão bem popular. E por força... e talvez nem a legislação seja capaz de fazer isso, enfim, que aos poucos isso pode acontecer.

Concordaram que no Brasil, falando em relação a negócios, a maioria dos nossos negócios [são pura extração]. Conforme ressaltou o Coordenador B “A hora que acabar o recurso, e aí? Com essa economia de extração e revender para fora... Nossa economia está acabando”. Por fim, construímos o entendimento da questão dessa forma tão abrangente e reflexiva.

Através da inserção da Educação Ambiental no ensino superior, atingiremos aos Objetivos da Educação Ambiental a serem concretizados com base no que dispõe a Lei nº 9.795, de 1999 e conforme estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental em seu no Art. 13, como exemplo, poderemos desenvolver inicialmente os 03 (três) primeiros objetivos: I - desenvolver a compreensão integrada do meio ambiente em suas múltiplas e complexas relações para fomentar novas práticas sociais e de produção e consumo; II - garantir a democratização e o acesso às informações referentes à área socioambiental; III - estimular a mobilização social e política e o fortalecimento da consciência crítica sobre a dimensão socioambiental. E assim termos estímulo para atingirmos aos demais objetivos de forma transversal e efetiva.

5.3.2 Construção coletiva sobre a importância dessa discussão no Ensino Superior

Refletindo mais profundamente e internalizando a questão da Educação Ambiental no âmbito da universidade, os coordenadores consideram importante disseminar essa problemática para que ocorra uma pressão política e social, de tal forma que as leis que são brandas sejam mais rígidas e também, quando não aplicadas, mas que sejam aplicadas. Acreditam que essa discussão no ensino superior possa fortalecer essas questões, preparando as pessoas para que elas discutam isso, e entendam o que está de fato acontecendo. E que a universidade tem a função de passar para os alunos que tem que cobrar das autoridades. Conforme frisou o Coordenador D “Não adianta nada você ter uma lei no papel, assim como nós temos a lei de diretrizes curriculares, e aí? Alguém está vindo, está

cobrando, está fiscalizando? Não está. Então cada um está fazendo a sua maneira, como acha que deve fazer e mesma coisa lá fora, na responsabilidade ambiental das empresas em si. Como os agentes políticos estão cobrando dessas empresas?”.

Destacaram que a discussão é importante, mas nem tudo que a gente fala e transmite chega à população, porque infelizmente, a universidade no Brasil não consegue atingi-la como deveria. E que temos discussões em diversas áreas. Se essas discussões pudessem chegar à sociedade que não tem acesso ao ensino superior, que pouco tem acesso sobre o que é discutido, talvez a opinião da universidade tivesse um maior impacto. Uma vez que, hoje a universidade tem pouca ação e modificações políticas.

Os coordenadores colocaram que a universidade atualmente é estancada da sociedade, que somente é acessada em alguns momentos, se precisam resolver alguma coisa, a universidade às vezes participa de alguma comissão. Então é acionada em alguns momentos somente, quando precisa dar uma informação, ou seja, quando eles querem ter uma certeza para não falarem uma coisa que venha a ser equivocada, a própria mídia faz isso. Mas esse é outro ponto: se as universidades têm as informações, sabem como funciona a mídia e como funciona o sistema econômico, o sistema político, se basearem as informações, ou seja, aquilo que a universidade vai repassar, por meio desses canais, sabe-se que será filtrado. É um ponto, quer dizer, o que se faz na universidade interessa às vezes pouco à comunidade, e por outro lado, tem coisas que são muito práticas.

Quanto às pesquisas percebem-se os colegas discutindo que quando se faz uma pesquisa de certos temas, como exemplo, em empresas, a própria [instrutora] pública, a prefeitura, o estado, já têm estudos da parte deles prontos para isso. Só que aquele estudo é um estudo interno, é um estudo de planejamento, de gestão, as empresas são para se organizar melhor. A população não fica sabendo disso, onde a universidade, sendo pública, tendo essa obrigação de devolver alguma coisa para a sociedade, tem a responsabilidade e deveria ter a obrigação de apresentar alternativas como: “olha, fizemos esse estudo, detectamos esse problema, podem acessar essa informação”. Porque a mídia, a empresa, a prefeitura podem não dar a informação, mas a universidade tem essa obrigação. O que segundo eles gera certo comodismo, pois se eles não demandam a universidade também não oferece.

Outro ponto levantado no diálogo é sobre não ser simplesmente criar um conteúdo, uma disciplina aplicada, na verdade, o reflexo do que é discutido dentro da universidade tem que ir muito mais longe do que só internamente. E que temos algumas universidades no Brasil que são referência, USP, Unicamp e conseguem fazer, de certa maneira, isso, devido a todo o respaldo que possuem, o que não concordam. Pois por sermos universidade pública, nós teríamos que criar um canal sem filtro, que fosse capaz de colocar isso para a sociedade, de maneira eficiente para abrir o olho, não só para a questão ambiental, mas para diversas situações que envolvem esse contexto de decisões do município, do planejamento estratégico que eles fazem errado, ou da política de uma empresa que está sendo implantada, que sabem que terá impacto, mas eles estão mais preocupados com outras questões.

Quanto a essa situação levantada os coordenadores colocaram exemplos de ações e atitudes questionáveis em relação à universidade, ao governo, as empresas e a própria sociedade. Vejamos:

Na minha cidade de origem, de 80 mil habitantes, cheguei a ficar 15 dias sem uma gota de água em casa, enfim, na cidade inteira. A cidade virou um caos! Cheguei em Rondonópolis, o cara lavando o carro, o passeio, com água, com mangueira, eu assustei. Falei: “pô, lá na minha cidade não tem isso não, a água é contadinha mesmo”. Então isso é preocupante, porque: “ah, nós temos muitos recursos aqui. Tem o Rio Vermelho aqui, tem abundante água, tem várias bacias aqui”, e aí? Uma hora vai acabar. Então nós temos que trabalhar esses alunos além da conscientização do uso socioambiental. Chega numa sala de aula e um aluno no intervalo, [o ar ligado] com apenas um aluno ou nenhum lá, isso é responsabilidade socioambiental. Não tão somente os recursos naturais, mas como nós estamos utilizando a nossa tecnologia disponível, que essa tecnologia está exaurindo recursos do meio ambiente. Como foi falado, é cobrar. Como nós estamos cobrando dos nossos políticos? Não sei... (Coordenador D)

Temos pesquisadores, assim, renomados, fantásticos nas áreas, que influenciam, inclusive, a legislação, mas na hora que vai levar isso para a sociedade, essas pessoas não conseguem chegar na sociedade para demonstrar: “gente, isso é o alerta”. Hoje infelizmente as nossas mídias não permitem. O foco nosso está totalmente desvirtuado. A própria mídia não valoriza o meio social, nem ambiental. Ela chama atenção quando tem uma catástrofe: “opa”, igual lá em Mariana, aqui em Jaciara, aí aparece lá na manchete. Fora isso, pouco se discute. (Coordenador C)

Eu lembro que um professor do nosso curso participou do Conselho de Urbanismo aqui da cidade, foi convidado, tal. E ele disse que chegava lá e não tinha voz, estava tudo amarrado com a comunidade

básica, com os caras da prefeitura. Abrir loteamento lá no fim do mundo, deixar aqueles terrenos [meio], aquela coisa, e já sabiam que não podia. Então ele falou que ia sair, porque ia partir do princípio que ele não tinha voz e não funcionava. Mas o que é importante? Outra coisa, acontece um tremor lá: “me diz o que aconteceu, aumentou muito o peso na coisa! Calcula para a gente?”. (Coordenador A)

Um professor do nosso curso foi num assentamento rural para fazer um tipo de atividade. Quando ele fez um levantamento com a comunidade do que eles estavam precisando, 90%: aposentadoria, eles queriam informações, embasamento para eles poderem organizar a papelada para se aposentar. A proposta dele era outra. Então ele teve que atender primeiro uma demanda real, prática deles, para poder chegar na outra demanda, que ele trabalhava com a questão ambiental, ele queria fazer reflorestamento de nascente. A proposta dele era: eu vou chegar num assentamento, uma área rural, que ele previu que tinha um problema, e ele ia lá para tentar dar essa informação. Mas eles não queriam essa informação num primeiro momento. Para ganhar confiança, ganhar um canal direto com essa comunidade, primeiro ele teve que atender o que eles precisavam. Aí ele levou pessoas também que conheciam, resolveu lá, fizeram umas reuniões. Depois que o pessoal conseguiu organizar tudo, fidelizou. Aí, pronto, ele passou a ter um canal direto, as pessoas começaram a confiar mais nele. Então a confiança da universidade, por mais que respeitem, até porque quem que está aqui estudando, os acadêmicos, a sociedade está toda envolvida, os familiares estão por lá, então sempre tem alguém aqui na universidade estudando. Existe um respeito, digamos, por solidariedade, por esse grupo, mas não é mais do que a gente fala, a nossa informação, aquela que, digamos, é ouvida. Agora, nós temos informações precisas. (Coordenador A)

Na geração de emprego vai ser mais importante, tá, mas quanto a essa questão ambiental?... Em relação ao mercado. Como que é feito esse equilíbrio? De que maneira vai ser cobrado? Eu também entendo que a gente tem que cobrar, aplicar, mas a gente sabe que a nossa estrutura como máquina autuadora é frágil, então a gente não consegue ter perna para chegar tão longe. (Coordenador B)

Um exemplo, você faz uma empresa produtora de cerveja na frente de uma empresa que produz agrotóxico, a água que ela retira é do subsolo, na frente é a Nortox de um lado e a Cristal do outro. As pessoas que chegaram aqui, de fora, pesquisadores, falaram: “mas como é que isso aconteceu? Em que momento decidiu que a primeira está instalada aqui, a segunda não poderia estar instalada uma na frente da outra, o lençol freático é o mesmo, se você puxa água daqui e tiver uma contaminação...”, tanto é que essa empresa nunca conseguiu funcionar, ela era sempre um depósito, trazia de fora, a mesma empresa, Nortox, no Paraná, já apresentava um monte de vazamento, um monte de problemas, quem acompanha a empresa sabe que ela é problemática no Paraná, onde ela tem a sede. É uma empresa grande, veio na época que o era o governador fulano de tal, ele tentou otimizar uma série de empresas, e grande

parte delas vieram para Rondonópolis, para a cidade foi muito interessante, né? Emprego, arrecadação, aquela coisa toda, mas chegou um momento que a qualidade da empresa não permitiu nem que ela funcionasse, tanto que ela é um depósito, ela nunca foi uma empresa que, de fato, produziu. Agora você imagina, aqui tinha um campus, você tem estudos, o plano diretor atual que foi discutido pela prefeitura, a primeira coisa que a prefeitura fez: contratou uma empresa de Curitiba para fazer o levantamento todinho aqui de Rondonópolis, para fazer o plano diretor, essa estrutura toda que a prefeitura precisava fazer. Ela pegou o menor preço, a empresa com pouco recurso, o cidadão escreveu duas, três linhas, sobre tudo o que tinha aqui, nem conhecia, nem veio aqui para conversar com a universidade, que tinha pesquisas aprofundadas, quando chegou lá no Ministério Público, barrou, “negativo, vai fazer de novo”. E agora está fazendo esse novo estudo, que, inclusive, o nosso curso participa, participam outros cursos aí, o Ministério Público, por quê? Porque agora está fazendo um levantamento pesado. Primeiro, como é que você vai fazer um plano diretor para 10 anos, em uma cidade desse tamanho, nessas condições, com uma empresa que fica aqui um mês, com 10 pessoas levantando, por quê? Porque é mais barato, menor custo. Agora, a universidade poderia fazer até de graça, dentro de um programa de um município. O que impediria os cursos que estão trabalhando hoje em transformar a monografia, transformar a pesquisa dos professores, vincular uma parte disso a um estudo voltado para a própria comunidade? Não estou dizendo que vai trabalhar de graça, não. Nós temos a obrigação de produzir alguma coisa, se o município em que você está instalado está demandando isso, não é a prefeitura, é o povo, é a vivência de 10 anos aqui da sociedade. Se você não puder atender isso, você vai atender o quê? Qual é a sua responsabilidade? (Coordenador A)

Vejo que agrega conscientização, o nosso papel, enquanto universidade, é de conscientização, não é só conhecimento, é conscientização, comprometimento e encaminhamento de ações, né? De ações sociais, culturais, políticas, educacionais, financeiras e aí ponho econômicas, porque senão eu posso falhar. Então o que eu vejo e o que eu penso? Qual é o tripé da universidade? É ensino, pesquisa e extensão. Então a gente já viu, quando uma pessoa, um profissional, é convidado para fazer um estudo e apresenta algo, faz colocações, a gente já pensa: “bom, esse cara, na verdade, não está preocupado com a educação dentro da aula e nem com uma responsabilidade socioambiental. Está preocupado com as questões capitalistas. Regras. Por isso que eu falo que o nosso papel... eu o chamei de conscientização: conscientizar, comprometimento, encaminhamento de ações, mas, para isso, a gente precisava aproximar, foi o que eu falei para a Rosa, a gente tinha que aproximar mais as áreas. Os nossos trabalhos são muito estanques, muito isolados. E quando eu falo dessas ações, eu estou falando de projetos, de pesquisas interdisciplinares, multidisciplinares e hoje as nossas ações são estanques mesmo. (Coordenador E)

Neste ponto do diálogo os coordenadores colocaram a conscientização como primordial no processo de inserção da Educação Ambiental na universidade,

se abrindo a agregarem as ações de seus cursos às demais áreas, de forma interdisciplinar e através de atividades multidisciplinares, assim como é proposta na PNEA.

Como comentaram que na pesquisa eles estavam representando os seus respectivos cursos, mas poderia estar junto agregando outros cursos, e também participarem dessa discussão, essa conscientização, porque se queremos mudança, a gente tem que começar num processo como esse. Reforçou o coordenador E que “como nós somos agentes de mudança, [não somos agentes de mudança sonhadores], por isso que eu falei para vocês, quando eu vi aquela criança fazendo as colocações que ela fez para um gerente de uma empresa multinacional, eu me encantei, porque essa criança vai fazer diferente. Mesmo que a gente não consiga fazer essa mudança com o todo universitário, mas que a gente consiga conscientizar alguns, muitos dos nossos acadêmicos, para que eles realmente sejam agentes de transformação”.

Complementaram os Coordenadores B e E aquecendo a discussão:

Eu acho que o agente até consegue conscientizar, naquilo que o professor falou de uma empresa daqui, de duas empresas dali, a gente até consegue gerar... (Coordenador B)

Mas não é conscientização, é porque se eu me sujeito, eu não sou consciente. Consegue entender o que eu estou querendo de conscientização? Eu falo que a conscientização tem que estar agregada com o comportamento moral e ético, não adianta eu conhecer e saber, para mim, assim, do que eu entendo de conscientização, entenderam. É essa consciência. (Coordenador E)

A gente consegue então não a conscientização, mas a gente consegue levar os alunos, vamos dizer assim, o conhecer e o saber, e, mais adiante, quando eles veem uma notícia, seja da Nortox ou da cervejaria, seja uma notícia igual passou ontem, no jornal, jogando esgoto etc., esse conhecimento sobre essa problemática gera indignação. (Coordenador B)

Então, se nós estamos trabalhando interdisciplinarmente, se a gente trabalha com extensão, com pesquisa, os nossos alunos trabalhando, um na educação, tendo apoio da Geografia, tendo apoio da Economia, tendo apoio da Administração, tendo apoio lá das pesquisas gera entusiasmo na gente. (Coordenador E)

O efeito seria muito maior. (Coordenador B)

Entende quando eu falo da conscientização? Então não basta saber, saber é pouco, conhecer é pouco diante da ação que tem que ser feita para a mudança. (Coordenador E)

Muito bem. Então em cima disso, está excelente a discussão... (Pesquisadora)

É bom, né? O que um fala estimula o pensar do outro. (Coordenador E)

Os participantes e a pesquisadora refletiram bastante quanto às possibilidades da inserção da Educação Ambiental no ensino superior e seus reflexos na sociedade e nas ações das empresas frente ao impacto de suas atividades operacionais no meio ambiente, bem como o comportamento das pessoas em empresas que praticam uma gestão sustentável. Vejamos:

Como foi colocado, a criança que no meio de muitos, foi tocada, é como se fosse uma sementinha que brotou, e no futuro virão os frutos, é hoje a nossa discussão, porque quando você coloca que mais cursos deveriam, então nós somos o pontapé inicial. Então, desejamos sim, que isso se estenda, que cresça e tome grandes proporções. (Pesquisadora)

Eu falo isso assim até porque eu era muito sonhadora, eu achava que todos os meus alunos teriam que ser os bons alunos, todos seriam agentes de mudança. E aí a gente vai compreendendo que cada um vai a seu ritmo, a seu modo, no seu caminho, até pelos seus saberes, pelas suas escolhas, pelo o que entende disso, daquilo... (Coordenador E)

Pela sociedade que influência. Isso acaba mudando a pessoa. (Coordenador D)

Aí quando eu descobri, eu falei: “nossa, mas aqui ele está fazendo diferente, que delícia, que bom”, porque ele é um agente de mudança... (Coordenador E)

Então eu acho que quando eu falei da indignação, vem disso aí, vem da questão da educação. Eu fico indignado, “você fazem a questão da fumaça, dos catalisadores, mas vocês poluem de outra forma”. (Coordenador C)

Mas, assim, essa questão do ambiente modificado, é uma coisa que em nosso curso, a gente sempre fala que é mais uma questão comportamental e da própria sociedade. Em estudos da federal do Paraná, que mostra como uma pessoa muda o comportamento rapidamente, em uma empresa que tem uma gestão ambiental. Então pessoas que não tinham o hábito de reciclar, não tinham o hábito de separar, por ver como a empresa se comporta e como os colegas, eles se sentem envergonhados de não participar, não terem o mesmo pensamento. Em pouco tempo, a pessoa modifica. Então

por isso que eu falei, a sociedade acaba sendo capaz de influenciar pessoas, é o meio que acaba influenciando. Então você fala que a pessoa não modifica, ela modifica, é só mudá-la de ambiente, o comportamento dela se adapta ao ambiente, logo ela modifica os seus hábitos. (Coordenador B)

E, assim, pelo constrangimento desse gestor questionado pela criança, eu tenho certeza que ele voltou, ele pensou, então todos apreendem. É bacana que nesse projeto a gente percebia bem isso que você coloca: muitos dos colaboradores, que, muitas vezes tinham um comportamento X, eles passam a ver de outra maneira. Então eu sempre digo isso: por mais que eu saiba que a empresa, muitas vezes, tinha um projeto, que ela tem essa questão da responsabilidade social, mas ela fazia a diferença no projeto, o projeto era sério, com pessoas sérias, até permaneci por conta disso, senão não permaneceria. Então eu acho que a gente tem que separar o joio do trigo. (Coordenador E)

Não, não dá para generalizar, nenhuma empresa pensa assim, não é verdade. Vamos colocar as empresas de cosméticos, Natura, O Boticário... Outras empresas que dependem desses recursos, elas pensam seriamente assim: “olha, se algum dia isso aqui acabar, minha empresa fecha”. (Coordenador C)

Eles pensam assim mesmo, “tenho que tomar conta, porque senão fecha”. (Coordenador D)

Todos concordam? Exatamente. (Pesquisadora obteve a concordância de todos)

Os participantes exemplificaram principalmente quanto às empresas de cosméticos, que segundo eles, utilizam de um recurso muito mais de nicho, bem mais específico, por exemplo, fazer um shampoo, qualquer uma faz, mas elas têm uma qualidade diferenciada. Essa qualidade não está só na forma de oferecer, de vender, mas, como exemplo, se o recurso é muito endêmico, em um lugar só, as empresas precisam que aquilo continue funcionando. Concluiu o Coordenador A “Você percebe, essas empresas, elas têm, até nas propagandas, essa pegada, que é assim, quando você pega a questão do indivíduo e esse tem uma luta ideológica grande, se vai trabalhar em uma empresa e ela tem uma visão de exploração, é aquela história. Se ele visa que pode crescer com a empresa, veste camisa da empresa, você pode perceber que na universidade, nós dividimos em blocos, tem grupos que trabalham para uma corrente, para um lado. Outro só trabalha para outro lado. E aí, se é estanque aqui, nós como um grupo, digamos, em um espaço reduzido, um grupo de pessoas reduzido, imagina o grupo de pessoas que está lá? E essas pessoas estão sendo comandadas por uma ideologia que quem dá é a

mídia, é a propaganda, esse tipo de coisa. Então nossa obrigação é muito maior, nesse sentido também”.

O diálogo foi se norteando naturalmente, sendo abordadas questões relevantes no aspecto comportamental dos indivíduos na sociedade e questionada a forma de se trabalhar a Educação Ambiental na universidade com os acadêmicos dos diversos cursos e áreas distintas. Percebemos que os coordenadores são críticos quanto a atual apresentação da Educação Ambiental no câmpus e estão muito dispostos a fazerem a diferença na universidade.

Com base nos referenciais apresentados, a Educação Ambiental nas instituições de ensino, conforme estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental em seu Art. 14, deve contemplar:

I - abordagem curricular que enfatize a natureza como fonte de vida e relacione a dimensão ambiental à justiça social, aos direitos humanos, à saúde, ao trabalho, ao consumo, à pluralidade étnica, racial, de gênero, de diversidade sexual, e à superação do racismo e de todas as formas de discriminação e injustiça social;

II - abordagem curricular integrada e transversal, contínua e permanente em todas as áreas de conhecimento, componentes curriculares e atividades escolares e acadêmicas;

III - aprofundamento do pensamento crítico-reflexivo mediante estudos científicos, socioeconômicos, políticos e históricos a partir da dimensão socioambiental, valorizando a participação, a cooperação, o senso de justiça e a responsabilidade da comunidade educacional em contraposição às relações de dominação e exploração presentes na realidade atual;

IV - incentivo à pesquisa e à apropriação de instrumentos pedagógicos e metodológicos que aprimorem a prática discente e docente e a cidadania ambiental;

V - estímulo à constituição de instituições de ensino como espaços educadores sustentáveis, integrando proposta curricular, gestão democrática, edificações, tornando-as referências de sustentabilidade socioambiental.

São diversificadas as formas de se inserir a Educação Ambiental no ensino superior, como vemos é possível partir de qualquer área do conhecimento, sejam nos currículos, nas pesquisas, em projetos de extensão, em eventos com palestras ou em simples rodas de discussão.

5.3.3 Construção coletiva sobre possíveis práticas socioambientais no contexto do Ensino Superior

Como última questão do diálogo, foi proposto aos coordenadores que levantassem possíveis práticas socioambientais que pudessem ser desenvolvidas na educação superior, o que poderia ser sugestões de um estudo, uma pesquisa, um seminário, um congresso, uma atividade em conjunto, ou o que eles pensassem, idealizassem, ou qualquer ideia que tivessem naquele momento, enfim, o que eles vislumbram, visualizam nesse sentido.

Para esta discussão, os coordenadores optaram em exemplificar ações e práticas socioambientais de que tinham conhecimento para tornar o diálogo mais interativo e funcional.

Vejamos o que relataram os Coordenadores:

Eu queria dar um exemplo do que acontece no curso de Engenharia Agrícola, não é o meu curso, mas existe uma disciplina relativa a isso, claro que o curso lá é Engenharia Agrícola e Ambiental, eles são mais atuantes nessa área ambiental e tem uma disciplina lá que eu sei que os alunos vão nos córregos, vão no Rio Vermelho, vão no lixão, vão na ponte não sei aonde, então eles visitam esses lugares em que ocorrem os problemas. Claro que é uma especificidade do curso também, mas eu acho que se a gente enquanto outros cursos não tão relacionados a essa questão socioambiental, como o curso de Engenharia Agrícola, que tem o ambiental no próprio nome, quando a gente traz esses problemas, como “Petrópolis ou a Nortox”, quando a gente começa a trabalhar com essas questões locais também, no nosso curso, de alguma forma, a gente consegue trazer mais praticidade. A gente também sofre o mesmo problema, quando nos chamam na prefeitura para participar de alguma comissão, de alguma coisa, a gente é muito teórico e não sei o que, então quando traz esses exemplos, acaba tornando a coisa um pouco mais prática. (Coordenador C)

Na verdade, quando chamam para esse tipo de reunião, eles querem, que a gente vá lá e valide alguma coisa que, muitas vezes, [não é legal], né? A gente vai lá legitimar: “a universidade está legitimando”. Você pode ser contra, ele concorda, muitas vezes a gente: “não”, por mais que a gente fale que aquilo é errado, eles nunca vão acreditar, certo? O que está certo é aquilo que está sendo colocado, se deixar falar, eles não deixam falar. “Não, mas participou ali o professor”. “A universidade legitimou”. E coloca o seu nome, né? (Coordenador B)

Eu acho que, infelizmente, o papel da instituição, nós temos várias ações isoladas, quanto a essa questão ambiental, por exemplo, teve um processo que passou na Câmara, de extensão, que foi um projeto que trabalhou junto com todos os ribeirinhos do Rio

Vermelho, ali na Rodovia do Peixe, tratando, basicamente, como fazer a fossa séptica, ou seja, são ações que a universidade está fazendo, isoladamente, mas que não têm um conjunto. Então, talvez, a própria estrutura da universidade, agora nós nos tornamos UFR, seja hora de pensar, realmente, em uma estrutura que esteja basicamente voltada para a questão ambiental, para os cursos não ficarem trabalhando isoladamente, ou projetos isolados, exemplo: “o que está sendo desenvolvido na área ambiental?”, ter um departamento, ou um grupo específico para isso. (Coordenador D)

Eu acho que a gente conhece pouco o trabalho do outro. (Coordenador E)

Muito pouco, muito pouco. (Coordenador B)

Na verdade, a gente tem que [partilhar] projetos multidisciplinares, né? (Coordenador D)

Também acho que [é esse o caminho]. (Coordenador E)

Os participantes sentiram a necessidade de se inteirarem em relação às atividades desenvolvidas na universidade nas diversas áreas do conhecimento, para identificarem quais iniciativas socioambientais e de promoção à Educação Ambiental podem ser desenvolvidas em conjunto.

Muito bem exemplificado pelo Coordenador A “Lá na federal de Goiás, tem um instituto chamado IESA, é o Instituto de Estudo Socioambientais, então um grupo de cursos que estão lá dentro, são muitos produtivos, as revistas que eles têm lá são A1, A2, umas 3 ou 4 revistas dentro desse instituto, muito recurso e eles falam: “olha, nós fazemos em escala industrial o projeto, projeto de intervenção, nós estamos procurando empresas que estão com algum ouro para pegar...”, vão no Ministério Público toda semana, todo mês e aí eles captam recursos, conseguem publicar bastante, lançam livros, fazem eventos, chamam pessoas de fora para participar”.

Continuou o Coordenador A explicando seu posicionamento quanto à universidade “Então, assim, eu já percebi que a gente existe... tem duas situações aqui na universidade: uma, captação de recursos, por exemplo, que depende só do público, daquilo que vem, esses recursos bem escassos, que nos fazem também ficar meio inertes em algumas coisas, que: “ah, não tem recurso, não vou fazer”. E tem um grupo de pesquisadores, de vários cursos, que o cara vai atrás, de empresa, de Ministério Público, tenta fazer parceria, que seja. Eu sempre defendi as duas coisas, eu acho que a independência acadêmica é muito importante, para você não ser obrigado a prestar contas para uma empresa do que você vai apresentar, coisa

desse tipo, por exemplo, porque você está dependendo dela financeiramente, aí a independência acadêmica, científica é ótima, mas você não tendo recurso e você tem também que justificar o recurso que você está gastando, é interessante que certos grupos também capturem esses recursos”.

Complementou exemplificando:

“Se um grupo conseguiu fazer uma associação com uma empresa e conseguiu montar um laboratório para ele, ótimo para ele”. Ele não precisando de recurso para montar um laboratório, vai sobrar para quem não conseguiu esse recurso e aí a gente vai fazer a pesquisa com quem não tem recurso nenhum, que, a princípio, é a ideia social da universidade. Agora, percebam, se vocês olharem no anfiteatro, na programação do anfiteatro, só aqui dentro, você tem praticamente um evento por semana, um a cada quinzena, existe uma quantidade tão grande de eventos, é a semana acadêmica de um, simpósio de outro, seminário de pesquisa não sei de quem, e aí você cria, eu lembro que quando eu fui aluno aqui na década de 1990, 1993 a 1997, na época, nós tínhamos eventos praticamente, assim, a cada 2 meses, 40 dias. Então quando tinha um evento, era uma coisa que chamava a atenção. As pessoas vinham, as escolas vinham, porque, assim, você não tinha chance. Hoje você tem uma quantidade muito grande de atividades, canais que não obrigam mais você a vir, você tem o YouTube, os caras gravam a palestra e põem no YouTube, então eu sento na minha casa, no meu conforto e vou assistir, é a mesma coisa de eu vir participar de um evento. Por esses dias, avaliando 5 cursos de na minha área no Centro-Oeste, naquele Guia do Estudante, entrei lá como avaliador para conhecer os cursos e o pessoal, todos eles têm uma TV universitária e quando nós fizemos a UFR, aí entra no segundo ponto, a UFR tinha que ter uma vida própria, a gente está muito preocupado com a estrutura de Cuiabá, como que a gente funciona como a [UFMT], mas essa aí é a nossa oportunidade de criar coisas novas. Por exemplo, nós estamos discutindo aqui a questão ambiental. O que pode ser feito em bloco que possa ter um outro efeito de, digamos assim, junção de ideias do que um evento de semana acadêmica de cada curso? A ideia, [a gente pensou], tinha que ter semestralmente, pelo menos, uma coisa maior, que junte os cursos interessados, aí pode dar uma sondada em quem quer participar, quem quer fazer, para criar uma coisa com impacto, não aquela coisa assim de todo dia ter um evento, automaticamente perde um pouco da qualidade, para algumas coisas. É claro que tem as especificidades, né? (Coordenador A)

O coordenador A prosseguiu com suas ideias e socializou seus pensamentos estimulando a todos na reflexão “Quantas vezes você quer participar de uma palestra, igual esses dias tinha um pessoal do Panamá e tal, mas eu estou fazendo o meu próprio evento, eu não posso, as coisas são assim. E aí está sendo massificado. Não é que você não oferece. Quanto à câmara de extensão, lembro

que a gente ficava avaliando o mérito extensionista dos projetos. Então qual é a forma mais interessante de você chegar a uma comunidade, a algum lugar? É a extensão. A pesquisa em si e tal, você está aqui dentro da universidade, mas a extensão, obrigatoriamente, você tem que partir para lá”.

O Coordenador A sugeriu que todo curso deveria ter uma quantidade de atividades de extensão vinculadas às suas pesquisas, ao seu ensino, aos projetos, e expor isso, colocar isso para a comunidade. E concluiu “Então eu acho que a oportunidade que a gente tem é essa nova estruturação da universidade. E a gente vai criar essa nova estruturação pensando já de forma diferente. Criar novos canais, eu não vejo muitos canais aí, as pessoas... eu queria ter acesso ao que eu vi no anfiteatro, à disposição no YouTube, lá no canal, no site. Na PUC eu vi um negócio, poxa, os caras gravam tudo, põem uma pessoa lá e, de repente, eles estão com tudo montadinho. Cuiabá talvez tenha, porque lá tem a TV Universitária, eles devem estar correndo lá, fazendo as atividades. Mas nós temos que pensar uma forma da gente criar isso, exatamente para poder começar a criar... as pessoas falarem: “olha, existe esse material, esse material aqui está à disposição””.

Concordaram os demais Participantes, e indagou concordando a Pesquisadora:

Levar a universidade até a sociedade de alguma forma, né?
(Pesquisadora)

Muitas vezes o professor quer dar uma aula financeira, como nos cursos de Contábeis, Economia, Administração, são cursos que poderiam criar um programa para as escolas poderem trabalhar com alunos a educação financeira, como o cara calcula juros, essa coisa toda, e aí, veja só, o cara da Matemática aproveita, as áreas todas podem estar integradas. Esse tipo de ação eu acho que é válida, entendeu? (Coordenador A)

Aproveitando o fala anterior o Coordenador D reforçou as ideias propostas “Pegando o gancho do que foi falando, acho que agora seria o momento, porque até 2024, nós temos que implantar 10% da nossa carga horária em extensão, isso tem que ser implementado em 2024, é obrigatório para todos os cursos. Num curso de 3 mil horas, 300 horas praticamente vão ser livres para o aluno fazer o que quiser dentro da universidade quanto à extensão e a universidade está pensando: “de que forma nós vamos fazer isso? É curricularização da extensão?”, então talvez seria o momento ideal, dando um seguimento, já pensando nessa extensão na área

ambiental, que modo que nós podemos fazer no curso para desenvolver essas atividades extensionistas, que atendam também uma legislação específica de extensão. É uma ideia, uma sugestão”.

Concordou o Coordenador A, exemplificando:

O curso tem 300 horas, um exemplo, 150 horas poderiam ser atividades de extensão que o aluno participa, só como participante e tal, e 150 como prática dele, ele tem que ser o cara que faz a atividade. Professor organiza grupos lá e vai fazer a atividade, um exemplo, a ARPA, Associação de Proteção Ambiental. Um professor nosso, participou muito tempo. Quantas vezes o pessoal entrava nesses rios todos aí para fazer limpeza, ir na casa das pessoas... eles entravam no rio, então eles não iam pela estrada, eles iam por dentro do rio. Andando, estava em uma época seca, “você está com um problema aí?”, olhava a questão da fossa, olhava a questão de onde é que jogavam o lixo deles, onde é que eles pegavam água para beber, ali tinha 5, 6 pessoas que tinham formações variadas, cada uma de uma área e eles já falavam assim: “já pensou em ajudar o cara a filtrar a água dele? Organizar melhor a estrutura da água dele? Criar uma estrutura de barreira sólida, pelo menos para o grosso não ir para o rio?”. Essas pessoas faziam isso com as pessoas, no fundo do quintal delas. Estavam no rio ali, fazendo o movimento. Você pode fazer isso com aluno, quer dizer, um professor tem uma carga horária para cumprir, com 10 alunos, vai fazer atividade na comunidade, vai procurar o lugar.

Ressaltaram nesse momento a riqueza que será começar a envolver o aluno nas atividades, que no primeiro momento poderá ter resistência, dar trabalho, mas quando começar a ver o resultado prático, aquela coisa da interação e que ele resolve um problema, e será visto pela sociedade de outra forma, como uma pessoa que está produzindo alguma coisa, aí ele mudará a mentalidade.

O Coordenador A voltou ao ponto da conscientização, tão importante no processo de inserção da Educação ambiental no ensino superior “... não é uma conscientização no sentido puro: “entrou na minha mente, está aqui uma informação”. Não, é uma coisa que eu acredito nela, porque eu produzo alguma coisa com ela. Aí é outro sentido. Aí eu sou obrigado a multiplicar, porque eu achei que aquilo foi muito válido para a minha vida, de tal forma que eu preciso passar para outro. Aí sim você começa a entender, porque ao contrário de uma... eu sou obrigado a entender uma coisa para tirar uma nota na prova, acabou a prova, sai da minha mente, vem outra coisa, aí não funciona”.

Os coordenadores conceberam que através de projetos interdisciplinares, multidisciplinares, a universidade fará acontecer, e que eles têm que começar a

pensar por áreas, mas de forma macro, como começaram no início da discussão, ter uma visão holística, pois apenas uma área do saber não dá conta.

No calor da discussão surgiram exemplos que foram norteando a finalização do diálogo. Vejamos:

Países como França, por exemplo, tem um hábito, quanto aos professores de lá, uma coisa bacana até para trazer essa realidade melhor. O professor é obrigado, não sei de quanto em quanto tempo, não sei se é de 5 em 5 anos, ficar 6 meses no mercado, cada um na sua área. Educação, ficar lá dentro 6 meses isolado, na universidade, só vivenciando, mas quando ele vem para cá, vai ser: “nossa, que experiência”, várias tem esse hábito, a legislação obriga que a pessoa saia da rotina de vida que é habitual e vá para uma outra, para se sentir como que está vivendo a comunidade, depois a pessoa volta e traz coisas diferentes, para você discutir na universidade. (Coordenador B)

Uma proposta extensionista é essa aí. Só que, infelizmente, a gente não vivencia isso aqui. (Coordenador D)

Até porque a gente acaba fazendo, de uma maneira ou outra, com muita força de vontade, mas sem condições nenhuma. Essa questão de você ir andando no rio é muito legal, agora fala para o cara contar a história por trás do quando ele precisou se esforçar para chegar naquele nível. É diferente. Então quando tem uma estrutura por trás, igual a gente recebia agora, vocês devem estar percebendo também, a CAPES está cortando todas as bolsas de pós graduação do país todo, tudo. Aí um PIBIC que você está planejando fazer isso com seus alunos, tem lá 3 ou 4 bolsistas, já era, entende? Então é o próprio governo dando um tiro no pé, coisas que poderiam fazer a diferença. (Coordenador B)

Esses dias eu estava vendo uma reportagem de um cara lá da economia que escrevia em revistas aí, de Harvard, então como que ele combinou com Harvard? Ele era um economista que produzia muito. Os caras falaram: como é que ele consegue escrever 2 artigos por ano em jornal de qualidade, internacional? O cara falou: “eu fiz um acordo. Eu pego o primeiro semestre do ano, ou o segundo, escolham e eu vou dar aula, eu vou orientar aluno, eu vou fazer tudo lá dentro, pode encher a semana inteira. Segundo semestre, vocês me esqueçam, eu vou viajar, vou pesquisar, vou fazer minhas atividades externas à universidade”. Aí eu estava pensando na 158 (resolução da UFMT), ela diz que você é obrigado a pegar uma carga horária... Nós vamos criar a nossa 158 na UFR, por que a gente não pode dizer o seguinte: “desde que bem fundamentado, com proposta séria, o professor pode concentrar as aulas dele de um ano em um semestre e vai fazer um esforço para ele, ele não é obrigado, ele tem essa liberdade”, para em um segundo momento, ele fazer, por exemplo, digamos que eu concentre a minha atividade de ensino, que é aquela que ocupa o dia a dia e tal aqui, orientação, no primeiro semestre. Eu vou pegar mais disciplinas, vou cumprir uma carga horária. No segundo semestre, eu vou me dedicar à pesquisa e à

extensão. Então eu vou ficar em casa lendo, vou viajar para outro país para ler, para participar de atividades, com folga, é um semestre, e eu vou fazer minha extensão, eu posso ir para uma escola e ficar 3 meses fazendo isso que você falou, você percebe? Porque eu não tenho uma obrigação de estar aqui todo dia vinculado. Agora, por que não podemos fazer isso com a nossa estrutura? (Coordenador A)

Nesse ponto da discussão os Coordenadores mediados pela Pesquisadora pensaram conjuntamente em diversas possibilidades de se concretizarem práticas socioambientais nas atividades da universidade. Conforme a seguir:

Se o professor tem um ano para trabalhar e ele tem uma carga horária para cumprir, é um ano? Então eu dividi esse ano em duas partes, eu vou concentrar, nesse primeiro momento, em um tipo de atividade, não precisa ser no primeiro ou segundo, e no outro momento, eu vou concentrar em outra, eu vou fazer bem as duas. Vou me organizar para dar minhas aulas, despreocupar das outras coisas, porque eu sei que eu vou estar só em aula mesmo. No segundo semestre, poxa, eu vou comprar livro, eu vou viajar, porque eu tenho a liberdade de preparar... essa flexibilidade é uma coisa, por exemplo, que nós, que vamos criar uma nova universidade, nós podemos pensar. (Coordenador A)

Seria um cenário ideal, concordam? (Pesquisadora)

Sim! Pensa você, com o semestre para você... e, claro, é uma coisa que você presta contas depois, quando você volta para o seu departamento, o que você fez. (Coordenador A)

Produção... (Pesquisadora)

Tem todo um planejamento. Mesmo que você idealizou de um jeito, mas vai ser o projeto assim e assado. (Coordenador B)

Isso é feito a cada 5 anos, quando você tem direito a fazer aquela saída, para [capacitação], por que a gente não pode organizar isso de uma outra forma... Isso é uma prática que a gente pode resolver, burocracia, para a gente ter um resultado final melhor para esse tipo de atividade. Imagina um quadro de professores com semestre à disposição para fazer extensão? Aí o cara vai ter tranquilidade para acordar e ir lá para um assentamento, para a cidade, para a empresa, ele pode ficar um mês, porque ele está tranquilo. (Coordenador A)

Eu vim aqui participar do nosso ambiente, não recebi nenhum centavo, eu quero participar, aí que você traz coisas diferentes para cá. (Coordenador D)

Sim, a gente não refresca a mente, você reparou? A gente fica o ano todinho com esse monte de coisas, assim, como a atividade de ensino, uma orientação, correção de provas... (Coordenador A)

Toma tempo demais. (Pesquisadora)

...ela te esgota de tal forma, você não consegue separar, no seu dia, “amanhã é só para leitura”, não adianta, o cara mandando e-mail lá, 30 trabalhos para corrigir, você lembra daquilo, você não lê. Agora, quando você tem liberdade, eu fiz isso no doutorado, em 2 anos e meio eu terminei o doutorado, mas eu ficava de manhã, de tarde, de noite, só para aquilo, viajava, ficava uma semana fora resolvendo coisa, eu estava para aquilo, então eu consegui fazer. Eu penso que se eu tivesse um semestre e meio, dois, que seja, livre para fazer essas coisas, como que eu ia produzir? Eu ia produzir mais... E essa produção ia significar melhora no meu currículo, melhora no currículo da universidade, eles querem é publicação, eles querem essas coisas e você não dá condição do cara publicar, do cara preparar. (Coordenador A)

E somos cobrados. (Pesquisadora)

Que nem participar de evento, sai uma semana para participar de evento, depois tem que voltar repondo tudo, o mundo acaba aqui... (Coordenador B)

Muito bom. Mais alguma coisa, algum ponto? Acho que o assunto foi bem esgotado, não é? (Pesquisadora)

Ah, outra coisa, o ponto de partida, talvez, seja a sua dissertação. Veja, você está fazendo um trabalho que consegue reunir pessoas de várias áreas, eu vou socializar isso lá no meu curso quando eu tiver reunião, explicar a ideia. Professores que são interessados na proposta, no dia a gente pode estar agregando, vocês, a mesma forma e aí, quando você fizer o seu trabalho, tiver terminado e tal, a hora de discutir isso, você pode ser uma pessoa que contribua também, isso aí, porque você tem interesse de fazer um doutorado logo em seguida... imagina se isso aqui seguir para uma coisa mais... (Coordenador A)

Concluiu a Pesquisadora “É, sim, essa é uma atividade acadêmica, não é uma atividade que eu venha a apresentar resultados para a reitoria. Mas é um trabalho que vai estar à disposição de quem quiser ler, passar adiante e eu mesma tenho ideias e projetos que a gente pode sentar, no futuro, após esta pesquisa, para trabalharmos enquanto professores da universidade, discutir mais sobre isso...”. A Pesquisadora teve a concordância do Coordenador E “Nem se for para começar, bem...” e finalizou esta etapa do processo de pesquisa, agradecendo aos participantes e se dando por satisfeita pelo momento compartilhado.

Os coordenadores pensaram conjuntamente sobre todas as questões propostas e outras ideias que foram surgindo do decorrer do diálogo e depois de esgotada a discussão concluíram que devemos voltar a falar sobre a Educação Ambiental adiante, pois tem muito o que se discutir no âmbito da universidade, uma

vez que, antes dessa pesquisa não se lembraram de nenhuma iniciativa que propusesse a inserção da Educação Ambiental nas atividades de ensino, pesquisa e/ou extensão da universidade, que foram convidados ou participaram, para que pudessem exemplificar e se basearem nas argumentações desta pesquisa.

Esta não é apenas uma preocupação interna na UFMT câmpus de Rondonópolis, mas é sabido que é uma realidade em várias universidades brasileiras. Como afirma Silva (2007, p. 144-149) ao destacar a urgência de uma “universidade ambientalmente responsável” considera preocupante a lentidão com que essas instituições têm aderido a essa questão e a tímida inserção da educação ambiental nos cursos superiores.

5.4 DIMENSÕES EXCLUSORAS E TRANSFORMADORAS APONTADAS NA PESQUISA

Finalizadas as discussões nos encontros propostos e realizados, foi direcionado à interpretação intersubjetiva dos dados entre os participantes e a pesquisadora e a elaboração das dimensões exclusoras e transformadoras apontadas na pesquisa.

Relativo à análise intersubjetiva, Teles (2012) aponta que:

O diálogo em torno das problemáticas que surgem durante os grupos de discussão não tem o objetivo de impor um julgamento de valor sobre se é certo ou errado determinado argumento, pois, ao final de um encontro, os/as participantes podem continuar em dissenso sobre algum item da discussão. Dessa forma, estabelecem-se as interpretações e se debatem as conclusões para consensuar definitivamente sobre as questões levantadas. (TELES, 2012, p. 84)

As dimensões exclusoras são os atos comunicativos que reproduzem a ausência de significados atribuídos pelos coordenadores em relação à Educação Ambiental no contexto do Ensino Superior, como meio de conscientização socioambiental na formação acadêmica dos futuros profissionais de diversas áreas do conhecimento; e as dimensões transformadoras são as interpretações que possibilitam criar vias de transformação na realidade no contexto social, ou seja, atos comunicativos que possibilitam compreender a Educação Ambiental como meio para se atingir a Responsabilidade Socioambiental.

5.4.1 Síntese dos elementos que compõem as dimensões exclusoras

- A falta de atividades que promovam a Educação Ambiental na universidade de forma intensa e efetiva;
- O não cumprimento da legislação no que tange a PNEA em todos os cursos da IES;
- O desconhecimento sobre a Educação Ambiental por parte da comunidade acadêmica, o que conseqüentemente compromete a sua importância e consolidação;
- O desinteresse quanto às questões socioambientais por parte de algumas pessoas inseridas no contexto do ensino superior.

5.4.2 Síntese dos elementos que compõem as dimensões transformadoras

- O aceite da IES para a realização desta pesquisa no âmbito da universidade;
- A disponibilidade por parte dos participantes da pesquisa em colaborar com a discussão da temática;
- Interesse dos participantes em se inteirar sobre a Educação Ambiental;
- O crescimento dos participantes durante o processo de pesquisa;
- Visão ampliada dos participantes acerca das questões socioambientais e suas dimensões;
- Preocupação dos participantes quanto aos meios para inserir da Educação Ambiental no ensino superior;
- Possibilidade de surgirem ações e iniciativas para estimular a Educação Ambiental na universidade;
- Aprovação de um projeto de pesquisa sob a minha coordenação, cuja finalidade é promover a Educação Ambiental e a Sustentabilidade na Universidade.

Diante dos elementos que compõem as dimensões exclusoras e as dimensões transformadoras, entendemos que, mesmo os participantes não tendo total conhecimento da legislação específica sobre a Educação Ambiental e sua obrigatoriedade no ensino superior, na discussão eles mostraram que possuíam

entendimentos sobre as questões socioambientais e da necessidade da conscientização da sociedade, principalmente quanto aos impactos ambientais. O diálogo proporcionou a todos os envolvidos no processo uma visão ampliada dos fatos e da realidade no contexto da universidade.

Finalmente, depois de obtermos informações exaustivas sobre as reflexões dos coordenadores baseadas em seus saberes, sentimentos, interesses, preocupações e novos conhecimentos adquiridos nos processos da pesquisa quanto à Educação Ambiental no ensino superior, encerramos os diálogos com a certeza de que os participantes do grupo de discussão comunicativo ficaram sensibilizados com a temática investigada e cientes da importância do cumprimento desta legislação específica no âmbito da universidade.

Tendo em vista o que foi até aqui exposto, apresentamos, a seguir, as considerações finais da presente pesquisa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente dissertação de mestrado intitulada “A inserção da educação ambiental no ensino superior: uma reflexão com coordenadores de ensino da Universidade Federal de Mato Grosso Câmpus de Rondonópolis”, constitui-se em uma tentativa de compreender, como os coordenadores de ensino dos cursos de graduação têm entendido a Educação Ambiental, regulamentada pela Lei 9.795/99, conforme suas expectativas no tocante à inserção do que estabelece este item da citada Lei nos Projetos Pedagógicos de Curso. Estudo esse, que teve como base uma opção metodológica de cunho comunicativo e dialógico.

O pressuposto básico do estudo foi de que a Responsabilidade Socioambiental está diretamente relacionada a iniciativas e práticas que respeitam o meio ambiente e o social, as políticas que prezem a sustentabilidade, sendo que a mesma será atingida através da Educação Ambiental. Todos têm responsabilidades para com o meio ambiente e sua preservação: cada um de nós, enquanto cidadãos assim como, as escolas, as instituições de ensino superior, as empresas privadas, as empresas públicas e os governos em todas as esferas.

Conversando com os coordenadores de ensino sobre a Educação Ambiental no ensino superior, pode-se constatar que a questão ambiental se dá de forma superficial na universidade, mas que esporadicamente a questão ambiental está presente em algum evento ou atividade acadêmica. Os coordenadores se mostraram dispostos a contribuir para promover a Educação Ambiental através das diversas atividades da universidade, sejam no ensino, pesquisa ou extensão.

A construção do entendimento sobre a Educação Ambiental se deu ao longo do processo de pesquisa, o grupo chegou a um pensamento comum, do qual é importante à inserção da Educação Ambiental no ensino superior e muito tem o que se pensar e fazer sobre a temática na universidade.

Podemos destacar como extremamente necessário termos uma Universidade Ambientalmente Responsável e que é preocupante a morosidade com que as questões ambientais têm sido inseridas nas IES, mesmo que algumas instituições tenham aderido à Educação Ambiental, essa inserção tem ocorrido de forma tímida e isolada nos cursos superiores.

A Educação Ambiental deve ser estimulada na universidade, seja na forma de novas pesquisas, projetos, programas, palestras, ações e iniciativas socioambientais, para proporcionar um ambiente melhor a toda comunidade universitária prezando a sustentabilidade e o bem estar social através da educação ambiental, pois tenho a convicção de que a universidade é um solo fértil para se semear a Educação Ambiental, plantar a Responsabilidade Socioambiental e colher a Sustentabilidade.

Como um ponto de vista bastante pessoal, vejo que, na realidade as práticas ambientais não são efetivas, as pessoas se mostram apáticas quanto às questões socioambientais, principalmente as ambientais. As pessoas só reagem, quando há casos que tomam grandes proporções, nacionais ou mesmo mundiais, onde os impactos são drásticos, trágicos, enfim, fatídicos, aí vemos as pessoas se mobilizarem se interessarem, mas depois que as coisas já ocorreram.

A Educação Ambiental é justamente para evitar esse tipo de situação. Podemos citar exemplos de desastres ambientais que ocorreram, recentemente, nas cidades de Mariana (MG) e Brumadinho (MG), as pessoas não tem se preocupado em fazer valer as leis que preservam o meio ambiente. O Estado, como ente político responsável pela elaboração e fiscalização das políticas para o meio ambiente, não tem cumprido com o seu papel, a impressão é de que não se tem mais o que fazer. Diante deste quadro, podemos dizer que a Educação Ambiental é preventiva, ou seja, se tivermos essa consciência socioambiental, teremos uma realidade diferente e, conseqüentemente, um futuro diferente.

Enfim, a pesquisa está concluída e acrescento às minhas considerações finais, que acredito muito que com o resultado desta pesquisa sementinhas tenham sido brotadas no pensamento de todos os participantes e que essas frutificarão de alguma forma e em algum momento, em ações e benefícios a toda comunidade acadêmica e a sociedade. E considero que a Educação Ambiental é um tema amplo, transversal, complexo e essencial que necessita ser aprofundado.

Devemos estar atentos ao nosso redor, e conscientes ao que acontece no mundo, e agirmos em nossos ambientes, nosso lar, nosso trabalho, em nossa comunidade, enfim, sendo responsáveis ambientalmente e influenciando pessoas a nossa volta. Isso é o “*pensar global, agir local*” disseminar hábitos sustentáveis de modo crescente e que atinja lugares distantes, extrapolando fronteiras e

aumentando o intercâmbio de agentes e influentes na comunidade internacional, que pratiquem a sustentabilidade micro em suas localidades para que essas alcancem macros regiões.

O curso de mestrado em educação foi para mim um período de muitos desafios, fui questionada o tempo todo, principalmente devido a minha formação acadêmica e atuação profissional enquanto docente de Ciências Contábeis, arriscaria até dizer que nadei contra a correnteza, especialmente durante o processo da pesquisa de dissertação, em que idealizei investigar a Educação Ambiental e colocar no papel tudo o que me move enquanto educadora e cidadã consciente de seu papel e de suas responsabilidades.

E por fim, penso que o sentido de todas as coisas não está em onde passamos ou mesmo nos lugares que nos dispomos a conhecer, mas sim, em QUEM tocamos. É esse o meu sentimento diante da EDUCAÇÃO e de tudo o que vivi, aprendi e construí nesta pós-graduação: tocar VIDAS e transformá-las! E isso é muito maior do que qualquer ciência. É um dos meus propósitos de vida! Coloquei meu sonho no papel.

REFERÊNCIAS

AGENDA 21 – 1992. Acesso em: <http://www.mma.gov.br/responsabilidade-socioambiental/agenda-21/agenda-21-global.html>

ALLEGRETTI, M. H. **A Construção Social de Políticas Ambientais** – Chico Mendes e o Movimento dos Seringueiros, 827p., mm. Tese de Doutorado – Universidade de Brasília. Centro de Desenvolvimento Sustentável. 2002

BRASIL. Presidência da República. Dispõe sobre as **Lei de Diretrizes e Bases** - Lei 9394/96 | Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Acesso em: <https://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/109224/lei-de-diretrizes-e-bases-lei-9394-96>

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação – CNE. Resolução n. 2 de 15 de junho de 2012. Estabelece as **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental**. Brasília: MEC/CNE, 2012. Acesso em: <http://portal.mec.gov.br/conselho-nacional-de-educacao/apresentacao>

BUCHHOLZ, Rogene. **Business environment and public policy: implications for management and strategy formulation**. New Jersey: Prentice Hall, 1989.

BULOS, Uadi Lammêgos, **Constituição Federal Anotada**, Editora Saraiva 11ª edição.

CARTA DA TERRA – 1992 . Acesso em: <http://www.mma.gov.br/responsabilidade-socioambiental/agenda-21/carta-da-terra>

CARVALHO, Gardênia M. Braga de. **Contabilidade Ambiental**. Teoria e Prática. 2ª ed. – Curitiba: Editora Jurúa, 2011.

Conceitos de Sustentabilidade. Acesso disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Sustentabilidade>, acesso em 18/07/2016 as 14:18

DIAS, Reinaldo. **Gestão Ambiental: responsabilidade social e sustentabilidade**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

DONAIRE, Denis. **Gestão ambiental na empresa**. Atlas, 2010. 169 pág. São Paulo.

EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL – 2005. Acesso em: <http://www.unesco.org/new/pt/brasilia/education/education-for-sustainable-development/> e <http://www.deds.cjb.net/>

FERREIRA, Aracéli Cristina de Sousa. **Contabilidade Ambiental**. 3ª edição, 2011. Atlas, São Paulo, pág. 138.

FERREIRA, Aurélio B. de H., **Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa**, Editora Positivo 5ª edição.

FLECHA, Ramón, GÓMES, Jesús, LATORRE, Antonio, SÁNCHEZ, Montse. **Metodologia Comunicativa**. Barcelona: El Roure Editora. 2006.

FLECHA, Ramon, VARGAS, Júlio, DAVILA, Andrés. **Metodologia comunicativa crítica em la investigación em ciências sociais**: la investigación Workaló. Lan Harremanak/11, 2004, p.21-33. www.ehu.eus/ojs/index.php/lan...article/.../4933

FÓRUM INTERNACIONAL DE ONGs E MOVIMENTOS SOCIAIS. **Tratado das ONGs**: aprovados no Fórum Internacional de Organizações Não Governamentais e Movimentos Sociais, no Âmbito do Fórum Global – ECO 92. Rio de Janeiro: Fórum, 1992.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou Comunicação**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2010, p. 66.

_____. **À sombra desta mangueira**: Ana Maria de Araújo Freire (org.). 11 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013, p. 129-143.

_____. **Pedagogia do oprimido**. 59. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015a.

_____. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 52. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015b.

FURTADO, Celso. **“Os desafios da nova geração”**. Revista de Economia Política 24(4): 483-486. Discurso na cerimônia de abertura da III Conferência Internacional Celso Furtado, Rio de Janeiro, URFJ, 2004, p.484.

GADOTTI, M. **Educar para um outro mundo possível**. São Paulo: Publisher, 2007.

_____. **A carta da terra na educação**. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire. Coleção Cidadania Planetária 3, 2010.

GUERRA, A. F. S.; FIGUEIREDO, M. L. **Caminhos e desafios para a ambientalização curricular nas Universidades**: panorama, reflexões e caminhos da tessitura do Programa Univali Sustentável. In: RUSCHEINSKY, A. et al. Ambientalização nas instituições de educação superior no Brasil: caminhos trilhados, desafios e possibilidades. São Carlos: EESC/USP, 2014, p. 145-164.

HABERMAS, Jürgen. **Conhecimento e interesses**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1987. (Tradução José N. Heck).

_____. **Racionalidade e comunicação**. Portugal: Edições 70, 1996. (tradução Rodrigues).

_____. **Diagnósticos do tempo**: seis ensaios. (tradução Flávio Beno Siebeneichler). Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

_____. **Teoria do agir comunicativo I**: racionalidade da ação e racionalidade social. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2012. (Tradução Paulo Astor Soethe - Revisão da tradução Flávio Beno Siebeneichler).

_____. **Teoria d agir comunicativo II**: sobre a crítica da razão funcionalista. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2012. (Tradução Paulo Astor Soethe - Revisão da tradução Flávio Beno Siebeneichler).

JOSSO, Marie Christine. **As figuras de ligação nos relatos de formação:** ligações formadoras, deformadoras e transformadoras. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v.32, n.2, p. 373-383, maio/ago. 2006.

KITAHARA, José Renato. **Responsabilidade Social e desempenho financeiro das empresas:** um estudo empírico utilizando o balanço social IBASE. 2007. 187 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

LAYRARGUES, P. P. **A crise ambiental e suas implicações na educação.** In: QUINTAS, J. S. (Org.). *Pensando e praticando a Educação Ambiental na gestão do meio ambiente*. 2. ed. Brasília: Ibama, 2002. p. 161-198.

LEFF, E. **Saber ambiental:** sustentabilidade, racionalidade, complexidades, poder. Petrópolis: Vozes, 2001a.

LIMA, G. F. C. **Questão ambiental e educação:** contribuições para o debate. *Ambiente & Sociedade*, São Paulo: ANPPAS; Pinheiros: Annablume Editora, n. 5, p. 135-153, jul./dez. 1999.

LOCATELLI, Selecina Henrique. **Plano Amazônia sustentável:** uma nova concepção estatal de desenvolvimento para a Amazônia? 2009. 107 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia)-Universidade de Brasília, Brasília, 2009.

LOUREIRO, C. F. B. **Educação Ambiental Transformadora.** In: Layrargues, P. P. (Coord.) *Identidades da Educação Ambiental Brasileira*. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2004.

MALTHUS, Thomas Robert. **Biografia.** Acesso disponível em: <http://www.economiabr.net/biografia/malthus.html>, acesso em 22/07/2018 as 19:34

MASETTO, Marcos Tarciso. Professor universitário: um profissional da educação na atividade docente. In: _____ (Org.). **Docência na universidade**. Campinas: Papyrus, 2014. Livro digital.

MELLO, Roseli Rodrigues. **Metodologia de investigação comunicativa:** contribuições para a pesquisa educacional na construção de uma escola com e para todas e todos. In: 29a. Reunião da ANPED, 2006, Caxambu. Anais... 29a. Reunião da ANPED. Rio de Janeiro: ANPED, 2006, v. 1, p. 1-17.

_____. **Comunidades de aprendizagem:** outra escola é possível. São Carlos: EDUFSCAR, 2012.

Ministério do Meio Ambiente. **Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global.** Acesso disponível em: <http://www.mma.gov.br/educacao-ambiental/politica-de-educacao-ambiental/documentos-referenciais/8068.html>, acesso em 30/07/2018 às 23:00

_____. **Educação Ambiental. Política de Educação Ambiental.** Acesso disponível em: <http://www.mma.gov.br/educacao-ambiental/politica-de-educacao-ambiental>

Norma Nacional – **ABNT NBR16001**. Acesso em: http://www.inmetro.gov.br/qualidade/responsabilidade_social/norma_nacional.asp

ONG Global Footprint Network, **Dia Mundial da Sobrecarga da Terra**
<https://www.footprintnetwork.org/2018/07/23/earth-overshoot-day-2018-is-august-1-the-earliest-date-since-ecological-overshoot-started-in-the-early-1970s-2/>

ONU - **Organização das Nações Unidas**. Acesso disponível em:
<https://onu.org.br/DesenvolvimentoSustentavel>, acesso em 18/07/2016 as 12:44

_____. **PNUMA**. Acesso em: <https://nacoesunidas.org/agencia/onumeioambiente/>

PEREIRA, Elisabete Monteiro de Aguiar. Educação geral: com qual propósito? In: _____. (Org.). **Universidade e educação geral**: para além da especialização. Campinas: Alínea, 2007. cap. 2. p. 65-92. Livro digital.

PINTO, José Marcelino de Rezende. **A teoria da ação comunicativa de Jürgem Habermas**: conceitos básicos e possibilidades de aplicação à administração escolar. Paidéia, nº 8-9. Ribeirão Preto, feb/aug. 1995. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-863X1995000100007>

PLACEA – 1992. Acesso em: <http://mma.gov.br/educacao-ambiental/politica-de-educacao-ambiental/historico-mundial.html>

PNEA - Lei 9.795/99 de Política Nacional de Educação Ambiental. Acesso disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9795.htm, acesso em 19/07/2016 às 23:01

Projeto Áridas – Memórias e Acervo, Biblioteca Digital do Planejamento, <http://bibspi.planejamento.gov.br/handle/iditem/678>

ProNEA - Programa Nacional de Educação Ambiental. Acesso em: <http://www.mma.gov.br/educacao-ambiental/politica-de-educacao-ambiental/programa-nacional-de-educacao-ambiental>

REBEA – Rede Brasileira de Educação Ambiental. Acesso em: <http://www.rebea.org.br/documentos.htm>

REIS, Carlos Nelson dos e MEDEIROS, Luiz Edgar. **Responsabilidade Social das Empresas e Balanço Social**: meios propulsores do desenvolvimento econômico e social. 1 ed.. São Paulo: Atlas, 2011.

RIBEIRO, Maísa de Souza. **Contabilidade Ambiental**. 2ª Ed.. São Paulo: Editora Saraiva, 2006.

ROSA, Maria Inês Petrucci; RAMOS, Tacita Ansanello. **Memórias e odores**: experiências curriculares na formação docente. Revista Brasileira de Educação, v. 13, n. 39, p. 565-599, set./dez., 2008.

SACHS, I. 1993 apud SILVEIRA, 1997, **Estratégias de transição para o século XXI** – desenvolvimento e meio ambiente. São Paulo: Nobel, 1993, p. 90-91.

SANTOS, J. E.; SATO, M. **Universidade e ambientalismo**: encontros não são despedidas. In:_____.; _____. (Orgs.). A contribuição da educação ambiental à esperança de Pandora. 3. ed. São Carlos: Rima, 2006. p. 31-50.

SATO, Michèle ; SILVA, Regina e JABER, Michelle. **Educação Ambiental - tessituras de esperanças**. EdUFMT e Sustentável Editora. Cuiabá – MT. 2018, p.96.

SATO, M. et all, Insurgência do grupo-pesquisador na educação ambiental sociopoiética, In Michele Sato e Isabel carvalho (org.). **Educação Ambiental**. 2ª Ed. Porto Alegre: Artmed, 2005.

SAUVÉ, L. **Pour une éducation relative à l'environnement**. 2e éd. Montréal: Guérin,1997. Revista Educação Pública, v.6, n.10, p. 72-102, 1997.

SAVIANI, Demerval. **Ensino público e algumas falas sobre universidade**. São Paulo: Cortez, 1984.

SEVERINO, Antônio Joaquim. O projeto político-pedagógico: a saída para a escola. **Revista de educação AEC**, Brasília, v. 27, n. 107, p. 81-91. abr./jun. 1998.

SILVA, A. D. V. Sustentabilidade no ensino superior: a emergência de uma universidade ambientalmente responsável. In: GUERRA, A. F. S. & TAGLIEBER, J. E. (Orgs.). **Educação Ambiental: fundamentos, práticas e desafios**. Itajaí: Universidade do Vale do Itajaí, 2007 , p.143-162.

SISNEA - Sistema Nacional de Educação Ambiental. Acesso em: http://www.mma.gov.br/estruturas/educamb/_arquivos/sisnea_cartilha.pdf

SORRENTINO, M., TRAJBER, R., MENDONÇA, P., & FERRARO JUNIOR, L. **Educação ambiental como política pública** . Educação E Pesquisa, 31(2), 285-299, 2005.

SOUZA FILHO, Alípio de. O ideal de universidade e de sua missão. In: **UNIVERSIDADE e mundo do trabalho**. Brasília: Inep, 2006. p. 173-185. (Coleção Educação superior em debate, 3).

TELES, Eva Maria Testa. **Diálogos sobre relações de gênero com crianças do ensino fundamental**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de São Carlos, Centro de Educação e Ciências Humanas, São Carlos, 2012.

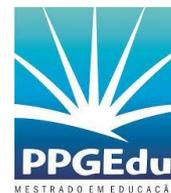
TINOCO & KRAEMER, João Eduardo Prudêncio, Maria Elisabeth Pereira. **Contabilidade e Gestão Ambiental**. 3ª edição, 2011. Atlas, São Paulo.

VELLANI, Cassio Luiz; RIBEIRO, Maisa de Souza. **Sustentabilidade e Contabilidade**. Revista Contemporânea de Contabilidade, Florianópolis, v. 6, n. 11, p. 187-206, 2009.

ANEXO I - Termo de Anuência da Instituição



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO E PÓS-GRADUAÇÃO
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE RONDONÓPOLIS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO



TERMO DE ANUÊNCIA

Solicito a Universidade Federal de Mato Grosso Câmpus de Rondonópolis, autorização e colaboração para realização de pesquisa, em torno da Responsabilidade Socioambiental Inserida no Contexto da Educação Superior na UFMT câmpus de Rondonópolis, a ser realizada por mim, Rosa Beatriz de Araújo, mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade Federal de Mato Grosso, *Campus* Rondonópolis, sob orientação da Prof^a. Dra. Lindalva Maria Novaes Garske, sendo eventualmente necessário procurá-los para aplicação de instrumento de pesquisa. Contando com a colaboração, manifesto interesse em socializar os resultados obtidos. A autorização desta Instituição é de suma importância para realização desta pesquisa.

Neste sentido, o **UFMT/Campus Rondonópolis** declara que está ciente e autoriza a mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade Federal de Mato Grosso, *Campus* Rondonópolis, **Rosa Beatriz de Araújo**, sob orientação da Prof^a. Lindalva Maria Novaes Garske, a realizar pesquisa relacionada Responsabilidade Socioambiental Inserida no Contexto da Educação Superior na Universidade Federal de Mato Grosso Câmpus de Rondonópolis

Rondonópolis, _____ de _____ de 2017.

ANEXO II - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO E PÓS-GRADUAÇÃO
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE RONDONÓPOLIS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezado(a),

1. Você está sendo convidado/a para participar, como voluntário/a, da pesquisa desenvolvida pela mestranda **Rosa Beatriz de Araújo**, aluna regularmente matriculada no Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade Federal de Mato Grosso/*Campus* de Rondonópolis, tendo como orientadora a Prof^ª. Dra. Lindalva Maria Novaes Garske, docente do referido programa e instituição.

2. Após ser esclarecida/o sobre as informações a seguir, no caso de aceitar fazer parte da pesquisa, assine, por favor, ao final deste documento, que está em duas vias, uma delas é sua e a outra é da pesquisadora responsável.

3. Caso decida não participar do estudo, ou resolver a qualquer momento desistir do mesmo, você não terá nenhum prejuízo em sua relação com as pesquisadoras ou com a instituição em que a pesquisa está registrada.

4. As pesquisadoras estarão à sua disposição para qualquer esclarecimento que considere necessário em qualquer etapa da pesquisa. Você encontrará neste termo nome, e-mail e telefone das pesquisadoras responsáveis, para que você possa localizá-las a qualquer tempo.

5. Esta pesquisa tem como objetivo geral compreender, como os coordenadores de ensino dos cursos de graduação tem entendido a Responsabilidade Socioambiental, regulamentada pela Lei 9.795/99, e suas expectativas no tocante à inserção do que estabelece este item da citada Lei nos Projetos Pedagógicos de Curso.

6. Sua participação nesta pesquisa consistirá em responder algumas questões que serão discutidas em grupo sobre o tema da pesquisa, que será gravada e depois transcrita. Em função disto, é importante esclarecer que todos

esses registros serão divulgados apenas no contexto da pesquisa e, mesmo assim, mediante o consentimento prévio das pessoas envolvidas.

7. Os riscos envolvidos em sua participação na pesquisa podem derivar de estresse em alguma das perguntas ou não, o que você terá total liberdade em não responder, são garantidos a confidencialidade e o sigilo de todos os dados referentes a sua pessoa, inclusive na divulgação da mesma. Asseguramos que suas opiniões aparecerão de maneira geral, junto com as demais, sem identificação das suas falas pessoais.

8. Por ocasião da publicação dos resultados, seu nome será mantido em sigilo absoluto e os dados não serão divulgados de forma a possibilitar sua identificação: você receberá um número de identificação e seu nome será trocado por um fictício (um nome inventado, que você mesmo poderá inventar/sugerir para a pesquisadora).

9. Os benefícios para você enquanto participante da pesquisa são de natureza coletiva, uma vez que os dados contribuem para ampliação da literatura acerca das políticas públicas educacionais e compõem o debate acerca da responsabilidade socioambiental na educação superior.

10. Em caso de dúvida você pode procurar o Programa de Pós-graduação em Educação – PPGEdU da UFMT/Cidade Universitária de Rondonópolis ou pelo telefone (66) 3410-4035, e contatar as pesquisadoras através e-mail e/ou telefone: rbeatriz@uai.com.br / (66) 99952-1001 e lindalvanovaes@gmail.com / (66) 99669-4656.

Considerando os dados acima, Eu (nome do/a participante).....
, idade:.....,
 gênero:.....,naturalidade:.....
, RG nº:....., CONFIRMO que fui informado/a por escrito e verbalmente dos objetivos e da relevância do estudo proposto, de como será minha participação, dos procedimentos e riscos decorrentes deste estudo, DECLARO o meu consentimento em participar da pesquisa, em caso de divulgação dos dados obtidos, AUTORIZO sua publicação para fins científicos (divulgação em eventos e publicações) e estou ciente que receberei uma via desse documento.

Local e data: _____, ____/____/____.

(Assinatura da/o participante)

ANEXO III – Carta da Terra

A CARTA DA TERRA

PREÂMBULO

Estamos diante de um momento crítico na história da Terra, numa época em que a humanidade deve escolher o seu futuro. À medida que o mundo torna-se cada vez mais interdependente e frágil, o futuro enfrenta, ao mesmo tempo, grandes perigos e grandes promessas. Para seguir adiante, devemos reconhecer que, no meio da uma magnífica diversidade de culturas e formas de vida, somos uma família humana e uma comunidade terrestre com um destino comum. Devemos somar forças para gerar uma sociedade sustentável global baseada no respeito pela natureza, nos direitos humanos universais, na justiça econômica e numa cultura da paz. Para chegar a este propósito, é imperativo que nós, os povos da Terra, declaremos nossa responsabilidade uns para com os outros, com a grande comunidade da vida, e com as futuras gerações.

Terra, Nosso Lar

A humanidade é parte de um vasto universo em evolução. A Terra, nosso lar, está viva com uma comunidade de vida única. As forças da natureza fazem da existência uma aventura exigente e incerta, mas a Terra providenciou as condições essenciais para a evolução da vida. A capacidade de recuperação da comunidade da vida e o bem-estar da humanidade dependem da preservação de uma biosfera saudável com todos seus sistemas ecológicos, uma rica variedade de plantas e animais, solos férteis, águas puras e ar limpo. O meio ambiente global com seus recursos finitos é uma preocupação comum de todas as pessoas. A proteção da vitalidade, diversidade e beleza da Terra é um dever sagrado.

A Situação Global

Os padrões dominantes de produção e consumo estão causando devastação ambiental, redução dos recursos e uma massiva extinção de espécies. Comunidades estão sendo arruinadas. Os benefícios do desenvolvimento não estão sendo divididos equitativamente e o fosso entre ricos e pobres está aumentando. A injustiça, a pobreza, a ignorância e os conflitos violentos têm aumentado e são causa de grande sofrimento. O crescimento sem precedentes da população humana tem sobrecarregado os sistemas ecológico e social. As bases da segurança global estão ameaçadas. Essas tendências são perigosas, mas não inevitáveis.

Desafios Para o Futuro

A escolha é nossa: formar uma aliança global para cuidar da Terra e uns dos outros, ou arriscar a nossa destruição e a da diversidade da vida. São necessárias mudanças fundamentais dos nossos valores, instituições e modos de vida. Devemos entender que, quando as necessidades básicas forem atingidas, o desenvolvimento humano será primariamente voltado a ser mais, não a ter mais. Temos o conhecimento e a tecnologia necessários para abastecer a todos e reduzir nossos impactos ao meio ambiente. O surgimento de uma sociedade civil global está criando novas oportunidades para construir um mundo democrático e humano.

Nossos desafios ambientais, econômicos, políticos, sociais e espirituais estão interligados, e juntos podemos forjar soluções includentes.

Responsabilidade Universal

Para realizar estas aspirações, devemos decidir viver com um sentido de responsabilidade universal, identificando-nos com toda a comunidade terrestre bem como com nossa comunidade local. Somos, ao mesmo tempo, cidadãos de nações diferentes e de um mundo no qual a dimensão local e global estão ligadas. Cada um compartilha da responsabilidade pelo presente e pelo futuro, pelo bem-estar da família humana e de todo o mundo dos seres vivos. O espírito de solidariedade humana e de parentesco com toda a vida é fortalecido quando vivemos com reverência o mistério da existência, com gratidão pelo dom da vida, e com humildade considerando em relação ao lugar que ocupa o ser humano na natureza. Necessitamos com urgência de uma visão compartilhada de valores básicos para proporcionar um fundamento ético à comunidade mundial emergente. Portanto, juntos na esperança, afirmamos os seguintes princípios, todos interdependentes, visando um modo de vida sustentável como critério comum, através dos quais a conduta de todos os indivíduos, organizações, empresas, governos, e instituições transnacionais será guiada e avaliada.

PRINCÍPIOS

I. RESPEITAR E CUIDAR DA COMUNIDADE DA VIDA

1. Respeitar a Terra e a vida em toda sua diversidade.

- a. Reconhecer que todos os seres são interligados e cada forma de vida tem valor, independentemente de sua utilidade para os seres humanos.*
- b. Afirmar a fé na dignidade inerente de todos os seres humanos e no potencial intelectual, artístico, ético e espiritual da humanidade.*

2. Cuidar da comunidade da vida com compreensão, compaixão e amor.

- a. Aceitar que, com o direito de possuir, administrar e usar os recursos naturais vem o dever de impedir o dano causado ao meio ambiente e de proteger os direitos das pessoas.*
- b. Assumir que o aumento da liberdade, dos conhecimentos e do poder implica responsabilidade na promoção do bem comum.*

3. Construir sociedades democráticas que sejam justas, participativas, sustentáveis e pacíficas.

- a. Assegurar que as comunidades em todos níveis garantam os direitos humanos e as liberdades fundamentais e proporcionem a cada um a oportunidade de realizar seu pleno potencial.*
- b. Promover a justiça econômica e social, propiciando a todos a consecução de uma subsistência significativa e segura, que seja ecologicamente responsável.*

4. Garantir as dádivas e a beleza da Terra para as atuais e as futuras gerações.

- a. Reconhecer que a liberdade de ação de cada geração é condicionada pelas necessidades das gerações futuras.*

b. Transmitir às futuras gerações valores, tradições e instituições que apóiem, em longo prazo, a prosperidade das comunidades humanas e ecológicas da Terra. Para poder cumprir estes quatro amplos compromissos, é necessário:

II. INTEGRIDADE ECOLÓGICA

5. Proteger e restaurar a integridade dos sistemas ecológicos da Terra, com especial preocupação pela diversidade biológica e pelos processos naturais que sustentam a vida.

- a. Adotar planos e regulamentações de desenvolvimento sustentável em todos os níveis que façam com que a conservação ambiental e a reabilitação sejam parte integral de todas as iniciativas de desenvolvimento.*
- b. Estabelecer e proteger as reservas com uma natureza viável e da biosfera, incluindo terras selvagens e áreas marinhas, para proteger os sistemas de sustento à vida da Terra, manter a biodiversidade e preservar nossa herança natural.*
- c. Promover a recuperação de espécies e ecossistemas ameaçadas.*
- d. Controlar e erradicar organismos não-nativos ou modificados geneticamente que causem dano às espécies nativas, ao meio ambiente, e prevenir a introdução desses organismos daninhos.*
- e. Manejar o uso de recursos renováveis como água, solo, produtos florestais e vida marinha de forma que não excedam as taxas de regeneração e que protejam a sanidade dos ecossistemas.*
- f. Manejar a extração e o uso de recursos não-renováveis, como minerais e combustíveis fósseis de forma que diminuam a exaustão e não causem dano ambiental grave.*

6. Prevenir o dano ao ambiente como o melhor método de proteção ambiental e, quando o conhecimento for limitado, assumir uma postura de precaução.

- a. Orientar ações para evitar a possibilidade de sérios ou irreversíveis danos ambientais mesmo quando a informação científica for incompleta ou não conclusiva.*
- b. Impor o ônus da prova àqueles que afirmarem que a atividade proposta não causará dano significativo e fazer com que os grupos sejam responsabilizados pelo dano ambiental.*
- c. Garantir que a decisão a ser tomada se oriente pelas conseqüências humanas globais, cumulativas, de longo prazo, indiretas e de longo alcance.*
- d. Impedir a poluição de qualquer parte do meio ambiente e não permitir o aumento de substâncias radioativas, tóxicas ou outras substâncias perigosas.*
- e. Evitar que atividades militares causem dano ao meio ambiente.*

7. Adotar padrões de produção, consumo e reprodução que protejam as capacidades regenerativas da Terra, os direitos humanos e o bem-estar comunitário.

- a. Reduzir, reutilizar e reciclar materiais usados nos sistemas de produção e consumo e garantir que os resíduos possam ser assimilados pelos sistemas ecológicos.*
- b. Atuar com restrição e eficiência no uso de energia e recorrer cada vez mais aos recursos energéticos renováveis, como a energia solar e do vento.*
- c. Promover o desenvolvimento, a adoção e a transferência eqüitativa de tecnologias ambientais saudáveis.*

- d. Incluir totalmente os custos ambientais e sociais de bens e serviços no preço de venda e habilitar os consumidores a identificar produtos que satisfaçam as mais altas normas sociais e ambientais.*
- e. Garantir acesso universal à assistência de saúde que fomente a saúde reprodutiva e a reprodução responsável.*
- f. Adotar estilos de vida que acentuem a qualidade de vida e subsistência material num mundo finito.*

8. Avançar o estudo da sustentabilidade ecológica e promover a troca aberta e a ampla aplicação do conhecimento adquirido.

- a. Apoiar a cooperação científica e técnica internacional relacionada a sustentabilidade, com especial atenção às necessidades das nações em desenvolvimento.*
- b. Reconhecer e preservar os conhecimentos tradicionais e a sabedoria espiritual em todas as culturas que contribuam para a proteção ambiental e o bem-estar humano.*
- c. Garantir que informações de vital importância para a saúde humana e para a proteção ambiental, incluindo informação genética, estejam disponíveis ao domínio público.*

III. JUSTIÇA SOCIAL E ECONÔMICA

9. Erradicar a pobreza como um imperativo ético, social e ambiental.

- a. Garantir o direito à água potável, ao ar puro, à segurança alimentar, aos solos nãocontaminados, ao abrigo e saneamento seguro, distribuindo os recursos nacionais e internacionais requeridos.*
- b. Prover cada ser humano de educação e recursos para assegurar uma subsistência sustentável, e proporcionar seguro social e segurança coletiva a todos aqueles que não são capazes de manter-se por conta própria.*
- c. Reconhecer os ignorados, proteger os vulneráveis, servir àqueles que sofrem, e permitir-lhes desenvolver suas capacidades e alcançar suas aspirações.*

10. Garantir que as atividades e instituições econômicas em todos os níveis promovam o desenvolvimento humano de forma equitativa e sustentável.

- a. Promover a distribuição equitativa da riqueza dentro das e entre as nações.*
- b. Incrementar os recursos intelectuais, financeiros, técnicos e sociais das nações em desenvolvimento e isentá-las de dívidas internacionais onerosas.*
- c. Garantir que todas as transações comerciais apoiem o uso de recursos sustentáveis, a proteção ambiental e normas trabalhistas progressistas.*
- d. Exigir que corporações multinacionais e organizações financeiras internacionais atuem com transparência em benefício do bem comum e responsabilizá-las pelas conseqüências de suas atividades.*

11. Afirmar a igualdade e a equidade de gênero como pré-requisitos para o desenvolvimento sustentável e assegurar o acesso universal à educação, assistência de saúde e às oportunidades econômicas.

- a. Assegurar os direitos humanos das mulheres e das meninas e acabar com toda violência contra elas.*
- b. Promover a participação ativa das mulheres em todos os aspectos da vida econômica, política, civil, social e cultural como parceiras plenas e paritárias, tomadoras de decisão, líderes e beneficiárias.*

c. Fortalecer as famílias e garantir a segurança e a educação amorosa de todos os membros da família.

12. Defender, sem discriminação, os direitos de todas as pessoas a um ambiente natural e social, capaz de assegurar a dignidade humana, a saúde corporal e o bem-estar espiritual, concedendo especial atenção aos direitos dos povos indígenas e minorias.

a. Eliminar a discriminação em todas suas formas, como as baseadas em raça, cor, gênero, orientação sexual, religião, idioma e origem nacional, étnica ou social.

b. Afirmar o direito dos povos indígenas à sua espiritualidade, conhecimentos, terras e recursos, assim como às suas práticas relacionadas a formas sustentáveis de vida.

c. Honrar e apoiar os jovens das nossas comunidades, habilitando-os a cumprir seu papel essencial na criação de sociedades sustentáveis.

d. Proteger e restaurar lugares notáveis pelo significado cultural e espiritual.

IV.DEMOCRACIA, NÃO VIOLÊNCIA E PAZ

13. Fortalecer as instituições democráticas em todos os níveis e proporcionar-lhes transparência e prestação de contas no exercício do governo, participação inclusiva na tomada de decisões, e acesso à justiça.

a. Defender o direito de todas as pessoas no sentido de receber informação clara e oportuna sobre assuntos ambientais e todos os planos de desenvolvimento e atividades que poderiam afetá-las ou nos quais tenham interesse.

b. Apoiar sociedades civis locais, regionais e globais e promover a participação significativa de todos os indivíduos e organizações na tomada de decisões.

c. Proteger os direitos à liberdade de opinião, de expressão, de assembléia pacífica, de associação e de oposição.

d. Instituir o acesso efetivo e eficiente a procedimentos administrativos e judiciais independentes, incluindo retificação e compensação por danos ambientais e pela ameaça de tais danos.

e. Eliminar a corrupção em todas as instituições públicas e privadas.

f. Fortalecer as comunidades locais, habilitando-as a cuidar dos seus próprios ambientes, e atribuir responsabilidades ambientais aos níveis governamentais onde possam ser cumpridas mais efetivamente.

14. Integrar, na educação formal e na aprendizagem ao longo da vida, os conhecimentos, valores e habilidades necessárias para um modo de vida sustentável.

a. Oferecer a todos, especialmente a crianças e jovens, oportunidades educativas que lhes permitam contribuir ativamente para o desenvolvimento sustentável.

b. Promover a contribuição das artes e humanidades, assim como das ciências, na educação para sustentabilidade.

c. Intensificar o papel dos meios de comunicação de massa no sentido de aumentar a sensibilização para os desafios ecológicos e sociais.

d. Reconhecer a importância da educação moral e espiritual para uma subsistência sustentável.

15. Tratar todos os seres vivos com respeito e consideração.

a. Impedir crueldades aos animais mantidos em sociedades humanas e protegê-los de sofrimentos.

b. Proteger animais selvagens de métodos de caça, armadilhas e pesca que causem sofrimento extremo, prolongado ou evitável.

c. Evitar ou eliminar ao máximo possível a captura ou destruição de espécies não visadas.

16. Promover uma cultura de tolerância, não violência e paz.

a. Estimular e apoiar o entendimento mútuo, a solidariedade e a cooperação entre todas as pessoas, dentro das e entre as nações.

b. Implementar estratégias amplas para prevenir conflitos violentos e usar a colaboração na resolução de problemas para manejar e resolver conflitos ambientais e outras disputas.

c. Desmilitarizar os sistemas de segurança nacional até chegar ao nível de uma postura não provocativa da defesa e converter os recursos militares em propósitos pacíficos, incluindo restauração ecológica.

d. Eliminar armas nucleares, biológicas e tóxicas e outras armas de destruição em massa.

e. Assegurar que o uso do espaço orbital e cósmico mantenha a proteção ambiental e a paz.

f. Reconhecer que a paz é a plenitude criada por relações corretas consigo mesmo, com outras pessoas, outras culturas, outras vidas, com a Terra e com a totalidade maior da qual somos parte.

O CAMINHO ADIANTE

Como nunca antes na história, o destino comum nos conclama a buscar um novo começo. Tal renovação é a promessa dos princípios da Carta da Terra. Para cumprir esta promessa, temos que nos comprometer a adotar e promover os valores e objetivos da Carta.

Isto requer uma mudança na mente e no coração. Requer um novo sentido de interdependência global e de responsabilidade universal. Devemos desenvolver e aplicar com imaginação a visão de um modo de vida sustentável aos níveis local, nacional, regional e global. Nossa diversidade cultural é uma herança preciosa, e diferentes culturas encontrarão suas próprias e distintas formas de realizar esta visão. Devemos aprofundar expandir o diálogo global gerado pela Carta da Terra, porque temos muito que aprender a partir da busca iminente e conjunta por verdade e sabedoria.

A vida muitas vezes envolve tensões entre valores importantes.

Isto pode significar escolhas difíceis. Porém, necessitamos encontrar caminhos para harmonizar a diversidade com a unidade, o exercício da liberdade com o bem comum, objetivos de curto prazo com metas de longo prazo. Todo indivíduo, família, organização e comunidade têm um papel vital a desempenhar. As artes, as ciências, as religiões, as instituições educativas, os meios de comunicação, as empresas, as organizações não-governamentais e os governos são todos chamados a oferecer uma liderança criativa. A parceria entre governo, sociedade civil e empresas é essencial para uma governabilidade efetiva.

Para construir uma comunidade global sustentável, as nações do mundo devem renovar seu compromisso com as Nações Unidas, cumprir com suas obrigações respeitando os acordos internacionais existentes e apoiar a implementação dos princípios da Carta da Terra com um instrumento internacional legalmente unificador quanto ao ambiente e ao desenvolvimento.

Que o nosso tempo seja lembrado pelo despertar de uma nova reverência face à vida, pelo compromisso firme de alcançar a sustentabilidade, a intensificação da luta pela justiça e pela paz, e a alegre celebração da vida.

APÊNDICE A

Roteiro do 1º Encontro Individual de Discussão Comunicativo com Devolutiva

1. Qual o seu entendimento sobre Responsabilidade Socioambiental?
2. Considera importantes práticas socioambientais no contexto da Educação Superior?
3. Conhece sobre a PNEA estabelecida pela Lei 9.795/99? (Política Nacional de Educação Ambiental)
4. A Educação Ambiental está inserida no PPC? (Projeto Pedagógico de Curso)
Se sim, de que forma?
5. Qual a importância de inserir a Educação Ambiental na formação profissional dos acadêmicos?

APÊNDICE B

Roteiro do 2º Encontro Individual de Discussão Comunicativo com Devolutiva

1. Qual o seu entendimento sobre Responsabilidade Socioambiental?
2. O que significa Educação Ambiental?
3. Você conhece sobre o dispositivo (PNEA estabelecida pela Lei 9.795/99), que exige a discussão da Educação Ambiental nos PPCs?
4. A Educação Ambiental consta no PPC? De que forma?
5. Qual a importância da Educação Ambiental no Ensino Superior?

APÊNDICE C

Roteiro do Encontro do Grupo de Discussão Comunicativo

Pontos que foram discutidos pelo grupo:

1. Discutir conjuntamente o significado de Educação Ambiental como aspecto da Responsabilidade Socioambiental.
2. A importância dessa discussão no Ensino Superior.
3. Levantar possíveis práticas socioambientais no contexto do Ensino Superior.